

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALCIMARA MEIRA GONÇALVES ANDRUKIU

POLÍTICAS PÚBLICAS E PATRIMÔNIO CULTURAL EM ANTONINA, PARANÁ:
UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA EDUCAÇÃO E DO
TURISMO

CURITIBA
2013

POLÍTICAS PÚBLICAS E PATRIMÔNIO CULTURAL EM ANTONINA, PARANÁ:
UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA EDUCAÇÃO E DO
TURISMO

Projeto em Planejamento e Gestão de Turismo apresentado à disciplina de Orientação e Supervisão de estágio e Projeto de Turismo II como requisito parcial à conclusão do curso de Bacharelado em Turismo, do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. MsC. Bruno Martins Augusto Gomes

CURITIBA
2013

TERMO DE APROVAÇÃO

ALCIMARA MEIRA GONÇALVES ANDRUKIU

POLÍTICAS PÚBLICAS E PATRIMÔNIO CULTURAL EM ANTONINA, PARANÁ:
UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA EDUCAÇÃO E DO
TURISMO

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Graduação em Turismo, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. MsC. Bruno Martins Augusto Gomes
Departamento de Turismo, UFPR

Prof. MsC. Laura Alice Rinaldi Camargo
Departamento de Turismo, UFPR

MsC. José Luiz Gonçalves Velloso
Secretaria Municipal de Comunicação de Antonina/PR

Curitiba, 12 de março de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, por me sustentar, por me iluminar nos períodos de dúvidas e incertezas, por alentar meu coração nos momentos de angústia, por me conceder tantas bênçãos.

Ao meu professor orientador, o qual na verdade devo chamar de mentor, pois sempre me incentivou a alçar novos voos, sempre demonstrou paciência e nunca permitiu que o desânimo fizesse me esmorecer.

Aos professores e técnicos-administrativo do Departamento de Turismo da UFPR, porque se esmeram na busca pela excelência do ensino, pesquisa e desenvolvimento de atividades de extensão na área do Turismo.

Ao meu esposo, Fábio Andrukiu, que tem feito parte de minha história e vida.

À minha família, por estar ao meu lado em todos os momentos.

Ao sr. Douglas Ortiz Hamermüller e aos meus amigos Letícia Betero, Wesley Cunha Ventura, Joao Rafael Deron e Margareth Laska Oliveira, que compreenderam minha situação, enxergaram o meu dispêndio de esforço e permitiram que eu chegasse até aqui.

Quem não tiver debaixo dos pés da alma
a areia de sua terra, não resiste aos atritos
da sua viagem na vida, acaba incolor,
inodoro e insípido, parecido com todos.

Luís da Câmara Cascudo

RESUMO

Este trabalho teve como principal objetivo analisar a relação que as políticas públicas e o patrimônio cultural apresentam, tendo em vista o desenvolvimento através do turismo e da educação patrimonial. O município focalizado para o desenvolvimento do estudo é o de Antonina, no litoral do Estado do Paraná, o qual teve seu Centro Histórico tombado no ano de 2011. Para elaborar o presente trabalho, recorreu-se aos autores que discorrem sobre os temas políticas públicas, patrimônio cultural, desenvolvimento, educação e turismo, constituindo, assim, o embasamento teórico. Com o intuito de alcançar os objetivos da pesquisa, adotou-se a metodologia baseada na pesquisa qualitativa, utilizando como instrumento de coleta de dados os roteiros de entrevistas semi-estruturadas, as quais foram realizadas com uma amostra definida por método não-probabilístico. As pessoas a serem entrevistadas foram selecionadas conforme o envolvimento com o tombamento ou com o turismo em Antonina. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo e agrupados de forma que fossem atendidos os objetivos específicos. Os residentes mostraram que reconhecem o valor que os casarios antigos possuem. Para estes, o tombamento pode influenciar positivamente no turismo, o qual, por sua vez, pode aumentar a oportunidade de emprego e renda. Também notou-se que os antoninenses ainda apresentam dúvidas sobre o tombamento, suas implicações e efeitos. Como solução para parte do problema encontrado propõe-se um projeto de Educação patrimonial para os residentes. Tal projeto prevê a atuação de um grupo interdisciplinar de profissionais do turismo, educação, arquiteto. A equipe trabalhará, contando com encontros semanais e reuniões, para que o conhecimento seja compartilhado entre a população. Como contribuição principal deste estudo, cita-se a elucidação de uma maneira de se conduzir um município ao desenvolvimento por meio do turismo, bem como através da educação patrimonial, a qual pode representar uma variável importante para o planejamento do turismo local.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Tombamento. Educação Patrimonial. Turismo Cultural. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This academic work aimed to analyze the relationship that public policies and cultural patrimony present in view of the development through tourism and Cultural Patrimony education. The city focused on the development of the study is Antonina, on the coast of Paraná State, which had its Historical Center registered in “Livro do Tombo” of National Historical and Artistic Patrimony Institution, in 2011, making this Center into listed buildings. To prepare this work, productions of authors who talk about public policy issues, cultural heritage, development, education and tourism, were used to construct the theoretical foundation. In order to achieve the research objectives, it's adopted a methodology based on qualitative research, using as an instrument for data collection scripts of semi-structured interviews, which were conducted with a sample defined by non-probabilistic method. The people to be interviewed were selected as the involvement with the registration or tourism in Antonina. The collected data were subjected to content analysis and grouped so that the specific objectives were met. Residents showed they recognize the value that the old houses have. For these, the registration can positively influence on tourism, which in turn, may increase the chance of employment and income. Also it was noted that antoninenses still have doubts about the registration, its implications and effects. As part of the solution to the problem found appears a project in cultural patrimony education to residents. This project provides the procedure of an interdisciplinary group of professionals in tourism, education, architecture. The team will work with many meetings to share knowledge among the population. As a main contribution of this study, cite the elucidation of a way to lead a city to development itself through tourism and patrimony through education, which may represent an important variable for the planning of local tourism.

Keywords: Public Policies. Registration. Cultural Patrimony Education. Cultural Tourism. Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – MAPA DA ÁREA TOMBADA PELO IPHAN.....	13
FIGURA 2 – VISÃO SISTÊMICA DE EASTON.....	17
FIGURA 3 – ESQUEMA DAS SUBDIVISÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	23
FIGURA 4 – O EFEITO DOS TRÊS CONJUNTOS DE DIREITOS.....	35
FIGURA 5 – REPRESENTAÇÃO DOS TIPOS DE TURISTAS CULTURAIS	43
FIGURA 6 – FLUXO DE ANÁLISE DAS RESPOSTAS COLETADAS	49
QUADRO 1 – PÚBLICO ALVO DE PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM ANTONINA (PR)	69
QUADRO 2 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO	72
QUADRO 3 – GASTOS ESTIMADOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO.....	74
QUADRO 4 – GASTOS MENSAIS COM SALÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	75
QUADRO 5 – GASTOS MENSAIS COM SALÁRIOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	75
QUADRO 6 – CUSTO TOTAL DO PROJETO	76

LISTA DE SIGLAS

BNB	- Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CPC	- Coordenação do Patrimônio Cultural
IAN/TT	- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	- Ministérios da Educação
MINC	- Ministério da Cultura
MTUR	- Ministério do Turismo
PAC	- Programa de Aceleração de Crescimento
PIB	- Produto Interno Bruto
PNB	- Produto Nacional Bruto
SEEC	- Secretaria Estadual de Cultura do Paraná
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: ANTONINA	12
1.1.1 Antonina: história e patrimônio cultural	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PATRIMÔNIO CULTURAL	16
2.1.1 Análise de Políticas Públicas: principais aspectos	16
2.1.2 Políticas Públicas de Cultura	20
2.1.2.1 Patrimônio Cultural	23
2.1.2.2 Tombamento: definição e origem	26
2.1.2.3 A Propriedade e os efeitos do tombamento	29
2.2 DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA EDUCAÇÃO E DO TURISMO	33
2.2.1 Desenvolvimento como liberdade	33
2.2.2 Educação Patrimonial	37
2.2.3 Turismo Cultural	41
3 METODOLOGIA	47
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	52
4.1 ANÁLISE DAS RELAÇÕES DO PODER PÚBLICO E DOS RESIDENTES COM O PATRIMÔNIO CULTURAL	52
4.2 ANÁLISE DAS INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, DESENVOLVIMENTO E TURISMO EM ANTONINA, PR	55
4.2.1 Análise da relação existente entre políticas públicas e população	56
4.2.2 Análise da relação existente entre políticas públicas e desenvolvimento por meio do turismo	59
4.2.3 Análise da relação existente entre políticas públicas e desenvolvimento por meio da educação	61
4.3 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	64
5 PROJETO DE TURISMO	67
5.1 DESCRIÇÃO E OBJETIVOS DO PROJETO	69
5.2 METODOLOGIA DO PROJETO	71
5.3 CRONOGRAMA DO PROJETO	72
5.4 RECURSOS HUMANOS E RESPONSABILIDADES	74
5.5 DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA	75
5.5.1 Estimativa de despesa inicial (para equipamentos)	75

5.5.2 Estimativas de custos mensais	76
5.6 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	77
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICES	89
ANEXOS	94

1 INTRODUÇÃO

Antonina é um município que dispõe de riqueza cultural, expressa pelos seus grupos musicais, festas populares, costumes locais, causos e culinária, se destacando as balas de banana, a carne de siri e o barreado – prato típico do litoral paranaense. Também possui vários casarões antigos, os quais retratam a cultura existente nos séculos XVIII, XIX e XX, constituindo, assim, um verdadeiro patrimônio histórico local. Entretanto, a população ainda não se conscientizou de que aquilo que faz parte do seu cotidiano, ou seja, seu patrimônio cultural material e imaterial, é de grande valor e pode lhe proporcionar desenvolvimento por meio do turismo. E ainda, Antonina integra o Litoral do Paraná, uma região onde atualmente o turismo apresenta considerável fluxo de visitantes, motivados pela apreciação de sua beleza natural, mas principalmente pela riqueza histórico-cultural.

Frente a este cenário surgem as seguintes indagações: Como analisar as políticas públicas ligadas ao patrimônio cultural e ao turismo no município de Antonina, PR, sob a ótica do desenvolvimento? Qual a percepção dos moradores locais acerca dos atributos histórico-culturais de Antonina/PR? Quais as características das políticas públicas ligadas ao patrimônio cultural e ao turismo existentes no município? Quais as estratégias para promover o desenvolvimento de Antonina, a partir da educação patrimonial e do turismo?

Visando obter respostas para essas indagações, o presente estudo tem como objetivo analisar a relação das políticas públicas com o patrimônio cultural tendo em vista o desenvolvimento no município de Antonina, PR, a partir do turismo e da educação. Mais especificamente se pretende: caracterizar as relações do poder público e dos residentes com o patrimônio cultural; identificar as interfaces entre educação patrimonial, desenvolvimento e turismo em Antonina, PR; identificar, elaborar e apresentar estratégias que promovam o desenvolvimento do município de Antonina, a partir da educação patrimonial e do turismo.

As políticas públicas ligadas ao patrimônio cultural, de uma forma geral, implicam em transformações, alterações, ou ainda estreitamento de relações entre o Estado e propriedade. Como justificativa para a continuidade das políticas públicas, os agentes públicos apresentam a busca pela preservação de edificações. Mas é necessário ter como premissa o desenvolvimento dos locais em que são

implementadas. As políticas públicas vinculadas ao patrimônio não podem ser aplicadas de maneira impositiva. A população deve ser integrada no processo. Para tal, surge a necessidade de propostas que trabalhem a educação voltada para a conscientização do legado histórico-cultural do município visando à construção de conhecimento para a deliberação na formulação de políticas públicas. Dessa forma, contribui-se para que, no caso estudado, se consolide o zelo pelo patrimônio cultural, a autonomia, a cidadania e o desenvolvimento.

Seguindo tais propostas, o texto inicia com a apresentação da área de estudo. Em seguida, são tratados temas como: políticas públicas e o patrimônio cultura; propriedade, tombamento e seus efeitos, e; as formas de como a educação e o turismo cultural podem promover o desenvolvimento e, até mesmo, a liberdade.

A metodologia adotada foi a da abordagem qualitativa, aliada à pesquisa bibliográfica, para construção do embasamento teórico, e à pesquisa documental sobre o município de Antonina, caracterizando o cenário socioeconômico da área de estudo. Para coleta de dados, foram entrevistados os principais envolvidos no processo de tombamento do município. Como resultado, constatou-se que os residentes ainda possuem muitas dúvidas a respeito do processo, alguns empresários se mostraram a favor da medida e mantém a expectativa de que mais visitantes serão impelidos a conhecer o município. Por fim, foram apresentadas propostas para que, o turismo e a educação patrimonial caminhem juntos, levando a ao desenvolvimento real e sustentável.

1.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: ANTONINA

A cidade de Antonina está localizada no litoral do Paraná, a 80 km da capital, Curitiba. Possui uma área territorial de 876, 551 km², e população de 18.891 habitantes, de acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2010). O acesso rodoviário a cidade se dá pela BR-277 (Curitiba/ Paranaguá) que leva a PR-408 e, ou ainda pela BR-116 (São Paulo/Curitiba) que leva a PR- 410, também denominada Estrada da Graciosa (IPARDES, 2012).

O índice de desenvolvimento humano (em 2000) – que é formado a partir da média aritmética da expectativa de vida ao nascer, educação e produto interno bruto

– é de 0,770, o que é considerado médio. O índice de Gini (de 2000), que mede o grau de concentração de renda, é de 0,590, informando que a renda não é perfeitamente distribuída (índice igual a zero), nem concentrada (índice igual a 1). O Produto Interno Bruto *per capita* (de 2009), que é a soma de tudo o que é produzido dentro do município dividido pela quantidade de seus habitantes, é de R\$ 8.850,00. A taxa de analfabetismo (em 2010) entre as pessoas com 15 anos ou mais é de 8,67% (IPARDES, 2012).

Caracterizada por um ritmo pacato, a cidade atrai turistas de várias partes do Brasil, os quais se encantam pela harmonia de suas paisagens. Algumas de suas construções do período urbano remontam ao século XIX, preservando o estilo arquitetônico português. O mar calmo, a brisa suave, causos e personalidades, a alegria e simplicidade do seu povo enriquecem o patrimônio da cidade.

1.1.1. Antonina: história e patrimônio cultural

Conforme a obra de Leão (1999), é em meados do século XVII que se tem o registro das primeiras famílias e atividades instaladas no então chamado Povoado de Guarapiracaba. A atração pelo litoral do Paraná aumentou, principalmente, em função da extração de ouro. Segundo o autor, a ocupação de Antonina se deu em 1648, logo após o Capitão-mor Gabriel de Lara conceder três sesmarias no litoral de Guarapiracaba a três vultos dos mais preponderantes de sua facção: Pedro de Uzeda, Manoel Duarte e Antonio de Leão.

Entretanto, a povoação ganha maior expressão com a chegada do capitão Manoel do Valle Porto. Este, em 1712, começou a trabalhar as terras do Morro da Graciosa, na intenção de formar um sítio e requerer a propriedade para si. Em 12 de janeiro de 1713, sua petição foi atendida (LEÃO, 1999). Valle Porto, frente a numerosos escravos, iniciou um trabalho de mineração e agricultura, no seu sítio, cujo desenvolvimento atraiu outros colonos, formando o povoado de Guarapiracaba.

Em 12 de setembro de 1714, Valle Porto e os demais habitantes da região receberam autorização de D. Frei Francisco de São Jerônimo - Bispo do Rio de Janeiro – para construir uma capela em louvor a Nossa Senhora do Pilar, a quem muito eram devotos.

Em 6 de novembro de 1797,;

“pelo dito Ministro foi dito perante todos que elle em conseqüência da Ordem do Illustrissimo e Escelentissimo Snr. Governador e Capitão General desta Capitania Antonio Manoel de Mello e Castro e Mendonça erigia em Villa esta sobre dita Freguezia denominada Nossa Senhora do Pilar da Gracioza; a qual de hoje em diante em rodos os papeos publicos lhe daria o nome de Villa Antonina, em memória do nome de sua Alteza Real o príncipe Dom Antonio, Nosso Senhor; [...] Que esta dita Villa de Antonina ficava inteiramente desmembrada e independente das justiças ordinárias da Villa de Paranaguá [...]” (LEÃO, 1999, p.66-67).

Dessa forma, a freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa foi elevada à condição de vila, recebendo o nome de Villa Antonina como uma homenagem ao Príncipe D. Antonio, filho do Regente D. João VI com Dona Carlota Joaquina de Bourbon.

Como o município possui marcas da história paranaense, ela mantém grande parte das edificações antigas, o que motivou o tombamento. A seguir, uma figura que situa as áreas tombadas na esfera federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo a maior delas a do centro.



FIGURA 1: Mapa da área tombada pelo IPHAN.
FONTE: Gazeta do Povo (2012)

A região mais antiga do estado do Paraná – o litoral como um todo – possui vários elementos importantes para história do próprio estado e, portanto, alvo

constante de medidas preservacionistas. Todavia, recentemente o tombamento do centro histórico pelo IPHAN tem causado dúvida entre seus moradores sobre os possíveis benefícios advindos com essa medida.

Corroboram com tal afirmação alguns relatos de moradores na reportagem publicada no jornal Gazeta do Povo, em 27/01/2012, a saber:

a artista plástica Liz Szczepanski, que mora na cidade desde 1999, considera que a prioridade da administração pública de Antonina deve ser o investimento na cultura, o que, conseqüentemente, alavancaria o turismo da região. Para ela, o tombamento gera um novo conceito, mas conceito não é forma. Para explorar isso de maneira objetiva e concreta, que dê retorno, tem de ter progresso aliado à sustentabilidade do patrimônio.

O padre Marcos José de Albuquerque, da Igreja Nossa Senhora do Pilar (construída em 1714 e a partir de onde ocorreu todo o desenvolvimento urbano do município), diz que é contra a decisão, como representante da Igreja e como morador da cidade. "É uma lástima, a população não foi consultada antes dessa decisão. E a cidade vai ser tombada sem que o povo concorde totalmente com isso. O poder público manda no que é nosso, diz que ajuda, mas no fim não ajuda", afirma o padre.

Em contramão a essas declarações, estão os representantes dos órgãos públicos, cujos recortes da mesma reportagem seguem:

ficamos muito felizes porque foi uma discussão muito rica em Brasília, e o resultado foi alcançado por unanimidade dos conselheiros. Isso significa o reconhecimento do nosso litoral, mais uma vez, disse o superintendente do Iphan no Paraná, José La Pastina Filho.

Com o tombamento aprovado, Antonina pode agora conseguir recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas, que se destina a recuperar a paisagem dos municípios antigos. Entre os projetos de melhoria estão a remoção da fiação aérea no município, o incentivo ao turismo náutico, a requalificação da mão de obra na cidade (principalmente nos restaurantes) e o planejamento urbano (que inclui a proteção das encostas¹).

Fica notório que no município há opiniões divergentes sobre o tombamento. E é diante desta realidade, marcada pela baixa participação política dos moradores e pela inquietação da população é que se segue às investigações propostas pelo presente estudo.

¹ As encostas passaram a fazer parte das preocupações de governos e organizações não-governamentais ambientais desde 11/03/2011, data em que houve uma grande precipitação das chuvas no litoral do Paraná, a qual ocasionou em enchentes, deslizamentos de encostas, queda de árvores, destruição de casas e cinco mortes.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para elaborar o presente trabalho, recorreu-se aos autores que discorrem sobre os temas políticas públicas, patrimônio cultural, desenvolvimento, educação e turismo. São definições, conceitos e abordagens – alguns foram aqui registrados – os quais são tomados como embasamento teórico, prosseguindo para a formulação da proposta de pesquisa. É sabido que não serão exploradas as teorias em sua totalidade, pois o conhecimento é uma fonte inesgotável.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Políticas públicas é um tema cuja importância vem crescendo na sociedade atual. Uma sociedade fluída que, na maioria das vezes, busca satisfazer suas necessidades e, se possível, alcançar o seu bem-estar. Está aumentando também a curiosidade de seus cidadãos no que se refere à política nacional, a estrutura estatal. Cidadãos acompanhando as sanções daqueles que, um dia, corromperam o voto de confiança a eles dado.

As políticas interferem em praticamente todos os aspectos sociais, seja no futuro, no presente, e até mesmo no passado – quando se trata de patrimônio cultural. Para entender o que são políticas públicas, é fundamental saber como surgiu, o que representam, quem é responsável pela elaboração e implementação das políticas.

2.1.1 Análise de Políticas Públicas: principais aspectos

Souza (2007) aborda que a política pública enquanto área do conhecimento tem sua origem nos Estados Unidos, desvinculando-se da tradição europeia em analisar, profundamente, o Estado e suas instituições. No continente europeu, o estudo de políticas públicas surgiu como um desdobramento dos trabalhos que

buscavam explicar o papel do Estado. Já os norte-americanos se concentraram nos estudos sobre a ação dos governos.

A autora traz ainda que esta área conta com quatro grandes fundadores, quais sejam: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. O primeiro introduziu nos anos 1930 o conceito “*policy analysis*”, ou análise de política pública, como forma de conciliar os objetivos entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. O segundo fundador, Simon, introduziu o conceito de “racionalidade limitada” dos decisores políticos (*policy makers*), propondo que a limitação dos *policy makers* advém de informação incompleta, ou imperfeita, espaço de tempo destinado a tomada de decisão, auto interesses. Para ele, essa racionalidade pode ser expandida quando são adotados métodos que padronizem o comportamento dos atores, com vistas a um resultado desejado, evitando-os de apenas buscar os seus próprios interesses. A contribuição de Lindblom foi a proposta de incorporar outras variáveis na análise e proposições de políticas públicas como “papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse” (SOUZA, 2007, p. 68). Por fim, Easton introduziu a noção de sistema, onde as políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia, dos grupos de interesse.

Assim, o estudo desta área vai tomando corpo, crescendo, e se tornando objeto de investigação de vários pesquisadores, os quais desenharam várias definições. Souza (2007, p. 68) traz algumas como a de Dye (1984) que concebe a política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, ou ainda a de Peters (1986), que vê a política pública como “a soma das atividades dos governos que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.” A autora cita ainda que a definição clássica é a elaborada por Lowi, o qual afirma que política pública é “uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas.” Ou seja, as autoridades se utilizam das políticas enquanto instrumento da manutenção da sociedade.

Ainda nessa questão do social, Rua (1998) coloca que a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos. Traz também a concepção sistêmica de Easton, o qual sustentava a visão das políticas públicas (*policies*) como *outputs* (saídas), que resultam de atividades políticas (*politics*), as quais respondem

aos *inputs* (entradas) originários do meio ambiente e, com maior frequência, dos *withinputs* – que são as demandas originadas no interior do próprio sistema político.

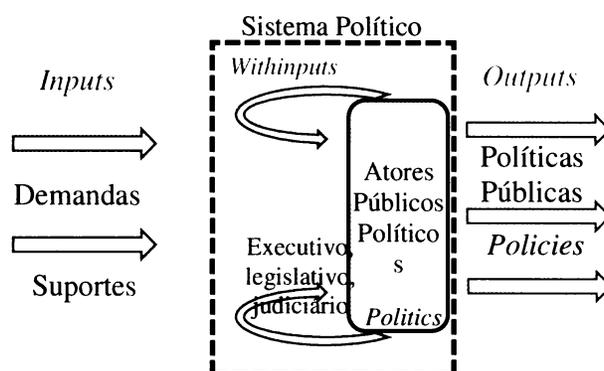


FIGURA 2: Visão sistêmica de Easton
 FONTE: A autora (adaptação simplificada de Easton)² (2012)

A teoria de Easton entende que os *inputs* e *withinputs* podem expressar demandas e suportes. Como exemplo de *inputs*, Rua (1998) cita as reivindicações de bens e serviços, demandas de participação no sistema político ou ainda as demandas de controle da corrupção, de preservação ambiental, de informação política, normatização dos comportamentos dos agentes públicos e privados. Os *withinputs* podem ser exemplificados como demandas emanadas pelo próprio sistema político, por meio dos agentes do executivo (ministros, burocratas, tecnocratas, dentre outros), do legislativo, dos governadores de estados, do judiciário.

As demandas, entendidas aqui no sentido amplo, são reivindicadas pelos atores políticos. Portanto, contribuem direta ou indiretamente na elaboração das políticas públicas. Eles podem ser divididos em: atores públicos e atores privados. Os atores públicos são considerados todos aqueles que exercem funções públicas e por mobilizarem os recursos associados a estas funções. São subdivididos em duas categorias: os políticos – aqueles que estão vinculados a algum partido político e, por meio de eleições e seus cálculos, ocupam cargos como senadores, deputados, governadores, prefeitos, dentre outros – e os burocratas – estes detêm conhecimento especializado nas áreas em que atuam e integram um sistema de

² Easton, David: Esquema para el análisis político, pág. 154 *apud* COLOMBET, T. De Alan García a Alan García: un estudio sobre la gobernabilidad en Perú desde los 80s. In: **Revista de Ciencia Política** – de la ciudad de Buenos Aires a la Aldea Global. mar. 2012. n.12. "TEORIA POLITICA E HISTORIA VII". Disponível em: <http://www.revcienciapolitica.com.ar/num12art3.php>. Acesso em: 24/05/2012.

carreira pública. Já os atores privados são considerados aqueles que não possuem ligação direta com as funções públicas. Nesta categoria têm destaque os empresários, os trabalhadores, grupos religiosos e até mesmo a imprensa. Há que se fazer referência também aos agentes internacionais e transnacionais, que são organizações ou governos que mantêm relações de trocas econômicas, podendo interferir na economia e, por consequência, na política interna de um país (RUA, 1998).

Quando surge uma demanda, cada um desses atores pode se manifestar, atuando em espaços de discussões. Logo, a formulação de alternativas políticas não é tão simples quanto parece, pois ela envolve um cenário onde há, não raramente, agentes com diferentes propósitos e preferências. A cada uma dessas preferências pode ser atribuído um cálculo de custo/benefício de cada ator conforme cada uma das alternativas possíveis. As preferências levam ao conceito de “*issue*”, que é um item ou aspecto de uma decisão que interfere nos interesses dos atores. Se há interferência nos interesses, há, então, a disputa em torno da política que está em proposta. A este espaço de discussão surgem as arenas políticas – arenas distributivas, regulatórias e redistributivas. Em cada uma das discussões, os agentes se utilizam de alianças, negociações, lutas, persuasões, jogos, debates, intercâmbios e obstrução.

Souza (2007, p.69) coloca que “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. Essa alteração a que se propõe a elaboração de políticas tem que estar bem ajustada com as necessidades de toda uma população, e não apenas ir de encontro aos desejos da equipe que ocupa a posição de governo. Pois, como afirma a autora Rua (1998):

As políticas públicas são “públicas” – e não privadas ou apenas coletivas. A sua dimensão “pública” é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter “imperativo”. Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.

Nesse contexto, de conhecer e atender as demandas da população é importante a participação do povo, seja por meio de expressão de suas vontades, ou se opondo, ou apoiando as propostas. Quando se trata do conceito de coisa pública

(poder, política, servidor, e tantos serviços e instituições públicas) a referência é a de algo que pertence a e pode ser usufruída por todos. Portanto, necessita de maior atenção e respeito ao deliberar sobre qualquer que seja o assunto na agenda, pois é algo pertencente à própria sociedade, o que implica, quando esta quiser, em participar de todas as formulações de políticas públicas.

Nesta complexidade de cenário, a escolha de alternativas é bastante delicada. Ruz (1998) apresenta três modelos, quais sejam: “modelo incremental”, “modelo racional-compreensivo” e o “*mixed-scanning*” (sondagem mista). O primeiro consiste em trazer soluções a um problema de forma gradual, pouco a pouco, o que leva a ser considerado um modelo conservador. O segundo modelo é caracterizado por uma decisão de grandes impactos. O terceiro é como se fosse um modelo híbrido, contemplando os dois outros modelos.

Depois de instituídas, as políticas podem suceder aos seus desdobramentos por meio de planos, programas, projetos, bases de dados, sistemas de informação, grupos de trabalhos. Podem, ainda, interferir na legislação, seja criando, alterando, ou revogando leis.

A implementação de políticas é praticamente a continuidade da própria formulação de política, pois, às vezes os agentes se deparam com um cenário não previsto inicialmente. É preciso, portanto, admitir que o processo não seja estanque, rígido, sem ceder a algumas alterações. Afinal, as políticas possuem características complexas, dinâmicas, interativas e, muitas vezes, ficam vulneráveis aos interesses de grupos, de atores, bem como à situação de um mundo externo.

2.1.2 Políticas Públicas de Cultura

O Estado atua por meio de políticas, de diretrizes que norteiam os governantes, juntamente com seus colaboradores em todas as suas ações públicas. Entretanto, os governos alcançam maior eficiência quando agem em conjunto com as diversas instituições existentes, construindo forças de cooperação. Desta forma, nascem arranjos entre o setor público, privado e sociedade civil, visando ao diálogo para formulação de políticas públicas.

Em relação à política pública de cultura no Brasil, o Governo Federal, estabelece, através do Ministério da Cultura (MinC), políticas que buscam motivar empreendedores, governos estaduais e municipais, bem como o cidadão médio a preservarem, expandirem e/ou disseminarem o arcabouço cultural de municípios, bairros, distritos, vilas. Neste cenário, um dos principais instrumentos, que contemplam o atributo “fomentador” das políticas de cultura é a “Lei de Incentivo à Cultura” – Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991 – mais conhecida como Lei Rouanet. Destaca-se a busca por alterar esta lei visando a maior democratização no acesso aos recursos, melhor distribuição dos incentivos entre as regiões do país, menos burocracia para o Estado e menor número de intermediários entre os projetos aprovados (BRASIL, 2010).

Há outros programas para a cultura como o Programa de Artesanato Brasileiro, o Programa Cultura Viva, Pontos de Cultura, Programa de Qualificação dos Museus para o Turismo e o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (BRASIL, 2010). Este último é de grande interesse dos municípios que possuem conjunto arquitetônico de valor histórico.

O Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (ou PAC das Cidades Históricas) é uma ação intergovernamental articulada com a sociedade, tendo como principais objetivos: revitalizar centros históricos, restaurar monumentos protegidos, melhorar a infraestrutura urbana e social, dando suporte às cadeias locais e promoção do patrimônio cultural como indutor e eixo estruturante – além de diversas outras ações definidas a partir das prioridades estabelecidas pelos municípios beneficiados. Estas ações visam: a melhoria da qualidade de vida, e o desenvolvimento econômico e social (IPHAN, 2012; MTUR, 2009).

Este programa é coordenado pelo Ministério da Cultura (MinC), através das ações do IPHAN. Entretanto, para que ocorra a otimização de resultados, o Instituto mantém parcerias com os Ministérios do Turismo (MTur), da Educação (MEC), das Cidades, além da Eletrobrás, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

Cabe destacar o PAC das Cidades Históricas, lançado em Ouro Preto, Minas Gerais, em 21 de outubro de 2009, contando com as presenças de

autoridades políticas da época³ – Luís Inácio Lula da Silva (Presidente da República), Dilma Rousseff (Ministra-Chefe da Casa Civil), Luiz Barretto (Ministro do Turismo), Juca Ferreira (Ministro da Cultura), Márcio Fortes (Ministro das Cidades) e Fernando Haddad (Ministro da Educação). Apesar de o Programa ser de responsabilidade do Ministério da Cultura, fica eminente a atuação conjunta dos Ministérios anteriormente relacionados, visto que, com a implementação do Programa, praticamente todos terão contemplados alguns de seus objetivos específicos. Por exemplo, o então Ministro do Turismo, Luiz Barretto, comenta que:

O programa visa estreitar a relação do turista com o lugar visitado, permitindo que ele aprofunde o seu conhecimento sobre as tradições e a história locais. Para que isso aconteça, precisamos de profissionais habilitados, que também reconheçam a densidade e a diversidade da cultura brasileira (Luiz Barreto, 2009).

Nesta fala, o Ministro do Turismo faz a ligação entre o Programa, o patrimônio cultural e o turismo. Ele ainda ressalta a importância do material humano qualificado e habilitado no contexto do turismo, pois são esses profissionais que poderão proporcionar uma experiência turística fundamentada no conhecimento sobre o local, tanto em seus aspectos materiais quanto imateriais.

No cenário Estadual, através da atuação da Secretaria de Cultura do Paraná (SEEC), há alguns programas e projetos em andamento, quais sejam: Biblioteca Cidadã; CulturAção; Rede Luz de Cinema. As Bibliotecas Cidadãs têm por objetivo oferecer aos municípios paranaenses um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento e inclusão digital. As bibliotecas também dispõem de espaços para práticas cívicas, cidadãs e culturais. O Projeto CulturAção, do Programa Liberdade Cidadã, busca a inclusão e socialização de jovens e adolescentes por meio de cursos culturais de diferentes áreas, como dança, música, teatro, desenho e literatura. Os cursos são ministrados em 15 cidades do Paraná. A Rede Luz de Cinema é um programa que leva as sessões de cinema para 13 municípios do Estado. As exibições ocorrem às noites de quinta-feira e às tarde de domingo, nos cineteatros de Andirá, Apucarana, Arapongas, Castro, Guaíra, Jacarezinho, Lapa, Loanda, Londrina, Morretes, Paranavaí, Ponta Grossa e União da Vitória. O programa é viabilizado por uma parceria entre a Secretaria de Estado

³ O Governo da época procurou transmitir a noção de atuação em conjunto de distintas áreas para o desenvolvimento do PAC Cidades Históricas ao reunir diferentes ministérios na ocasião do lançamento do programa.

da Cultura, o Museu da Imagem e do Som, a e-Paraná, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e a Copel, e prefeituras municipais.

Em 2010, a SEEC elaborou um projeto de revitalização e pintura de fachadas do casario histórico na área central de Antonina, onde 51 casas tiveram as suas fachadas restauradas e pintadas. O projeto foi realizado por meio de uma parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Urbano (SEDU) e com o Serviço Social Autônomo Paranaidade, os quais executaram a obra e destinaram R\$245 mil de investimento e custeio (PARANÁ, 2010).

Ainda dentro da Secretaria estadual de Cultura, existe a Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC), cuja principal função é a preservação do patrimônio arqueológico, histórico, artístico e natural do Paraná. Atua nas áreas de arquivo e documentação, arquitetura, história, arqueologia e áreas naturais, o que demonstra que, na medida do possível, o Governo Estadual tem se preocupado com aquilo que foi herdado das gerações passadas, objeto que constitui o patrimônio de um povo.

2.1.2.1 Patrimônio Cultural

A palavra patrimônio, apesar de ter um contexto recente no que se refere à cultura (no seu sentido mais amplo), já é utilizada há um tempo para se referir àquilo que é herdado. Sendo assim, o patrimônio é fruto da cultura, transmitido de geração a geração, dá significado a um grupo de pessoas, de uma determinada localidade, não sendo exclusividade de um indivíduo. A cultura, por sua vez, segundo Cascudo (1973, p.22), é o “conjunto de técnicas de produção, doutrinas e atos, transmissível pela convivência e ensino, de geração em geração”. Com essa definição é possível considerar a cultura como tudo o que resulta da criação humana. Assim, objetos manufaturados, vestimentas, construções, produções artísticas, linguagens, códigos, símbolos, valores, costumes, hábitos, a maneira de viver integram a cultura. Desta forma, a cultura pode ser representada por meio das casas, vestes, iguarias, e tantos outros bens tangíveis.

Um dos primeiros registros de cuidado com a herança do povo é quando no século XVIII, o poder público da França começou a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a História das nações. Assim, o uso de

“patrimônio” estendeu-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação (RODRIGUES, 2003, p.16). Com o passar do tempo e com maiores debates sobre o assunto, inclusive a níveis internacionais, outros elementos começaram a ser vinculados ao conceito de patrimônio, não ficando exclusivamente a ideia de bens tangíveis.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) trata o Patrimônio Cultural como o produto da cultura, o que é herdado e transmitido de uma para outra geração, as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas, surgidas da alma popular, e o conjunto de valores que dão sentido à vida (UNESCO, 1982).

Com este novo conceito, abriu-se um leque de variedades de bens, os quais, tangíveis ou não, fazem parte do que se considera patrimônio, bastando apenas a característica de ser um produto cultural herdado de uma geração anterior. O esquema a seguir exemplifica de forma sintética o atual estado do que é patrimônio cultural:

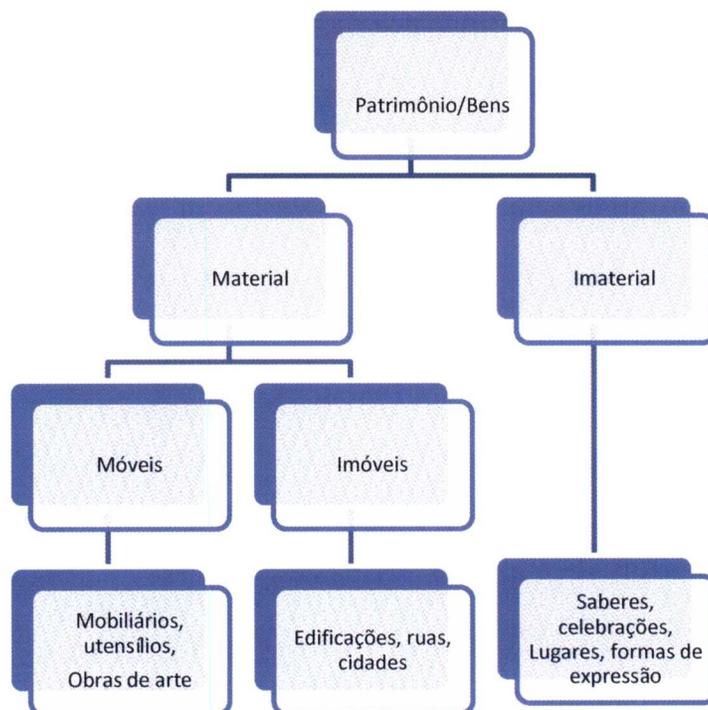


FIGURA 3: Esquema das subdivisões do patrimônio cultural
FONTE: A autora (2012)

No Brasil, as discussões sobre o assunto também acontecem, ficando registrado até mesmo na Carta Magna. A Constituição Federal de 1988 traz no Artigo 216 a seguinte definição:

Constituem patrimônio cultural brasileiro: os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nesses incisos, a Constituição procura contemplar toda produção cultural, e, nos parágrafos do mesmo artigo, assinala os responsáveis e as medidas necessárias para proteção do patrimônio. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional também discorre sobre o tema, onde o patrimônio cultural pode ser composto por imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, imóveis particulares, trechos urbanos, ambientes naturais de importância paisagística, imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. Cada um destes pode apresentar importante papel, inclusive, nas interfaces com segmentos da economia como a construção civil e o turismo, podendo ampliar o potencial de investimentos.

Além desses não se pode negar o valor, neste caso impossível de mensurar, que o patrimônio representa para um grupo de pessoas, cidade, nação, país. Pires e Amorim (2010, p. 29-30) afirmam que

o patrimônio cultural deve ser entendido como uma parte da memória e identidade da sociedade que carrega o legado histórico de um povo. Ele permite o reconhecimento dos indivíduos em suas sociedades e testemunha as experiências vividas por uma nação. Além disso, permite que as pessoas desenvolvam o sentimento de pertencer a um lugar e a um grupo, constituindo assim uma identidade coletiva.

De acordo com o autor, o patrimônio evoca o sentimento de identidade e pertencimento, construindo, até mesmo, a referência que as pessoas buscam com relação à própria origem e essência. Ademais, o patrimônio se revela como componente da riqueza de um povo e, portanto, requer proteção para que possa ser compartilhado entre a geração atual e a futura.

2.1.2.2 Tombamento: definição e origem

Tombar, de acordo com Ferreira (2004), pode ser compreendido, dentre outros significados, como “fazer o tombo”, o qual, por sua vez, significa “inventário de terrenos demarcados”, bem como “registro de coisas ou fatos referentes a uma especialidade ou a uma região”. Desta forma, tombar algo é registrar em livro do tombo.

O termo tombamento derivou do nome da instituição Torre do Tombo, uma das mais antigas de Portugal – a primeira certidão de que se tem conhecimento data de 1378. Instalada numa das torres do castelo de Lisboa, a Torre prestava serviços que, hoje em dia, se assemelham aos de Arquivo público e aos dos cartórios. Ela guardava documentos relativos ao rei, aos vassallos, à administração do reino, às possessões ultramarinas, bem como os documentos resultantes das relações com outros reinos. Também fornecia certidões e, mediante autorização régia, consultas e empréstimos de documentos aos estudiosos da época (PORTUGAL, 2010).

A torre do castelo ruiu no dia 1º de novembro de 1755 devido a um terremoto. Toda documentação foi guardada temporariamente na Praça das Armas até ser transferida para o Mosteiro de São Bento da Saúde. A partir de 1777, a Torre do Tombo passou a cuidar, além dos documentos públicos, do registro e arquivamento das indulgências e benesses dos reis, do arquivamento de documentos religiosos, jurídicos e da formação de funcionários e do ensino da Diplomacia.

Passou por diferentes espaços físicos e por várias denominações, como Arquivo do Tombo, Arquivo Nacional (Real Arquivo da Torre do Tombo), Arquivo Geral, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT). Finalmente em 2007, instituiu-se o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, servindo de estrutura administrativa de âmbito nacional cujas atribuições são: promoção da salvaguarda, valorização, divulgação, acesso e fruição do patrimônio arquivístico e do patrimônio fotográfico, garantindo a gestão de acervos à sua guarda, e os direitos do Estado e dos cidadãos nele consubstanciados; servir como recurso da atividade administrativa e fundamento da memória coletiva e individual; zelar pelo cumprimento das leis referentes à proteção e valorização do patrimônio cultural, incluído neste o patrimônio arquivístico e ao patrimônio fotográfico; aceitar as formas

de aquisição (por doação, herança e legado desde que previamente autorizados pelo membro do Governo responsável pela área da Cultura, por doação, depósito, incorporação, permuta ou reintegração).

O Arquivo Nacional Torre do Tombo possui funções semelhantes às do IPHAN (no Brasil). Entretanto, no país lusitano, o termo tombamento não é utilizado. De acordo com a Lei 107/2001 (PORTUGAL, 2001), os portugueses executam a classificação, que é o “acto final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural” e a inventariação, que consiste no “levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação”.

No Brasil, o tombamento, enquanto instrumento fundamental nas políticas de cultura vinculadas ao patrimônio histórico, foi instituído no primeiro governo de Getúlio Vargas, no chamado Estado Novo – período que se estendeu do ano de 1937 a 1945 – por meio do Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937 – vigente até hoje sem ter passado por alterações. Naquela época o IPHAN era denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Além deste instrumento jurídico, o tombamento é invocado pelo artigo 5° da Constituição, inciso XXII, pela função social, e pelo artigo 216, parágrafo 1°, no qual dispõe que “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Ou seja, a intervenção na propriedade com o respaldo da lei.

O tombamento pode ser compreendido, de acordo com o *site* do IPHAN, como:

um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. (IPHAN, 2011).

Os bens tombados são inscritos nos Livros do Tombo⁴, quais sejam: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas (BRASIL, 1937).

⁴ Inicialmente só havia a preocupação em preservar os bens materiais, sem dar importância aos bens imateriais que a cultura brasileira possui – este quadro foi alterado por meio do Decreto 3.553 de 04 de agosto de 2000.

O tombamento pode recair sobre bens móveis e imóveis, pertencentes ao Poder Público ou Privado, conforme descrito nos artigos 1º e 2º, do Decreto Lei. E, dependendo da titularidade, a forma do ato muda, conforme as possibilidades a seguir descritas:

- a) Tombamento de ofício: ocorre quando o ato incide sobre um bem público e se dará de ofício por ordem do diretor do IPHAN ou do órgão competente na esfera estadual, devendo a entidade a quem pertence o bem ser notificada, conforme artigo 5º, do Decreto;
- b) Tombamento voluntário: Este se dá quando o atingido é um bem privado e ocorre quando o próprio dono solicita ou concorda, por escrito, com a notificação de que o bem será inscrito no Livro do Tombo, conforme artigo 7º, do Decreto;
- c) Tombamento compulsório: Dá-se quando o proprietário é notificado da inscrição provisória e se recusa a anuir com esta, conforme artigo 8º, do Decreto.

Nesta última possibilidade, a de tombamento compulsório, o artigo 9º do presente Decreto, descreve uma série ritos processuais como segue:

- a) O proprietário é notificado pelo órgão competente para que este se manifeste se concorda ou é contra, possuindo 15 dias para a contestação;
- b) Caso aceite, há a inscrição no Livro Tombo, deixando o tombamento de ser provisório para se tornar definitivo;
- c) Caso conteste, esta será remetida ao órgão que decidiu pelo tombamento, que terá 15 dias para manifestação;
- d) Então, os autos serão remetidos ao Conselho Consultivo do IPHAN ou do órgão estadual equivalente, que no prazo de 60 dias decidirá, não cabendo recurso da decisão.

Cabe salientar que este ato administrativo somente é aplicado a bens de interesse para a preservação da memória e referenciais coletivos, não sendo possível utilizá-lo como instrumento de preservação de bens que sejam apenas de interesse individual. Assim, uma pessoa que deseja tomar algo que apenas ela, ou sua família, considera como de valor inestimável, seja artístico ou histórico, não

poderá fazê-lo porque a coletividade não o vê desta forma, sendo impossível tornar a coisa objeto de tombamento.

2.1.2.3 A propriedade e os efeitos do tombamento

Segundo Locke (1994), Deus deu aos homens toda a terra, deu-lhes ainda a razão para que, por meio dela, fosse possível aproveitar tudo o que a terra frutificasse. Desta forma, o trabalho empregado nos recursos naturais e algumas escassas técnicas, poderiam conferir ao homem médio da época boas condições de vida, e até mesmo algum tipo de conforto. Todo este conjunto de objetos, técnicas, o trabalho e seus resultados constituiriam “a propriedade”. Nas palavras do autor “a terra e tudo o que ela contém foi dada aos homens para o sustento e o conforto de sua existência”, proporcionando a própria vida das pessoas (LOCKE, 1994, p. 97).

Da mesma forma, o homem não tem a vocação de habitar uma porção de terra, trabalhá-la e viver isolado de outras pessoas. Assim são estabelecidas as relações de sociedade. O agrupamento de pessoas não nasce apenas pela necessidade de viver junto. O autor coloca que é uma busca pela proteção da propriedade individual. Para ele:

A única maneira pela qual alguém se despoja de sua liberdade natural e se coloca dentro das limitações da sociedade civil é através de acordo com outros homens para se associarem e se unirem em uma comunidade para uma vida confortável, segura e pacífica uns com os outros, desfrutando com segurança de suas propriedades e melhor protegidos contra aqueles que não são daquela comunidade (LOCKE, 1994, p. 139).

Assim, as pessoas mantêm suas propriedades praticamente seguras. Porém, elas têm cerceada a sua liberdade natural para que não haja um conflito entre as liberdades. Nesse contexto, surge a necessidade de um agente regulador das convivências, que oriente as famílias, estabelecendo o bem-estar comum.

Para exercer essa função é fundamental a existência de um Governo, o qual pode emanar de uma única pessoa (monarquia) ou de representantes escolhidos pelos integrantes das sociedades civis organizadas (oligarquia). Locke (1994) apresenta um Governo dividido em três poderes: o executivo, o federativo e o

legislativo. Este último é de extrema importância, pois é ele quem vai estabelecer os limites de atuação de cada um dos componentes da sociedade por meio das leis.

No caso do Brasil, as leis fazem parte de um ordenamento jurídico, composto também por Regulamentos, Portarias, Decretos, e pela Constituição Federal (vigente desde 1988), sendo esta a hierarquicamente superior, devendo haver consonância das demais para com ela. No que se refere à propriedade, a Lei Maior assegura este direito em seu artigo 5º, inciso XXII, como segue: “é garantido o direito de propriedade”. Para Mello (2009, p. 350), o “direito de propriedade compreende o uso, o gozo e a disposição do bem sobre o qual incide” e este mesmo uso da propriedade “obedece a certas limitações”, já que, para o mesmo autor, “não há direitos ilimitados”. Não apenas na questão da propriedade, mas o desfrute de bens e o desempenho de atividade particular têm de estar em consonância com os limites impostos pela ordem jurídica, o que é encontrado em todos os Estados. Gasparin (2011, p. 869) aborda que o Estado impõe regras no intuito de “dificultar, ou obstar qualquer comportamento antissocial dos administrados e satisfazer as exigências da comunidade.” Desta forma, é possível intervir no que é particular.

Embora o artigo 170 da Constituição reconheça a propriedade privada, esse direito é mitigado, deixando de ser absoluto. O Brasil é um “Estado Democrático Social de Direito, o que implica afirmar que também a propriedade deve atender a uma função social” (PAULO; ALEXANDRINO, 2010b, p.140). Este fato é descrito no inciso XXIII do mesmo artigo: “A propriedade atenderá a sua função social”. Portanto, a sua eficácia sempre fica restringida aos conceitos de “necessidade ou utilidade pública”, “interesse social” e “bem estar social”. Desta forma, atendendo aos pressupostos anteriores, o Poder Público intervém na propriedade por meio de atos, os quais são sempre regulados e legitimados por leis, nunca ocorrendo arbitrariamente ou segundo os interesses dos agentes públicos. As duas formas básicas de intervenção são: a supressiva e a restritiva.

Na intervenção supressiva, o Poder Público – o Estado – passa a deter a propriedade de terceiro para si em nome do interesse público. Isto se dá coercitivamente, sob a forma de desapropriação. Já na intervenção restritiva o Estado impõe algumas condições ao uso da propriedade. O dono não poderá mais utilizar conforme sua própria vontade, mas sim de acordo com as instruções do Poder Público. Este tipo de intervenção acontece sob a forma de: servidão

administrativa; requisição; a ocupação temporária; as limitações administrativas, e; tombamento.

O tombamento, foco deste trabalho, uma vez realizado limita as ações do proprietário no que diz respeito a destruir, demolir, mutilar, descaracterizar o bem. Medauar (2011) ressalta que a pintura, reparação ou ainda a restauração dependem de autorização do órgão competente. Com esta medida, o órgão faz com que o proprietário conserve o bem tombado dentro das características culturais, motivo pelo qual foi objeto do tombamento.

O imóvel conterà em seus documentos de Registro a anotação de bem tombado. Caso haja o interesse em alienar o bem, o proprietário deve notificar a União, Estado e Município, pois estes têm preferência pela aquisição da propriedade tombada. Caso esta medida não seja observada e atendida pelo proprietário, a alienação será anulada, ficando o Poder Público autorizado a sequestrar e impor ao proprietário quando ao adquirente uma multa de 20% do valor do contrato (PAULO; ALEXANDRINO, 2010a).

Importante ressaltar que o proprietário não ganha indenizações por conta do tombamento, pois é requerida apenas a manutenção das características próprias do bem. Contudo, se for constatada a “urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada”, o IPHAN poderá executá-las e/ou projetá-las a expensas da União.

Quanto aos efeitos do tombamento estão expostos nos artigos do Decreto-Lei nº 25, o qual, conforme Di Pietro (2011, p. 146) gera obrigações positivas, negativas e a obrigação de suportar, conforme evidenciado a seguir:

- a) Positivas: Realizar obras de conservação necessária para a preservação do bem e, caso não possua recursos, deve notificar o órgão responsável pelo tombamento, sob pena de ser multado, (art. 19º, do Decreto); caso decida vender o bem, deverá notificar a União, Estado e Município para que esses se manifestem se desejam exercer o seu direito de preferência, sob pena de multa (art. 22º, do Decreto);
- b) Negativas: O proprietário não pode efetuar reformas, por menores que sejam, assim como não pode demolir ou destruir, sem que haja a autorização do IPHAN, sob pena de multa calculada sobre o valor causado (art. 17º, do Decreto); caso seja bem móvel, há a proibição de retirada do país, só podendo por curto prazo e autorizada pelo IPHAN

(art. 14º, do Decreto); caso seja tentada a exportação, é possível o sequestro do bem e o proprietário se queda sujeito às sanções do crime de contrabando e multa (art.15º, do Decreto);

- c) Obrigação de suportar: O órgão que promoveu o tombamento possui o direito de fiscalizar se o imóvel está sendo devidamente cuidado, podendo adentrar ou ingressar no bem (art. 20º, do Decreto).

Outra curiosidade da matéria é que o tombamento impede que haja a desapropriação do imóvel, a não ser que seja para conservar o imóvel. Assim, é necessário o cancelamento do tombamento pela entidade que o implantou para a posterior desapropriação, com a devida indenização decorrente da troca da titularidade do bem.

Até mesmo os vizinhos são afetados pela medida de tombamento de um imóvel, pois os mesmos não poderão realizar qualquer tipo de construção, reforma, que torne o prédio tombado menos importante na visualização do cenário:

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto (BRASIL, 1937).

Essa questão de afetação do bem vizinho, embora seja mais um efeito do tombamento, possui a característica de uma servidão administrativa – outro ato administrativo que limita o direito de propriedade – para a qual Di Pietro (2011, p. 146) traz a seguinte definição: “Servidão administrativa é o direito real de gozo, de natureza pública, instituído sobre imóvel de propriedade alheia, com base em lei, por entidade pública ou por seus delegados, em favor de um serviço público ou de um bem afetado a fim de utilidade pública”. Neste caso, onde a servidão decorre do tombamento, não há indenização para o proprietário do imóvel vizinho.

O ordenamento jurídico prevê sanções por infrações ao tombamento, como multas calculadas com base no valor do bem tombado por: tentativa ou reincidência de exportação do objeto; colocação de anúncios que prejudiquem a visibilidade do bem; destruição, mutilação, alteração e congêneres das características do bem; ou ainda a ordem de destruir toda obra edificada sem autorização do órgão responsável. O Ministério Público e associações pertinentes poderão intervir em ações que prejudiquem a edificação tombada. Dentre as sanções penais, o

ordenamento prevê, no artigo 165 do Código Penal, a pena de detenção de seis meses a dois anos, acrescidos de multa, para quem destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente (MEDAUER, 2011). A implicação de penalidades não é a mais desejada das alternativas para acatar o ato administrativo. O respeito e apreciação dos bens tombados podem ser cultivados na mente de cada um a partir de uma apresentação e contextualização destes ao cotidiano da população. Assim, o tombamento pode ser visto não como uma servidão administrativa, mas sim como a garantia de que esta e a geração futura terão a oportunidade de conhecer e conviver com este tipo de riqueza, a qual pode inclusive contribuir para o desenvolvimento local.

2.2 DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA EDUCAÇÃO E DO TURISMO

Dentro da área de abrangência da economia, dois assuntos são frequentemente discutidos entre os especialistas, principalmente aqueles que atuam na Macroeconomia, que são o “Desenvolvimento” e o “Crescimento”. A princípio, parecem ser até sinônimos, substitutivas entre si. Entretanto, eles são bem distintos. Junto ao desenvolvimento, estão as questões sociais, a forma como vivem as pessoas que participam – ou deveriam participar – deste fenômeno.

2.2.1 Desenvolvimento como Liberdade

Desenvolvimento econômico vai além do que é abarcado pelo crescimento econômico. De acordo com Milone (2004, p.485) o crescimento econômico leva em consideração o “aumento contínuo do produto interno bruto (PIB) em termos globais e *per capita*, ao longo do tempo”. São vistos os números alcançados, ou seja, onde se estava no período anterior e o caminho “numérico” percorrido até o período de análise.

Já a questão do desenvolvimento abrange a relação que pode existir entre o que foi produzido e o estado em que se encontram as pessoas que contribuíram –

por meio do emprego de sua força de trabalho, de aportes financeiros e, até mesmo, pela abnegação ao estilo de vida que gostaria de levar – para o crescimento da economia.

Milone (2004, p.486) deixa claro que o desenvolvimento não pode ser analisado somente por meio de indicadores de crescimento do PIB ou do produto per capita. Mas complementarmente por índices que representem, ainda que de forma incompleta, a qualidade de vida dos indivíduos. Devem existir medidas que “reflitam alterações econômicas, sociais, políticas e institucionais, como: renda per capita, expectativa de vida, mortalidade infantil, fertilidade, educação, analfabetismo, distribuição de renda entre diferentes classes e setores, poder político, entre outros”. Reportando-se aos elementos garantidos pela Constituição Federal vigente, de que adianta obter um elevado PNB⁵ (Produto Nacional Bruto) *per capita* enquanto uma parcela da população não dispõe das necessidades mais básicas, como água tratada, saneamento do esgoto, serviços de saúde e educação gratuitos e de qualidade.

Amartya Sen (2000) constantemente traz exemplos de países ricos, como os Estados Unidos, onde alguns americanos – em especial os afro-americanos – não têm acesso a atendimento de saúde gratuito, e que somado à baixa renda percebida, têm uma expectativa de vida menor do que a existente em países ditos do Terceiro Mundo.

O autor complementa que não é somente de receitas e produtividade que se mantém o desenvolvimento de um país. Mas de um desdobramento e, ao mesmo tempo, de uma sequência de atos. Perceber as reais necessidades da população, dar-lhes os instrumentos necessários para desenvolver habilidades e capacidades, são exemplos de medidas que impactam, entre outros índices sociais, inclusive no crescimento econômico. Para o autor, a análise econômica contemporânea passou a enxergar a acumulação de capital como um processo influenciado diretamente pela qualidade produtiva de todos os seres humanos envolvidos, pois a educação, aprendizado e especialização, em longo prazo, tornam as pessoas mais produtivas, contribuindo diretamente no processo de expansão econômica (SEN, 2000). Desta forma, um país, uma província, município, distrito, uma localidade poderá alcançar

⁵ De acordo com Gremaud (2004, p. 594), “o PNB retrata a renda que pertence efetivamente aos nacionais. É o Produto Interno Bruto somado a renda líquida do exterior (dada pela diferença entre a renda recebida e a renda enviada, na forma de juros, lucros, *royalties* e assistência técnica).”

resultados econômicos e sociais, concomitantemente, a partir de investimentos na qualidade humana. Não se obterá apenas o desenvolvimento, mas também a liberdade da população para viver a vida que se almeja.

Nesse sentido, o desenvolvimento pode ser encarado como um processo de expansão das liberdades de que as pessoas desfrutam, como se estas fossem resultados daquele. Por outro lado, o desenvolvimento é possível em ambientes em que operam as liberdades. Assim, liberdade e desenvolvimento estabelecem uma relação complexa sintetizada por Sen (2000) com dois conceitos: “papel constitutivo” e “papel instrumental”. O primeiro se refere ao desenvolvimento visto como um processo que só existe para proporcionar a liberdade, ou seja, seu o fim primordial nada mais é do que libertar a população que trabalha pelo objetivo de alcançar as melhorias econômicas. Já o segundo conceito se reporta ao desenvolvimento como fruto de um meio no qual a liberdade está instituída.

Destarte, pode-se dizer que nações, governantes e Estados que não atribuem importância a estes papéis assumidos pelo desenvolvimento permanecerão (ou terão grande chance para isto) estagnados no que se refere à melhoria da qualidade de vida de seus integrantes/governados/cidadãos. Qualidade esta que pode ser formada pelos direitos das pessoas. Manzini-Covre (2006) elenca três categorias de direitos a serem desfrutados por aqueles que integram uma sociedade, quais sejam: direitos civis, direitos sociais e direitos políticos. Para a autora, os direitos civis são os que permitem ao ser humano dispor do próprio corpo, locomoção, segurança (direitos estes pouco respeitados em países que adotam regime de governo autoritário). Já os direitos sociais são aqueles que garantem o atendimento das necessidades humanas, como habitação, saúde, alimentação, dentre outros. E os direitos políticos referem-se à liberação do homem sobre sua vida, à prática religiosa, a expressão de pensamento, e a relação das pessoas para com os organismos de representação direta (sindicatos, escolhas, associações de moradores) ou indireta (eleições de governantes da União, Estados e municípios).

Afirma a autora que os três conjuntos de direitos “não podem ser desvinculados, pois a sua efetivação depende de sua relação recíproca”, e os mesmos estão co-relacionados às forças econômicas e políticas para existirem e se consolidarem (MANZINI-COVRE, 2006, p. 15). Como exposto na Figura 4, o efeito é potencializado quando ocorre a intersecção – ou “vinculação”, como denominado pela autora – dos três conjuntos de direitos. São tais direitos que conferem ao

individuo a liberdade de agir, pensar, opinar e escolher aquilo que, na sua concepção, é/está correto, ou então, é a que trará mais benefícios.

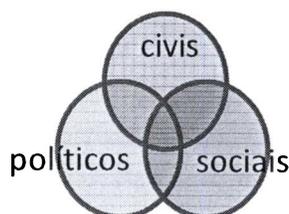


FIGURA 4: O efeito dos três conjuntos de direitos
 FONTE: A autora (2012)

Cabe salientar que, quando se fala em ambiente em que a liberdade já se encontra instaurada, ou seja, com o pleno exercício dos direitos e do livre arbítrio, é pertinente que essa população saiba fazer uma leitura do contexto em que vive, tenha condições para analisar criticamente o cenário e, além disso, consiga opinar, intervir e participar da construção da sua realidade.

Essa capacidade de avaliar, perceber, mudar, ou de manter, os agentes influenciadores e organizadores da própria sociedade só pode ser efetiva se for elaborada por meio da educação, de uma forma de construção do conhecimento balizada por métodos que levem em consideração, ademais de todos os conceitos apreendidos nas academias, o cotidiano das pessoas que, de certa forma, constituem no objeto de um trabalho educacional.

Da mesma forma que os conjuntos de direitos que fazem parte do exercício da cidadania se complementam, educação, desenvolvimento e capacidade de geração de oportunidades de emprego e renda são temas interligados, praticamente interdependentes. A educação conduz ao desenvolvimento de uma população, transformando-a e tornando-a mais apta às exigências da atualidade. Com maior nível de preparo e desenvolvimento, a população terá capacidade de criar novas formas de conseguir renda e empregar sua força de trabalho. Nas cidades históricas, a educação com enfoque cultural poderá fazer com que a população passe a valorizar o patrimônio cultural. E ao articular educação patrimonial e turismo, é possível não apenas atrair turistas, mas também estimular o desenvolvimento.

2.2.2 Educação Patrimonial

As construções, os objetos, e os hábitos ao permitirem que sejam reconhecidos em função da sua singularidade geram a identidade. Sob a ótica do ser humano Martins (2003) entende a identidade como o sentimento de afinidade que o indivíduo tem ao pertencer a um grupo. Junto a isto está a significação valorativa e emocional de sentir-se parte. Assim, quando o indivíduo procura conhecer os resultados da sua cultura, compreendê-los e valorizá-los é possível dizer que ele tende a perceber-se (identifica-se) como integrante da cultura vigente no espaço/grupo que está inserido. Surgindo este sentimento de identidade, o grupo será fortalecido. Portanto, a valorização da cultura deve ser vista como imprescindível à manutenção dos grupos e promoção da identidade cultural.

Para que os herdeiros culturais possam se identificar e gerir o seu patrimônio, faz-se necessária a formulação de ações voltadas à disseminação do conhecimento e apropriação das riquezas culturais. Estas ações se remetem ao conceito de educação patrimonial, o qual é entendido como o “processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA, GRUMBERG, e MONTEIRO, 1999). É um processo que não fica restrito às crianças, mas pode ser levado aos adultos para que haja um processo de aproximação com as manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados. Assim, é dada a possibilidade, aos educandos, de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para usufruir, da melhor maneira, dos bens.

A educação é o maior vetor de transformação social que existe. É por meio dela, que alterações estruturais na sociedade são capazes de acontecer. Como cita Freire (1996, p. 98), “a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto no esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento”. Do ponto de vista econômico, o processo de educação é tido como impactante no sistema produtivo, melhorando, inclusive, a condição de vida de outras pessoas. Para Amartya Sen

as pessoas que recebem educação obviamente se beneficiam com isso, mas, adicionalmente, uma expansão geral da educação e alfabetização em uma região pode favorecer a mudança social (até mesmo a redução da fecundidade e da mortalidade, [...]), além de ajudar a aumentar o progresso econômico que beneficia também outras pessoas. (SEN, 2000, p. 154).

O que o autor coloca é que o processo de educação é profícuo para a transformação da sociedade. Exatamente o que Freire⁶ afirma em toda a sua produção científico-literária. Exemplos são os títulos de seus livros como: Educação como prática da liberdade (1967); Pedagogia do oprimido (1970); Educação e mudança (1979); Pedagogia da indignação (1990); Pedagogia da esperança (1992); Pedagogia da Autonomia (1997). Freire sustenta a concepção de educação transformadora, de uma educação que leva à construção do conhecimento que contempla o indivíduo enquanto ser integrante de uma sociedade, onde o núcleo de sustentação da educação é o 'inacabamento ou a inconclusão do homem (FREIRE, 1999, p.27). Nesta sua incompletude é que o homem procura aprender mais sobre si, sobre as relações com o próximo e, no ápice deste processo, consegue exercer o seu mais nobre papel: o do protagonismo das ações, pois, com conhecimento e capacidade de análise crítica, adquire autonomia, liberdade para atuar como agente.

Mogilka (2003) assinala a diferença entre esses dois termos amplamente utilizados no cenário da educação e, por muitas vezes, utilizado como sinônimos, que são: liberdade e autonomia. O termo liberdade significa irrestrrição, o estado no qual o sujeito encontra espaço para agir, pensar e desejar sem contenção ou impedimento, realizando aquilo que lhe é necessário ou aquilo que ele quer. Já o termo autonomia, derivado dos vocábulos gregos *auto* (próprio) e *nomos* (lei ou regra), significa a capacidade de definir as suas próprias regras e limites, sem que estes precisem ser impostos por outros: significa que aquele agente é capaz de se auto-regular. Logo, na palavra autonomia, estão implícitas, simultaneamente, a liberdade relativa do agente, que pode prescindir de um poder externo que o regule, e a limitação, derivada necessariamente da relação com o mundo natural e social.

Nesse sentido, a educação possui uma qualidade ímpar no que se refere à formação de cidadãos, de pessoas autônomas, agentes de sua própria realidade, protagonistas da sociedade em que estão inseridos. Quando se procura aliar a

⁶ O educador Paulo Freire é considerado um ícone na área da Educação, servindo de referência para muitos especialistas e para formuladores de projetos educacionais. Foi declarado Patrono da Educação Brasileira, conforme a Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 16 de abril de 2012.

educação à cultura e história, o ensino é importante para que as pessoas possam conhecer o seu passado, entender o presente e, assim, organizar o futuro, pois “todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos que saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos”. (FREIRE, 1999, p.33). Este saber, histórico cultural, precisa ser compartilhado, visto que é direito de todas as pessoas como afirma Rodrigues (2003, p. 23):

todo homem tem direito ao respeito, aos testemunhos autênticos que expressam sua identidade cultural no conjunto da grande família humana; tem direito a conhecer seu patrimônio e o dos outros; tem direito a uma boa utilização do patrimônio; tem direito de participar das decisões que afetam o patrimônio e os valores culturais nele representados; e tem direito de se associar para defesa e pela valorização do patrimônio. (RODRIGUES, *op.cit.*, p.23).

Assim emerge a Educação Patrimonial a qual se assemelha a uma alfabetização cultural a qual possibilita ao indivíduo fazer a leitura do seu contexto, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido (HORTA, GRUMBERG e MONTEIRO, 1999).

Conhecendo a importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio nota-se que a educação transforma qualquer que seja a característica do grupo de pessoas. O que se precisa é de alguém que execute a adequação das técnicas envolvidas no processo de aprendizagem às pessoas que receberão as instruções de ensino.

Além do estímulo à cidadania, outro fruto da educação patrimonial é a preservação e conservação dos bens materiais e imateriais pelos próprios residentes de modo consciente, sustentável, fortalecendo o sentimento de identidade e cidadania. Diferentemente do que se tem visto. Se uma edificação é tombada, ou seja, impossibilitada de sofrer alterações, é arbitrariamente por meio de leis e decretos – municipais, estaduais e/ou federais. Há que se citar o ganho que se obtém nas relações estabelecidas entre as partes envolvidas. O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre os residentes e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens.

Outro resultado é a percepção com apreço do ambiente em que se vive. Para Tuan (1980) o simples espaço – abstrato – pode se transformar em lugar – conceito este relacionado a algo conhecido e que transmite segurança – à medida que as pessoas o conhecem melhor e o dotam de valor. Ainda na perspectiva de Yi-Fu Tuan, quando se institui um sentimento de afeição, capaz de unir as pessoas aos lugares, pode-se dizer que há o que, na Geografia humanista, é chamado de topofilia (TUAN, 1980). Tal abordagem transpassa os mecanismos biológicos dos sentidos, já que envolve a cultura dos grupos humanos, interferindo na percepção e conduta quanto ao ambiente. Assim, o conhecer leva à valorização, e esta, por sua vez, à defesa do que é tido como seu. Segundo Tilden⁷ (1967 *apud*, MURTA, 2005, p. 14-15), “através da interpretação, a compreensão; através da compreensão, a apreciação, e através da apreciação, a proteção”. Uma população desprovida de uma educação adequada, na maioria das vezes, não consegue enxergar a beleza, a singularidade e importância de seus próprios bens. Com conhecimento insuficiente, os habitantes de um determinado município, distrito, tendem a acatar a opinião do agente mais influente, ou pior, não concebem sua própria posição com relação aos bens, se excluindo de todo o processo de implantação das medidas de preservação do bem.

Por isso, quando se fala em educação, não se limita ao processo de ensino-aprendizagem que ocorre dentro do âmbito escolar, mas busca-se o fenômeno ocorrido no interior do indivíduo, dotando-o de capacidade de refletir e interferir no contexto em que se encontra. Nessa perspectiva de uma educação transformadora, completa e apropriada ao ambiente em que esta pessoa está inserida, é que surge a possibilidade de inserir novas formas em que elementos da cultura sejam assimilados e trabalhados pela população – principalmente aquelas que habitam cidades com notável singularidade cultural. Assim, há a necessidade de uma intervenção para construção, junto a estas pessoas, de um conhecimento que estimule a atitude de valorização e preservação do patrimônio, além do entendimento acerca dos outros benefícios advindos dos bens patrimoniais, como, por exemplo, geração de oportunidades de trabalho e renda.

Para o turismo, a contribuição da educação patrimonial, além da manutenção e preservação dos bens, está a indução à interpretação do patrimônio,

⁷ TILDEN, F. **Interpreting our Heritage**. [s.l.]: University of North Carolina Press, 1967.

que é o “processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar” (MURTA; GOODEY, 2005, p. 13).

Para Murta e Albano (2005, p. 10), “investir em interpretação significa agregar valor ao produto turístico”, pois esta leva a valorização do meio, da história e dos saberes e fazeres, o que, conseqüentemente, leva para a diversificação do produto. Para ela, a interpretação é um componente essencial do produto turístico, sobretudo quando se apoia na cultura e em paisagens especiais. Ela, a interpretação, “possibilita aos visitantes conhecer e apreciar mais os lugares, podendo levá-los a prolongar sua permanência e estimular novas visitas” (MURTA; ALBANO, 2005, p. 10).

Murta (2005) coloca que os autóctones têm papel fundamental na interpretação, pois eles terão de convencer os visitantes do valor de seu patrimônio, fazendo-os sentir que o local visitado é realmente especial. NITSCHE (2011), em sua investigação sobre o Itinerário de Guajuvira, em Araucária/PR, constatou que, nesse roteiro, as características ligadas ao espaço vivido dos moradores não eram percebidas pelos visitantes porque os próprios moradores não se davam conta delas e nem as reconheciam como potencial de atração turística. Ou seja, a relação estabelecida dos moradores para com seu espaço vivido interfere diretamente na percepção dos visitantes. Logo, a educação para um novo olhar do cotidiano permite que a experiência turística seja incrementada.

Dentre os inúmeros resultados possíveis, alguns aqui apresentados, a educação patrimonial tem se configurado como uma forma de fazer com que as pessoas conheçam o espaço vivido, sua cultura, história, e, por conseguinte, leva os moradores ao sentimento de pertencimento ao lugar, a valorização, defesa e preservação, culminando na possibilidade de gerar oportunidades vinculadas ao turismo cultural, principalmente.

2.3.3 Turismo Cultural

Para iniciar a discussão sobre o turismo cultural, cabe retomar a conceituação de cultura, ainda que de forma sucinta se for considerada a imensidão

de produtos e as diversas compreensões do tema. Cultura, como já apresentado anteriormente, seguindo o entendimento de Cascudo (1973), é tudo aquilo que, de alguma forma, é produzido pelo ser humano e que pode ser transmitido – seja por meio de convivência ou pelo ensino – entre as gerações.

Logo, a cultura constitui um importante e vasto tema de discussão entre os especialistas de várias áreas. Willians⁸ (1976, *apud*, PEREZ, 2009) apresenta três maneiras de entender e utilizar o conceito de cultura, que são as perspectivas: antropológica; sociológica, e; estética.

Na perspectiva antropológica, a cultura é entendida como modo de vida, ou seja, como os seres humanos pensam, dizem, fazem, fabricam. É na Antropologia que distintas culturas possuem dignidades equivalentes, isto é, a cultura de um povo que vive nos centros urbanos não é melhor que a cultura daqueles que moram no meio rural. O elitismo e o etnocentrismo são amplamente combatidos no meio antropológico. O turismo cultural é um dos segmentos mais abrangentes, visto que ocorre a partir da própria cultura.

A perspectiva sociológica compreende a cultura como um campo de ação específico juntamente com outros campos como o da cultura, política, sendo estes campos estratificados de acordo com critérios estabelecidos. A cultura é a produção e consumo de atividades culturais, semelhantes aos outros bens de consumo, adquiridos pela massa. O terceiro ponto de vista, o do uso estético do conceito cultura, está ligado às atividades intelectuais artísticas como a música, a literatura, o teatro, o cinema, a arquitetura, a pintura e a escultura.

São distintas formas de enxergar a cultura, mas em todas elas, a produção humana é sustentada. Produtor e apreciador de cultura, o homem busca conhecer a cultura alheia, ou seja, que não a dele. É no intuito de satisfazer esse interesse que, desde a Antiguidade com Marco Pólo, surgem as viagens. Perez (2009, p. 106), coloca que:

o “*Gran Tour*” era uma viagem de formação (e iniciação) dos nobres e burgueses com o objetivo de entrar em contato com outros povos e culturas, criando assim um capital cultural que lhes serviria para ser melhor aceito no seu próprio país e investir nas tarefas de liderança e governança.

O Gran Tour data do século XVIII e XIX (PEREZ, 2009), quando turismo e cultura ainda não eram investigados. Mas nota-se a disposição para satisfazer essa

⁸ Willians, R. **Keywords**: a vocabulary of culture and society. London: Croom Helm, 1976.

necessidade de conhecer outras culturas, ainda que para tal fosse preciso se deslocar por meio de navio, trens e, mais recentemente, de avião.

Apesar de cultura e turismo há algum tempo se mostrarem ligados, as definições, discussões de turismo cultural são recentes. Barreto (2003) coloca que há turistas que buscam a apreciação dos bens materiais e imateriais produzidos pelo homem, o que configura o segmento de Turismo Cultural. Para Oliveira (2002), turismo cultural é o praticado por pessoas em busca de conhecimento da localidade, onde a atração cultural passa a ser o principal motivador da viagem. Já para o Ministério do Turismo, o segmento mencionado compreende todas as “atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, 2006). Nesta última assertiva, o Ministério aponta o efeito da valorização e promoção dos bens culturais, visto que o turismo cultural pode trazer benefícios para a população autóctone além dos econômicos.

Perez (2009) afirma que algumas situações emergem no contexto do turismo cultural, quais sejam: experiência psicossocial; processo de mercantilização da cultura; tendência para a nostalgia; curiosidade e aprendizagem; fuga para o “outro”; peregrinação moderna; procura de atrações histórico-culturais; indústria de representações de cultura. Para Urry (2001) o turismo é uma espécie de consumo de bens e serviços não essenciais. Todavia esse consumo ocorre porque gera experiências agradáveis e distintas da vida cotidiana.

Como foi exposto, o turismo cultural apresenta diversas características, podendo atender aos mais variados objetivos, interesses e expectativas. Em se tratando de atrativos, o turismo cultural conta com tudo o que é resultado do homem e suas relações uns com os outros como, por exemplo: artesanato; idioma; tradições; gastronomia; arte e música; história da região; trabalho e tecnologia; arquitetura; religião; sistemas educativos; trajes e vestimentas; atividades de lazer. Esses são os elementos que poderão chamar a atenção dos turistas culturais que, para cada destino, apresentará um perfil.

Mckercher e Du Cros⁹ (2002, *apud*, PEREZ, 2009), a partir de duas variáveis: a centralidade da motivação cultural e a profundidade da experiência, conseguiram diferenciar cinco tipos de turistas culturais, a saber:

- a. Turista cultural motivado: motivação cultural central e experiência profunda
2. Turista cultural inspirado: experiência mais superficial
3. Turista cultural esporádico: inexistência de motivação cultural central e de experiência profunda
4. Turista cultural casual: baixa motivação cultural e experiência superficial
5. Turista cultural acidental: nada motivado culturalmente e experiência superficial

Graficamente, esses cinco tipos de turistas podem ser assim representados:

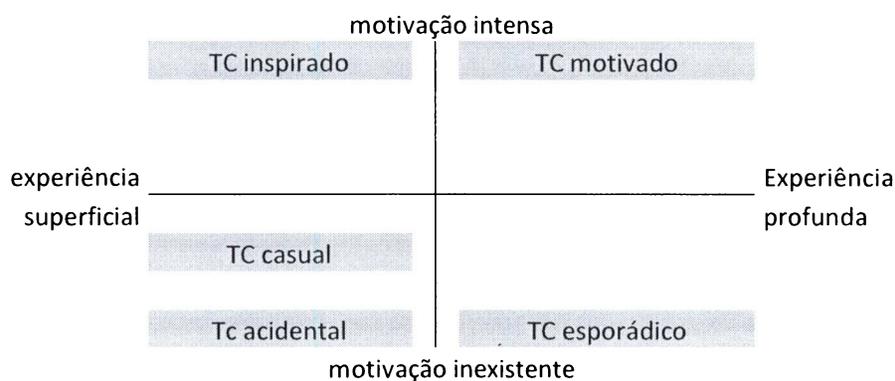


Figura 5: Representação dos tipos de Turistas Culturais (TC)
 FONTE: A autora (2012)

O destino turístico, portanto, deve estar preparado para os mais diversificados perfis de visitantes que irá receber. Há sedentos por informações, há outros que só querem tirar fotos, outros só comprar artesanato, *souvenir*, ou usufruir das paisagens disponíveis no local. Entretanto, independentemente das intenções, o destino pode obter benefícios por meio do turismo como, por exemplo, a valorização e preservação de edificações, tradições, dialetos, danças, além de meios de gerar renda e desenvolvimento socioeconômico. Surge um movimento cíclico, onde o

⁹ MCKERCHER, B. e DU CROS, H. **Cultural Tourism: The Partnership Between Tourism and Cultural Heritage Management**. New York: Haworth Hospitality Press, 2002.

turismo promove a preservação/conservação e esta, por sua vez, promove o turismo. A partir da conservação e preservação das características culturais, e mais ainda quando a identidade cultural e a cidadania são ratificadas pela educação patrimonial, nascendo, assim, um arcabouço cultural, o qual se constitui em verdadeiro potencial para o desenvolvimento. Irving (2002) elucida a abordagem na qual o segmento de turismo cultural é considerado como instrumento de desenvolvimento local, conforme o uso dos recursos disponíveis para preservar a cultura local. Assim é gerado um turismo cultural sustentável que contribui para a ascensão da identidade da cultural.

As culturas são valorizadas e, de certa forma, são compartilhadas entre visitantes e autóctones. É como se a cultura do próximo fosse irresistivelmente interessante, ao ponto de deslocar o indivíduo para contatar o visitado. Assim, o turismo pode ser pensado como uma das atividades que mais tem incentivado o contato intercultural entre pessoas, povos e grupos. Neste sentido, o antropólogo Appadurai (1999) mostra o turismo como um "*ethnoscape*" (que traduzido significa fuga da etnia), ou seja, como uma paisagem caracterizada pelo fluxo de bens, informação, serviços e turistas, através das fronteiras e num contexto de globalização. O turismo permite o enriquecimento cultural, o crescimento intelectual, pessoal, e até mesmo experiência de vida, ao que Swarbrooke (2000) coloca como prática de um turismo sensível, suave e inteligente.

Mesmo com todos esses benefícios, é necessário estabelecer que o modelo de exploração – aqui no sentido de usar e aplicar recursos disponíveis – da atividade seja o mais proveitoso para a população como um todo. Não se pode contemplar apenas os interesses dos investidores ou dos turistas. Os anfitriões também merecem participar do planejamento das atividades. Este é um conceito novo, e crescentemente defendido entre os estudiosos, principalmente com a instauração da vertente do turismo sustentável.

Outras alterações no contexto do turismo cultural é o tratamento dado à oferta, a qual passa a ser singular. Nesse sentido pode-se dizer que a valorização do patrimônio cultural e das singularidades é impulsionada. Quanto mais idiossincrático, mais único e mais atrativo passa a ser o destino. A capacidade de auferir renda a partir de negócios fica mais notável na medida em que se percebe a potencialidade de criar fluxo de visitantes. Assim, a população do destino precisa monitorar o seu ambiente tanto no sentido das oportunidades como no dos

encaminhamentos que se darão (ou que se estão dando) das políticas de condução das atividades turísticas no nível de planejamento e no nível de desenvolvimento. Demanda-se a familiaridade por parte da população no que tange a essas questões para que o processo seja participativo e consensual:

“O turismo como prática econômica precisa, no entanto, encontrar formas mais respeitadas de se inserir no cotidiano das comunidades receptoras. É fundamental que os investimentos sejam adequados à vocação do lugar, possibilitando à população participar e usufruir de seus resultados.” (MURTA; ALBANO, 2002, p. 10).

É pertinente colocar que o turismo – bem como as atividades socioeconômicas decorrentes dele – não pode ser visto como atividade que trará a solução de todos os problemas de uma cidade, de uma região, de um país em crise. O turismo cultural é um dos meios que proporciona oportunidades de emprego e renda, devendo ser entendido em sua totalidade, numa perspectiva holística, inserindo nesse sistema a participação dos que estão diretamente relacionados, neste caso os detentores da cultura-atrativo, para que o desenvolvimento aconteça por completo e de forma sustentável.

3 METODOLOGIA

Este trabalho apresenta características de uma pesquisa qualitativa, a qual, segundo Triviños (1987), os resultados são escritos em narrativas, com declarações dos envolvidos, fundamentando o processo de investigação.

Apresenta ainda, dentro da categoria de pesquisa qualitativa, características de um estudo de caso. Para Godoy (1995), o estudo de caso procura responder perguntas do tipo: “como” e “por quê” certos fenômenos ocorrem e o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, os quais só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real.

Neste tipo de pesquisa, o pesquisador pode se utilizar de uma variedade de dados coletados em vários momentos e por meio de várias fontes. As técnicas mais recorrentes são a observação e a entrevista. Os relatórios produzidos contêm narrativas, citações, fotos, desenhos, colagens, gráficos, no intuito de melhor descrever o contexto em que está sendo desenvolvida a pesquisa.

Apesar de alguns autores questionarem a validade do estudo de caso como método de pesquisa social – se realizado isoladamente, sem o uso de métodos como experimentos e *surveys* – Murray¹⁰ (1974, p. 167, *apud*, ALENCAR, 2007, p.70) afirma que o estudo de caso possui maior importância quando as “circunstâncias particulares observadas de um único estudo de caso podem sugerir conexões que necessitam ser exploradas em outras instâncias”. Assim, os resultados de um único estudo de caso podem estimular, incentivar, a realização de novas pesquisas, cujos resultados poderão conduzir a generalizações.

Inicialmente, foi tomada a investigação do tema por meio de bibliografia que para Santos (2004), o material bibliográfico poderá ser composto por livros de leitura corrente ou de referência, tais como dicionários, enciclopédias, anuários, publicações periódicas, fitas gravadas, páginas de web sites, relatórios de simpósios, seminários, anais de congressos. Além de documentos que, para Godoy (1995), numa forma ampla podem ser: jornais, revistas, obras literárias, memorandos, relatórios, elementos iconográficos, como fotografias, imagens, sinais, dentre outros.

¹⁰ MURRAY, D.J. Case study as form of enquiry. In: **The open University Social Sciences**. Londres: The Open University, 1974, p.165-172.

Para a coleta de dados recorreu-se às entrevistas as quais, para Gil (1999), são formas de diálogos assimétricos, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Ele afirma ainda que a entrevista é uma das técnicas de coletas de dados mais utilizadas no âmbito das ciências sociais e bastante adequada para obter informações sobre o que as pessoas sabem, creem, esperam, desejam, pretendem fazer, podendo ser comparado ao tubo de ensaio na Química e ao microscópio na Microbiologia. Como vantagem frente à aplicação de questionário, é possível citar a maior proximidade com o respondente, “podendo explicar o significado das perguntas e possibilidade de captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas.” (GIL, 1999, p. 118).

As entrevistas foram do tipo semi-estruturada. Diferentemente da entrevista estruturada – na qual o entrevistador aplica da mesma forma uma sequência de perguntas predeterminadas idênticas a todos os entrevistados – as entrevistas não-estruturadas possibilitam ao pesquisador exercitar sua iniciativa no acompanhamento da resposta a uma pergunta. Elas têm uma estrutura e orientação gerais, mas permitem flexibilidade para incluir perguntas não-estruturadas (HAIR, *et al*, 2005). Gil (1999, p. 120) denomina esse tipo de entrevista como “entrevista por pautas”, pois ela “se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explicando ao longo de seu curso. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas.” O entrevistador intervém, sutilmente, cada vez que o entrevistado se afasta do tema proposto.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas do tipo semiestruturadas, como descrito anteriormente, as quais foram realizadas nos municípios de Antonina e Curitiba, durante os dias 15, 16 e 17 de novembro de 2012. Para tornar apropriada a formulação dos roteiros de entrevistas, foram formados quatro grupos de interesse para o presente trabalho, a saber:

- a) Prefeitura (dois entrevistados);
- b) empresários cujos estabelecimentos recebem influência, direta ou indiretamente, do turismo (quatro entrevistados);
- c) proprietários de edificações com interesse de preservação, e (quatro entrevistados);
- d) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (um entrevistado).

A amostra foi selecionada conforme o método não-probabilístico, utilizado quando da seleção de entrevistados que, de certa forma, estão diretamente relacionados às questões levantadas por este estudo. Fizeram parte da amostra os funcionários públicos municipais e federais (servidores do IPHAN) envolvidos com o processo de tombamento; profissionais e empresários cuja atividade tenha relação com o turismo; pessoas de grande influência entre os residentes; proprietários de edificações com interesse de preservação.

As respostas obtidas com as entrevistas foram avaliadas por meio da análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2004), permitem relacionar as respostas às condições em que foram produzidas/recebidas. De acordo com o autor, é necessário aplicar um conjunto de técnicas de análises das comunicações, visando obter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Este mesmo autor coloca que não há um modelo exato para análise do conteúdo, mas há algumas instruções empíricas válidas. Com o tratamento de cada uma das mensagens levantadas por meio das entrevistas, é possível identificar as principais ideias e opiniões de seu emissor. Godoy (1995) sintetizou o modelo de Bardin (2004) – a qual aponta as fases de pré-análise, codificação, categorização e inferência – em três etapas, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

A primeira delas pode ser considerada como a fase de organização, de traçar esquemas de trabalho os quais guiarão a realização das demais etapas. É na pré-análise que estão os primeiros contatos com os documentos, a definição de objetivos e/ou formulações de hipóteses.

Na segunda fase ocorrem a codificação, a classificação e a organização. Relacionando esta etapa com o estudo proposto seria dizer que aconteceria a sintetização das mensagens contidas em cada um dos textos selecionados, de entrevistas coletadas, observações obtidas. Posteriormente prossegue-se à classificação dessas mensagens por meio de palavras para, por fim, agrupá-las de acordo com a categoria em que elas se enquadram.

A terceira fase cuida do tratamento e interpretação dos resultados obtidos na fase anterior. De acordo com a autora, a análise dos resultados deverá ir além do conteúdo manifesto, buscando encontrar o conteúdo latente dos documentos. Ela ressalta ainda que a interpretação requer uma visão holística, mostrando que “os

fatos sociais são complexos, históricos, estruturais e dinâmicos” (GODOY, 1995, p.25).

Para a inferência, adotou-se a técnica de análise temática a qual, segundo Bardin (2004), consiste em descobrir os núcleos de sentido que integram a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição significam algo para o objetivo analítico escolhido. De acordo com a técnica, as unidades de registro (segmentos de conteúdo) que mais aparecem são as mais importantes ou as mais defendidas pelos emissores das mensagens. Abaixo segue, sinteticamente, a metodologia adotada.

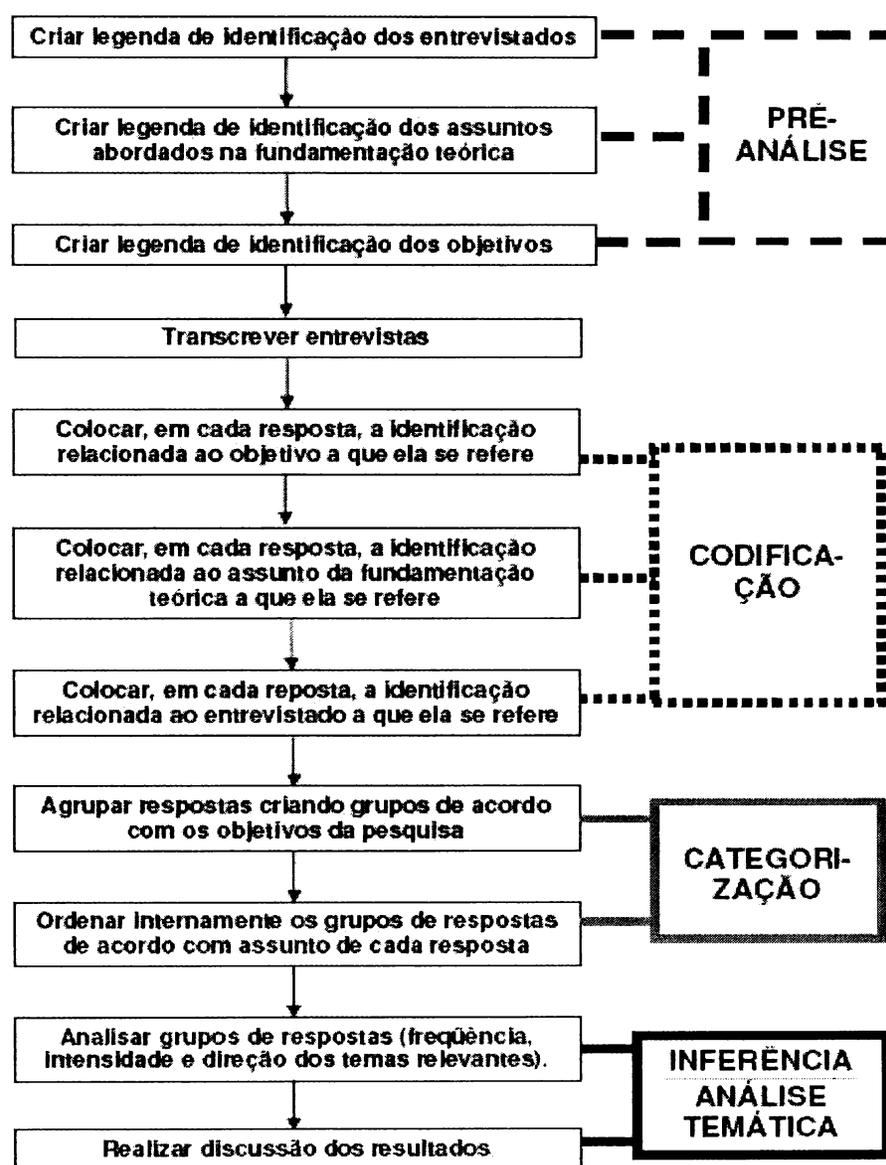


Figura 6: Fluxo de análise das respostas coletadas
 FONTE: Gomes (2006)

As respostas seguem no próximo capítulo, sendo organizadas segundo os objetivos deste estudo. A identidade dos entrevistados não será revelada. Para apresentar a opinião de cada um deles, será utilizado um código composto por uma letra e um número. A letra indica o grupo de interesse a que pertence. Já o número se refere à ordem em que aconteceu a entrevista. Por exemplo, para os servidores da prefeitura será utilizada a letra “A” acompanhada por um número na sequência. Para os empresários, a identificação se inicia com a letra “C”, os proprietários com o “B” e o IPHAN pela letra “D”.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Visando facilitar leitura e interpretação do cenário existente no município com relação às políticas públicas, tombamento, desenvolvimento, turismo e educação, as respostas se encontram agrupadas de acordo com os objetivos propostos neste estudo: caracterizar as relações do poder público e dos residentes com o patrimônio cultural; identificar as interfaces entre educação patrimonial, desenvolvimento e turismo em Antonina, PR. Este último para uma melhor abordagem foi subdividido em três partes, quais sejam: analisar a relação existente entre políticas públicas e população; analisar a relação existente entre políticas públicas e desenvolvimento por meio do turismo, e; analisar a relação existente entre políticas públicas e desenvolvimento por meio da educação.

4.1 ANÁLISE DAS RELAÇÕES DO PODER PÚBLICO E DOS RESIDENTES COM O PATRIMÔNIO CULTURAL

No decorrer do marco teórico, procurou-se evidenciar a importância que o patrimônio histórico representa para as pessoas que integram uma sociedade, seja por evocar o sentimento de identidade e pertencimento, por ser resultante da alma popular, ou ainda porque constitui a riqueza herdada de um povo. No ambiente urbano, como o presente objeto de estudo, há de se verificar como ocorrem as relações do poder público e dos próprios herdeiros (residentes) com relação ao patrimônio existente no município.

Os roteiros de entrevista buscavam coletar as informações das pessoas que convivem como bem tombado. Para cada grupo, foi elaborada uma série de questões, atendendo as respectivas peculiaridades.

Chama à atenção a quantidade de casas que ainda mantém algumas características do passado. Por isso, aos proprietários foi perguntado se eles sabiam dizer o porquê que seu imóvel foi preservado até os dias atuais. Neste ponto, as opiniões foram convergentes, reconhecendo o valor das edificações. O entrevistado

B1 (líder religioso) cita dois motivos: “Pelo valor histórico. É uma das construções mais antigas. E a construção tem muita utilidade para a população.”

A entrevistada B4 (professora aposentada, proprietária há mais de trinta anos) respondeu: “Porque a minha família manteve e porque eu gosto. Sempre defendi a preservação. Eu fazia parte da curadoria que defendeu a criação do Setor Histórico e a Lei de 1985, no governo de Leopoldino. Era uma turma boa aquela.” Nesta resposta há um ponto a ser salientado: a Lei Municipal de 1985. Nela, era definido o Setor Histórico do município, estabelecendo condutas e normas para a preservação. Quando da elaboração do projeto de lei, foi montado um grupo de trabalho, ao qual denominaram curadoria do patrimônio histórico, para discutir as formas de elaborar a lei, as edificações que seriam tombadas e possíveis melhorias na aparência da cidade. A esta lei, a de 1985, pode-se atribuir os resultados positivos no que se refere à preservação do patrimônio no município nos últimos 27 anos.

O entrevistado B2 (procurador do Estado do Paraná aposentado, proprietário de uma casa antiga há seis anos) revela conhecimento da História do município e um grande apreço pela casa antiga, como segue:

Essa casa sobreviveu quase que por milagre. Antonina é a segunda cidade mais antiga do Paraná. A igreja tem quase 300 anos. Foi ao redor dela que a cidade começou. E olhe essas ruas ao longo da praça. Só ficou essa quadra aqui (se referindo à quadra em que está a casa dele). O resto já está tudo descaracterizado. Trocaram as janelas por basculante. Olha a riqueza dessas janelas de madeira! Olha o forro! (mostrando as tábuas largas que recobrem a laje). Isso aqui não existe mais!

Aos empresários, foi perguntado se eles sabiam o motivo pelo qual o centro histórico de Antonina foi tombado. As respostas se concentraram no caráter preservacionista da medida administrativa. O empresário C3 (proprietário de restaurante turístico e de confeitaria) respondeu que é “Pelo desenho arquitetônico da cidade. O pouco que foi preservado, o pouco que não foi derrubado chama a atenção. A maioria que preservou é gente que veio de fora e abraçou Antonina.” O entrevistado C4 (farmacêutico há mais de 30 anos) em poucas palavras afirma “Para preservação.” O empresário C1 (atua no ramo alimentício, há trinta anos na indústria e sete anos no comércio de balas de banana e conservas) acredita “que seja o valor histórico dessas casas. E aquilo que eu te falei, a chance de teus tataranetos conhecerem o que temos hoje”. O interessante desta declaração é a

perpetuação do desfrute do patrimônio histórico. Para este empresário, as próximas gerações também têm direito de vivenciar o que temos hoje.

Fez-se a mesma indagação aos servidores públicos municipais, os quais mostraram que consideram as edificações valiosas e dignas de salvaguarda. O entrevistado A1 (servidor municipal, lotado na Secretaria de Obras) ressalta que “é um patrimônio valioso e tudo mais...” e o entrevistado A2 (servidor municipal, lotado na Secretaria de Cultura e Turismo) diz que o tombamento servirá para “preservação dos casarios”.

Já para o IPHAN, não são todas as pessoas que estabelecem uma boa relação com o bem tombado, encarando-os como entrave para novas construções e modernização, bem como para com as medidas tomadas de preservação do patrimônio histórico. O entrevistado D1 (servidor do IPHAN) comentou que:

As pessoas não entendem muito. Veem como algo ruim. Há o risco de as pessoas depredarem os imóveis em estudo, como aconteceu em Castro/PR, onde a Secretaria Estadual de Cultura estava avaliando um tombamento e as pessoas durante a noite e madrugada demoliam as edificações.

“O brasileiro não tem esse costume, essa percepção de preservação”. Com esta frase o entrevistado B2 (procurador do Estado do Paraná aposentado, proprietário de uma casa antiga há seis anos) comenta o descaso que a população brasileira em geral estabelece para com seu patrimônio, até mesmo com as riquezas de sua história. Reflexo da falta de educação patrimonial, pois um dos frutos deste tipo de educação é a preservação e conservação dos bens, estabelecendo uma relação sustentável, suscitando sentimento de identidade e cidadania.

A empresária C2 (sócio-proprietária de indústria do ramo alimentício) deixa transparecer o quanto admira a paisagem local, construída pelos casarios antigos. Ela diz: “Olha só a embalagem do meu produto. Há 12 anos mantenho a mesma foto. Escolhemos esta imagem não pela Igreja matriz, mas pela composição que as casas com o prédio da Igreja formam. O efeito Sépia¹¹ foi justamente para realçar o antigo”.

Para enriquecimento da discussão, aprofundando no relacionamento dos entrevistados pertencentes ao grupo de proprietários, perguntou-se se há algum

¹¹ Efeito amarelado aplicado em fotografias por meio de softwares de tratamento de imagem para deixá-las com aspecto envelhecido. O nome vem de moluscos do gênero Sépia, que para se defender, liberam um líquido com tonalidade amarelada.

fato, caso ou caso com relação a sua a sua casa, como, por exemplo, participação em fotos, filmagens, etc. A residência da entrevistada B4 (professora aposentada, proprietária há mais de trinta anos) serviu de instalações para os prefeitos da época (1930). O entrevistado B2 (procurador do Estado do Paraná aposentado, proprietário de uma casa antiga há seis anos) disse:

A RPC¹² quis gravar um filme aqui na minha casa. Eu estava em Curitiba. E abri as portas da casa, era gente pra cá, gente pra lá, história de amor, beijos. Fiquei orgulhoso de poder colaborar com a filmagem. Fiquei muito satisfeito de ter o desenvolvimento de uma filmagem. Não me cabe privar os outros de desfrutar da minha casa. Eu me simpatizo muito com a cidade. Ah, além de padres, o Getúlio Vargas já se hospedou aqui.

Nas edificações do entrevistado B1 já houve a gravação de dois episódios de “Casos e causos” da RPC e a gravação de algumas cenas da novela “O Astro”, na versão realizada em 2011, pela Rede Globo.

Os exemplos citados servem como oportunidade de uso das construções antigas, o que pode ser explorado pelo município, como meio criar e instaurar o zelo pelo patrimônio entre os munícipes, ou ainda como forma de divulgação em outros estados, países, atraindo novos visitantes, e até mesmo novos investidores.

4.2 ANÁLISE DAS INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, DESENVOLVIMENTO E TURISMO EM ANTONINA, PR

Este tópico, por conter a relação entre políticas públicas, desenvolvimento, turismo e educação patrimonial, foi dividido, conforme apontado anteriormente, com o intuito de proporcionar a leitura do texto de forma mais clara, direta e respeitando as particularidades de cada um dos itens tratados.

¹² Rede Paranaense de Comunicação, retransmissora da Rede Globo de Televisão no Estado do Paraná.

4.2.1 Análise da relação existente entre políticas públicas e população

As políticas públicas podem ser consideradas a materialização das intenções de um governo para com a sociedade, através de planos, programas e projetos. No referencial teórico, foi abordado que as políticas são decorrentes de demandas. Tal qual um sistema aberto, as necessidades também surgem de um ambiente externo, onde pode estar inserida a população. Assim, a aclamação das pessoas pode gerar um documento (neste termo estão inclusos os projetos, as leis, as resoluções, e todas as demais transcrições governamentais).

Por outro lado, há processos em que a população não participa. Às vezes toma conhecimento ao final do processo, quando já não há mais discussão sobre o tema, não havendo a possibilidade de alteração, incremento, ou exclusão de termos as quais lhe eram de interesse. Em se tratando de tombamento, é inevitável a afetação do cotidiano dos proprietários. No caso de Antonina, o tombamento se deu pelo conjunto dos casarios. Isto significa que várias fachadas estão protegidas pelo órgão federal do patrimônio histórico e artístico, cabendo a este avaliar toda e qualquer alteração que se fizer necessária nas circunvizinhanças dos casarios. Nesse sentido, todos os imóveis, antigos ou não, estão sob os olhares do IPHAN.

Ao se perguntar aos servidores da prefeitura municipal e do IPHAN sobre a procedência do tombamento, as respostas foram consensuais no que se refere à ausência da população. De acordo com A1 (servidor municipal, lotado na Secretaria de Obras), o processo aconteceu:

a partir do IPHAN. Ninguém aqui da cidade... aqui ninguém quer. Essa é a verdade. Isso foi a partir do próprio IPHAN. O IPHAN estava fazendo um estudo de todas as cidades com setor histórico, então partiu deles. A prefeitura não pediu nada. Só disse quer ou não quer depois, né? Depois não tem muito o que querer ou não querer.

Quando se perguntou sobre a participação da população nas etapas do processo, o entrevistado A2 (servidor municipal, lotado na Secretaria de Cultura e Turismo) disse: "A população foi convidada a participar logo no começo. Mas eu acho que eles deveriam fazer um convite mais geral, mais abrangente. E não apenas o convite direcionado." A mesma pergunta foi feita a D1 (servidor do IPHAN),

o qual respondeu: “A população não participou dos processos. Geralmente ela não participa, até porque era tudo embasado em técnicas, em teorias. Não é o ideal, mas hoje o tombamento acaba acontecendo de uma maneira impositiva.”

Os servidores municipais acreditam que pelo fato de o tombamento ter acontecido unilateralmente, os antoninenses não vão aceitar satisfatoriamente a decisão federal. O entrevistado A2 (servidor municipal, lotado na Secretaria de Cultura e Turismo) afirma:

Eles não sabem o que é exatamente. Pra eles é deixar a casa do jeito que tá e empurrar pro governo a manutenção. Primeiro ela tem que conhecer o que é para que depois eles possam valorizar. Depois de entender, eles vão poder cobrar.

O entrevistado A1 (servidor municipal, lotado na Secretaria de Obras) opina o seguinte:

Acho que tem uns 60% de rejeição. Aqui o pessoal não quer preservar. Eles não têm essa conscientização de que vai atrair turistas. Muitos não conseguem compreender que, a partir de agora, a construção pode não ser histórica, mas está num espaço de preservação, ou seja, toda e qualquer modificação, tem de ser informada e consultada ao órgão responsável.

Entre os proprietários, o tombamento é encarado de distintas formas. A entrevistada B4 (professora aposentada, proprietária há mais de trinta anos) se mostra a favor do tombamento. O entrevistado B2 (procurador do Estado do Paraná aposentado, proprietário de uma casa antiga há seis anos) afirma: “Acho correto. Sou favorável. A gente tem que preservar. O Brasil tem uma extensão territorial imensa. Por que tirar essa casa aqui, de muitos anos, pra colocar outra? Já está construído, não custa nada manter o que já existe.”

Já a empresária C2 (sócio-proprietária de indústria do ramo alimentício) afirma que o tombamento é uma matéria complicada. Os pais dela eram proprietários de uma casa antiga, e encontraram muitos problemas:

É uma medida interessante para preservação, mas desde que haja financiamento, uma contrapartida, incentivos pra manter. A mão-de-obra pra reforma aqui na nossa cidade é muito cara. Sem falar que nem sempre você consegue uma pessoa pra fazer. É muito caro. Meu pai tinha uma casa antiga, e as janelas estavam muito ruins [...] E ele precisava trocar, mas não podia fazer nada porque a prefeitura dizia que tinha que ser trocada por outra idêntica. Só que meu pai já tinha comprado a casa com modificações na fachada. Não tinha como saber como ela era originalmente.

O entrevistado B1 (líder religioso), sustenta a seguinte opinião sobre o tema:

Sou contra. É uma medida impositiva, não houve discussão. A Igreja já é tombada pelo estado e às vezes é necessário fazer alguma obra para consertar algo e é uma burocracia muito grande, não há apoio financeiro. Eu tenho que me virar para consertar algo porque muitas vezes há goteira e se ficar esperando até vir uma resposta o local vai estar inundado.

Nesta fala o entrevistado expõe as dificuldades encontradas após o tombamento. E continua: “os custos aumentam, e nem sempre dá pra ficar esperando uma decisão se pode ou não. E não há apoio financeiro”. Por isso, ele acredita que poderia haver “menos morosidade na devolutiva das solicitações feitas ao patrimônio histórico”.

As queixas do líder religioso são pertinentes, pois a Igreja Nossa Senhora do Pilar (matriz) é tombada em esfera municipal e estadual. Na instância federal a Igreja não está tombada, mas por integrar a área monitorada pelo IPHAN, também se deve reportar qualquer tipo de intervenção no aspecto material da igreja. Os demais proprietários entrevistados disseram que não terão dificuldades para atender as exigências inerentes ao tombamento.

Na perspectiva do empresariado local, o tombamento pode ter reflexos positivos para o município e para os estabelecimentos comerciais. Perguntou-se a eles qual impacto que você espera no seu estabelecimento a partir do tombamento. O entrevistado C1 (atua no ramo alimentício, há trinta anos na indústria e sete anos no comércio de balas de banana e conservas) respondeu: “Espero que a quantidade turistas na cidade aumente. Assim, cresce o número de clientes na minha loja.” O empresário C4 (bioquímico e proprietário de farmácia) acredita que: “A ideia de preservação vai interferir até no futuro da cidade, e sem isso pode perder sua identidade. Como preservei meu estabelecimento ele virou um ponto turístico e o pessoal vem ver, faz parte.”

O tombamento, assim como as demais políticas públicas e seus derivativos, emerge como uma medida para proporcionar o bem à população. Desta forma, todos os cidadãos, se assim quiserem, podem acompanhar e participar dos processos relativos à elaboração de projetos, reivindicando as demandas da população. Não é necessário haver o distanciamento das pessoas quando o assunto é política. Durante a coleta de dados, foi possível perceber que nem todos buscam participar do planejamento municipal. O entrevistado C1 (atua no ramo alimentício, há trinta anos na indústria e sete anos no comércio de balas de banana e conservas) ratifica a participação da população: “eu até gostaria de participar mais da política. A

população poderia se envolver mais. Só que eu tenho medo de ser mal interpretado, de acharem que eu estou querendo virar prefeito, vereador”.

Continuando nesta perspectiva da relação política-população, e como o turismo acabou surgindo entre as respostas dos entrevistados, foi perguntado quem poderia participar do planejamento da atividade no município. Na percepção da empresária C2 (sócio-proprietária de indústria do ramo alimentício) poderiam participar um representante dos hotéis, um representante dos restaurantes, um representante do comércio e um representante da comunidade. Para o empresário C3 (proprietário de restaurante turístico e de confeitaria), deveriam participar os três poderes e a sociedade, a qual pode ser considerada “um braço da prefeitura”. O entrevistado C4 (bioquímico e proprietário de farmácia) afirma que tanto o poder público quanto a iniciativa privada poderiam atuar em uma espécie de parceria: “com secretário de turismo, um cargo técnico, junto com instituições de ensino superior, que poderiam ter pessoas capacitadas realizando projetos gratuitos, além da população, isso quando não se tratar de questões pontuais”.

4.2.2 Análise da relação existente entre políticas públicas e desenvolvimento por meio do turismo

O desenvolvimento é um aspecto a ser contemplado quando da elaboração e implementação de políticas públicas. A melhoria da qualidade de vida pode ser possibilitada quando as pessoas, ao aproveitarem a oportunidade de geração de emprego e renda, conseguem viver da maneira que gostariam de viver, conforme o conceito desenvolvimento cunhado por Amartya Sen.

Inicialmente, de acordo com os relatos dos servidores dos órgãos públicos, o tombamento fará com que o município receba mais recursos, os quais deverão ser empregados em projetos, sendo exigida também a contrapartida de preservação da área tombada. O entrevistado A1 (servidor municipal, lotado na Secretaria de Obras) afirma que o *status* do município muda para “cidade histórica”, podendo angariar recursos do Ministério do Turismo e do Ministério da Cultura.

Além da mudança de categoria, perguntou-se aos grupos quais serão os impactos socioeconômicos decorrentes do tombamento. As respostas foram

praticamente uníssonas, como segue. Para o entrevistado A1 (servidor municipal lotado na Secretaria Municipal de obras) “Vai ocorrer o aumento de recursos (...) A preservação motiva as pessoas a conhecer a cidade, e daí aumenta o número de turistas”.

Para o entrevistado B2 (procurador do Estado do Paraná aposentado, proprietário de uma casa antiga há seis anos), o maior impacto proveniente do tombamento na economia de Antonina será o turismo. Nas palavras do entrevistado “ela já tem uma aura pro turismo. Essa igreja, esse mar, a praça. O turismo é uma forma de educar o povo. As pessoas veem as paisagens e nunca mais esquecem.” O entrevistado B1 (líder religioso) afirma que “Indiretamente, por causa do turismo o comércio pode ter algum aumento”. O empresário C1 (atua no ramo alimentício, há trinta anos na indústria e sete anos no comércio de balas de banana e conservas) revela sua expectativa “Espero que a quantidade turistas na cidade aumente. Assim, cresce o número de clientes na minha loja”.

Neste recorte, foram apresentadas as opiniões de alguns entrevistados, mostrando que eles identificam que o setor do turismo poderá ser beneficiado com a medida. Ainda assim, foi perguntado aos empresários se há alguma relação entre tombamento e turismo, e no caso de uma afirmativa, de que tipo seria essa relação. O empresário C4 (bioquímico e proprietário de farmácia) afirma que o tombamento vai atrair turistas. Para C3 (proprietário de restaurante turístico e de confeitaria), “a relação é direta, perfeita. Ele vai fazer com que um público mais seleta venha a Antonina e fique um final de semana por aqui”. O entrevistado C1 (atua no ramo alimentício, há trinta anos na indústria e sete anos no comércio de balas de banana e conservas) coloca que

A relação é direta. [O] que seria de Salvador se não houvesse o pelourinho? O tombamento passa a ser o porquê da viagem. O turista vem atrás daquilo que é diferente. Uma vez eu estava com um inglês que batia foto de tudo o que encontrava pela frente. Imagina só, uma pessoa que mora em Londres, se encantar com o paralelepípedo da rua.

Todavia, dissonante das falas coletadas em Antonina, o entrevistado D1 (servidor do IPHAN) afirma que

O tombamento não exerce uma força ao ponto de fazer que um fluxo turístico ocorra no município. A cidade atrai por ela mesma. Ela precisa ter planejamento nas diversas áreas relacionadas ao turismo, mão-de-obra qualificada para atender esse público.

Assim, o turismo é apresentado como uma forma de aumentar o fluxo de pessoas na cidade e, conseqüentemente, da demanda de produtos e serviços. No consumo dos bens que compõe a cadeia turística, a qual é extremamente ampla e dinâmica, poderão ser beneficiados os empresários instalados no município.

Logo, as atividades atreladas ao turismo merecem atenção, principalmente no que se refere ao planejamento. Por esta razão, perguntou-se ao empresariado local quais as políticas públicas que podem contribuir para o turismo no município? As ideias apresentadas consistiram basicamente na preparação da cidade para a atividade. O entrevistado C3 (proprietário de restaurante turístico e de confeitaria) cita que é necessário executar o que, para ele, é básico: “temos que arrumar a cidade, promover a manutenção efetiva dos prédios e serviços públicos. O turista vem e volta satisfeito, passando isso para os outros”. Para C4 (bioquímico e proprietário de farmácia), é importante haver “a divulgação de um produto que satisfaça o turista, que seja diferenciado do que exista na cidade de origem. A criação de um projeto que traga as lendas e histórias da cidade para que alguns locais sejam visitados”. Por fim, o empresário C1 (atua no ramo alimentício, há trinta anos na indústria e sete anos no comércio de balas de banana e conservas), complementa a fala de C3(proprietário de restaurante turístico e de confeitaria):

falta arrumar a cidade. Também falta o incentivo ao empreendedorismo, à agricultura familiar, ao artesanato. A prefeitura tem que enxergar outras formas de atrair o turista além do carnaval. É preciso também dar treinamento e capacitação às pessoas para saber lidar com tudo isso.

A educação acaba sendo uma etapa complementar à existência das atividades turísticas. As pessoas precisam aprender de si, e de seu ambiente, para daí compartilhar dos saberes de seu território com aqueles que demonstrarem interesse.

4.2.3 Análise da relação existente entre políticas públicas e desenvolvimento por meio da educação

A educação é capaz de transformar e tornar a população mais preparada para as exigências atuais. As pessoas carecem de conhecimento para poder intervir

no seu cotidiano, bem como nos demais fatores que influenciam o seu ambiente. Conhecer fatores como instrumentos de atuação do poder público sobre o dia-a-dia é fundamental para o exercício da liberdade de opinar, intervir e participar da construção da sua realidade. O tombamento tem se mostrado um tema que, conforme o aspecto escolhido, pode encontrar adeptos ou contrários.

Os servidores municipais afirmaram que não há nenhum material informativo sobre o tombamento no município. Ambos afirmaram que é necessário se preocupar com isso. Além do material, outras medidas serão imprescindíveis para que haja maiores informações sobre o tema. As pessoas devem ser conscientizadas do que aconteceu (e está acontecendo na cidade) para não haver situações indesejadas, como multas e processos judiciais. Seguem as palavras de A1 (servidor municipal lotado na Secretaria Municipal de Obras): “A prefeitura não tá fazendo um trabalho. A prefeitura tem que formar um conselho. Afinal, a lei é essa e tem que obedecer. Quem não quiser, vai ter que se entender com o Ministério Público”.

A educação no contexto do tombamento permite que a população compreenda o processo de forma completa (o motivo, as implicações, as restrições, as obrigações e os benefícios relacionados ao instrumento administrativo). O entrevistado A2 (servidor municipal, lotado na Secretaria de Cultura e Turismo) coloca a seguinte opinião quando se trata do entendimento dos antoninenses sobre a matéria:

Eles não sabem o que é exatamente. Pra eles é deixar a casa do jeito que tá e empurrar para o governo a manutenção. Primeiro ela (a população) tem que conhecer o que é para que depois eles possam valorizar. Depois de entender, eles vão poder cobrar.

Quando o entrevistado mencionou o ato de “cobrar”, ele se referia ao comportamento ideal da população no que se refere às reivindicações de direitos, de acompanhamento das inversões de recursos e execuções de projetos com vistas ao atendimento das demandas públicas. A educação, como tratado na revisão de literatura, é o maior vetor de transformação social que existe. É por meio dela, que alterações estruturais na sociedade são capazes de acontecer. Nesse sentido, é importante para a sociedade que se tenha conhecimento e compreensão do ambiente em que se vive.

Nas cidades históricas, o patrimônio cultural se faz presente na vida das pessoas, embora muitas não consigam constatar tal fato. Por essa razão, perguntou-

se como o patrimônio cultural é abordado na educação do município. O entrevistado A2 (servidor municipal, lotado na Secretaria de Cultura e Turismo) respondeu:

Ainda não temos nada. Mas já conversamos com o novo prefeito para que haja essa inclusão do ensino do turismo e da cultura local na 3ª e 4ª série do ensino fundamental. Também trazer alunos da área rural para o centro e levar os alunos do centro para a zona rural. A partir de março já queremos implantar esse projeto.

O que se procurou averiguar é se o município já vem trabalhando com a questão do patrimônio na educação. O conceito de educação patrimonial é novo e um tanto quanto desconhecido pelos entrevistados. Todavia, por meio de deduções, eles conseguiram chegar próximo de seu significado. A pergunta feita aos empresários foi a seguinte: O que você entende por educação patrimonial? O entrevistado C4 (bioquímico e proprietário de farmácia) acredita que é a respeito de “pessoas cuidando do patrimônio individual assim como cuidando do patrimônio público, zelando. Educar as crianças para que elas aprendam o valor das coisas e que, a partir daí, ensinem a seus pais”. O empresário C3 (proprietário de restaurante turístico e de confeitaria) compreende como o “Zelo com o bem público e com o patrimônio pessoal. Cuidando, limpando”. O entrevistado C1 (atua no ramo alimentício, há trinta anos na indústria e sete anos no comércio de balas de banana e conservas) emite a resposta da seguinte maneira: “é um jeito de educar e conscientizar as pessoas para preservação do patrimônio histórico da cidade”.

Como sugestão, este mesmo entrevistado coloca que a educação patrimonial para as crianças pode ser inserida nas escolas como uma disciplina extracurricular, enquanto que para os adultos poderia ser uma campanha de conscientização.

Foi consultado a D1 (servidor do IPHAN), como a educação patrimonial pode contribuir para o tombamento ou para a preservação do patrimônio. Para ele, educação patrimonial deve vir antes do tombamento. Assim as pessoas compreendem o seu espaço, o seu patrimônio, podendo até mesmo solicitar o tombamento. Em seguida, perguntou-se quais políticas públicas podem contribuir para o tombamento no município. A resposta foi uma reiteração daquilo que ele disse anteriormente: “Investir na educação. Educação patrimonial material e imaterial nas escolas. Para as crianças por meio de disciplinas escolares e para os adultos, com a realização de oficinas”. Esta declaração acaba corroborando para com a proposta de inserir a educação voltada para a compreensão do legado

cultural, bem como para o entendimento do tombamento, e assim, contribuir para o desenvolvimento.

4.3 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

As entrevistas revelaram a situação em que se encontra o município de Antonina no que se refere às políticas públicas (ao tombamento, mais especificamente), ao turismo e à educação patrimonial.

O tombamento parece encontrar aceitação entre parte da população. Embora os entrevistados pertencentes ao quadro de funcionários da prefeitura afirmassem que a maioria dos antoninenses é contrária à medida. Todos os empresários se mostram a favor por acreditarem que o conjunto de casas antigas poderá despertar a curiosidade dos turistas, e aumentando o fluxo de pessoas na cidade, eles serão beneficiados por meio do consumo de seus produtos. É salutar mencionar que um dos empresários fez uma colocação que remete ao conceito de sustentabilidade: “já pensou que maravilha os teus tataranetos conhecendo o que temos hoje?”. A medida administrativa preserva, permitindo que as futuras gerações desfrutem do patrimônio cultural.

Alguns proprietários se mostraram contra e os principais motivos são as restrições que existirão a partir de agora. A comunicação com o Instituto do Patrimônio Artístico Nacional será recorrente. Cada ação do proprietário deverá ser informada ao órgão federal, e caso esse não faça, os órgãos municipais, que acabam exercendo a fiscalização, poderão notificar o proprietário. Um dos entrevistados acabou citando a seguinte frase: “a pessoa é dona, mas não é dona de verdade”. De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988 as propriedades deverão atender a função social (inciso XXII do artigo 170). Assim, se os casarios representam o desenrolar de uma história de organização social, e se estes são de interesse de um coletivo, é possível sim que o Estado intervenha na propriedade, mesmo que esta seja particular.

Em algumas conversas casuais foi notado também que há uma parcela de residentes que desconhecem o tombamento e suas implicações, não conseguindo, inclusive, se posicionar contra ou a favor da medida. Logo, vê-se que é preciso

tornar mais popular o ato administrativo que aconteceu em Antonina. O tombamento é uma medida que afetará, de acordo com os dados levantados, não apenas os proprietários dos imóveis que possuem fachada histórica, mas também daqueles que possuem imóveis dentro da área de abrangência (a qual é muito maior do que a própria prefeitura havia proposto).

Há o fato de alteração de *status*, uma afirmativa que apareceu nas respostas dos entrevistados. Esse novo patamar que o município alcança significa que haverá maior disponibilidade de recursos para investimento no município, informação obtida por meio dos servidores públicos entrevistados. A benesse implica em apresentação de resultados. Será necessário desenvolver projetos (contemplando todas as etapas, como planejamento, execução, monitoramento, controle, manutenção ou correção), levando a melhorias da infraestrutura local e (talvez) da qualidade de vida. Desta forma, os munícipes poderão ser beneficiados, mas eles também terão que mostrar resultados, seja por meio da compreensão da medida, ou, no mais ideal dos posicionamentos, através do acompanhamento da aplicação dos recursos, tendo senso crítico e espírito participativo (sem outorgar plenos e incessantes poderes à gestão municipal). Seria o exercício, ou desfrute, do que a autora Manzini-Covre (2006) intitula como direitos políticos, os quais se referem à liberação, à atuação do homem sobre sua vida, suas escolhas, inclusive na de seus representantes diretos ou indiretos.

A política, portanto, se faz presente no cotidiano sem que a sociedade se de conta disto. Todos os dias há a implementação de políticas, sejam elas municipais, estaduais, federais. Com a realização das entrevistas foi possível constatar que muitos ficavam impactados quando se colocava a palavra políticas públicas na pergunta, demonstrando que não há familiaridade com o tema, tornando a política como algo inalcançável, elitizado, o que não pode ser considerado como verdade. A população pode participar daquilo que vai lhe afetar. Neste contexto cabe retomar as ideias abordadas por Lowi e Ruz. O primeiro por sustentar que a política influencia, altera, regula, o comportamento individual ou coletivo e a segunda por incutir como característica central das políticas públicas a autoridade soberana do poder público.

Para que as pessoas consigam visualizar a atuação dos governos desta forma, uma mudança social (quicá transformação) é imprescindível. Mudança esta que só é permitida pelo aumento do conhecimento e experiência de cada pessoa. Desta forma, a educação faz parte do processo, pois ela viabiliza a leitura do

ambiente e, conseqüentemente, induz ao senso crítico. Para o entrevistado A2 (servidor municipal, lotado na Secretaria de Cultura e Turismo), o “povo de Antonina é muito pacato”. E por isso requer de conhecimentos tanto para valorização do seu patrimônio quanto para entendimento de como funcionam as políticas públicas, tendo em vista o desenvolvimento. Os fatos e respostas coletados revelam as interfaces existentes entre políticas públicas e desenvolvimento em Antonina, onde o turismo e a educação podem contribuir diretamente. As mesmas informações também mostram que os representantes da prefeitura não possuem políticas e diretrizes de como trabalhar o turismo no município.

5 PROJETO DE TURISMO

A partir das abordagens do referencial teórico, entende-se que o desenvolvimento existe somente quando a população consegue incrementar a sua renda e a sua qualidade de vida. Ou seja, é algo muito mais amplo do que o simples crescimento da capacidade produtiva de um determinado local. Também viu-se que as rendas das pessoas podem ser aumentadas, e até mesmo criadas, por meio das atividades que estejam relacionadas, direta ou indiretamente, ao turismo. A educação, no contexto do desenvolvimento, acaba sendo responsável pela inserção das pessoas nos processos decisórios, de criação e implementação de políticas públicas, ou seja, além de aumentar o conhecimento acerca das ciências, ela promove o exercício da cidadania.

É com base nas premissas apresentadas, bem como nas informações levantadas quando da coleta de dados que se apresentam as ações que compõe o projeto de turismo a seguir. O município de Antonina já possui o seu centro histórico tombado. Isto significa que além de ter de aceitar tal medida administrativa que consta de uma política pública de cultura (ainda que esta tenha ocorrido de forma impositiva), a população precisa entender o seu ambiente, valorizar o seu patrimônio cultural, atrelar essa riqueza às oportunidades advindas do turismo, participar do planejamento da atividade no município e, quando se fizer necessário, interferir positivamente na experiência turística que os visitantes têm quando chegam a Antonina. Nota-se que há muito que ser trabalhado para que seja atingido o patamar idealizado. Para tal, os primeiros passos precisam ser dados e com o presente estudo procura-se contribuir para esta caminhada.

As formas de trabalhar a educação patrimonial com vistas ao enriquecimento cultural da população como um todo pode ser das mais variadas possíveis. Alguns municípios conseguiram inserir as questões culturais no currículo das séries iniciais do Ensino Fundamental, já que este, na maioria do país, fica sob a responsabilidade da administração municipal no que se refere à organização, gestão e supervisão. Um exemplo de educação patrimonial como integrante do currículo escolar é o adotado pelo município de Santana dos Montes, em Minas Gerais. Com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a cidade mineira tem conseguido desenvolver material didático, bem como metodologias no intuito de inculcar a

valorização e apreciação do que é antigo, do histórico e da própria essência dos santanenses.

A educação patrimonial também pode ser aplicada a adultos, não se limitando ao ensino de crianças e adolescentes. A prefeitura de Campinas, no Estado de São Paulo, desenvolveu, por meio das Secretarias de Cultura e de Educação, um curso de educação patrimonial para os professores da rede municipal. Os professores são mediadores de conhecimento e também agentes que conseguem instigar seus alunos à pesquisa, à busca do saber para que inquietações sejam respondidas. Nesse sentido, os valores histórico-culturais podem ser apresentados a um segmento e, por conseguinte, repassados àqueles que convivem com os integrantes da classe ensinada.

Assim, cada município tem a possibilidade de adotar o modelo que mais se adequa à sua realidade (recursos disponíveis, tipo e dimensão do patrimônio cultural, características de sua população) e aos seus objetivos (curto, médio ou longo prazo, parceiros/entidades envolvidas). Adultos, crianças ou ambos podem ser instruídos em momentos distintos ou concomitantemente – obviamente cada um com sua própria forma de trabalho, atendendo as suas particularidades.

É importante mencionar que, no caso do tombamento de bens materiais, o município (leia-se a administração) é, ou deveria ser, a parte mais interessada no desenvolvimento da educação patrimonial por pelo menos duas questões. A primeira delas é o compromisso que as pessoas (proprietárias ou locatárias de imóveis tombados ou pertencentes a um polígono tombado) precisam assumir para preservação das características das edificações tombadas para que estas mesmas pessoas não venham a encontrar problemas junto às autoridades fiscalizadoras, e nem sofram sanções. Ou seja, o zelo pelos administrados, contribuintes e cidadãos.

O segundo aspecto é pela salvaguarda dos registros históricos e culturais que existem nas formas, nos detalhes das construções. Hoje tais registros estão estampados, estão à mão do homem comum que transita pelas ruas. Se não são preservados, só podem ser acessados por fotos, pelas mídias, enfim, mais distantes. A terceira questão é o fato de que, com o tombamento, há o aumento de recursos financeiros para o município haja vista que ocorre a alteração de *status*. Se existe a preservação, é mantida a classificação do município no cenário estadual e federal, viabilizando liberação de empréstimos e verbas para realização de projetos.

Portanto, a educação patrimonial precisa ser idealizada e proposta tendo em vista a participação, seja como parceira, seja como principal agente, do governo local. Por esta razão, as ações aqui apontadas levam em consideração a Prefeitura Municipal de Antonina e estruturas (existentes quando da elaboração deste projeto) para a implantação da proposta. Lembrando ainda que, como tratado anteriormente, a cidade enxerga o turismo como atividade que pode contribuir para a melhoria da economia local, isto quer dizer que a educação patrimonial e turismo podem convergir.

5.1 DESCRIÇÃO E OBJETIVOS DO PROJETO

O projeto consiste, basicamente, em uma série de oficinas¹³ ministradas a grupos de até 30 pessoas, onde serão expostos temas como o tombamento, patrimônio e herança cultural, História e fatos do município de Antonina e noções de turismo cultural. As oficinas também servirão de espaço para discussões, debates, para que cada um dos participantes possa expressar sua opinião, percepção, e até mesmo propostas para a melhoria do município dentro dos temas trabalhados. Busca-se estabelecer um processo de diálogo, não apenas o monólogo, onde há apenas a atuação do ministrante.

O objetivo principal do projeto proposto é a conscientização e sensibilização dos moradores de Antonina, litoral do Paraná, no que tange ao tombamento e elementos integrantes da área tombada, tendo em vista a melhoria de serviços que podem ser apropriados pelo turismo e, assim, induzindo a cidade ao desenvolvimento.

São previstos quatro tipos de público, quais sejam: empresários e líderes comunitários (incluem-se nesta terminologia os líderes religiosos e presidentes de associações de bairros); professores da rede pública municipal e estadual; alunos da rede pública municipal (crianças); alunos da rede pública estadual (adolescentes).

¹³ As oficinas são baseadas nas atividades propostas por GRUNBERG (2007) no Manual de atividades práticas de educação patrimonial, publicado pelo IPHAN, o qual consta dos anexos deste estudo.

Público (Quem?)	Característica identitária (Por quê?)	Objetivo (Para quê?)	Nível de alcance da educação patrimonial por meio do participante do projeto
Empresários e Líderes comunitários	Formadores de opinião; alta influência no meio em que se encontram.	Apresentar as razões do tombamento e suas implicações; esclarecer eventuais dúvidas; mostrar as oportunidades decorrentes do tombamento; desenvolver o pensamento crítico e participativo no que se refere às políticas públicas de uma forma geral; motivar para o fortalecimento do turismo local.	Família, parentes, funcionários, associados.
Professores da rede pública municipal e estadual de ensino	Fomentadores da busca pelo conhecimento; pessoas de referência entre os alunos, exercendo forte influência entre estes.	Apresentar as razões do tombamento e suas implicações; esclarecer eventuais dúvidas; mostrar as oportunidades decorrentes do tombamento; evidenciar a importância da preservação patrimonial no contexto da história e da identidade antoninense; motivar para o fortalecimento do turismo local.	Família, parentes, colegas de profissão, diretores e funcionários de escolas.
Alunos da rede pública municipal (crianças)	Futuros adultos, eleitores, profissionais e chefes de família em aproximadamente dez anos	Apresentar a cidade sob a importância que cada um dos elementos do centro histórico possui para os moradores do município; Tornar capaz de diferenciar o que é antigo do que é contemporâneo; Eliminar o preconceito no que se refere às antiguidades; Conscientizar sobre a necessidade de preservação dos bens que integram o patrimônio cultural.	Família, parentes, amigos, colegas em curto prazo. Funcionários, colegas de profissão, associados, dentre outros, em longo prazo.
Alunos da rede pública estadual (adolescentes)	Futuros adultos, eleitores, profissionais e chefes de família em aproximadamente cinco anos	Apresentar a cidade sob a importância que cada um dos elementos do centro histórico possui para os moradores do município; Apresentar as razões do tombamento e suas implicações; Eliminar o preconceito no que se refere às antiguidades; Conscientizar sobre a necessidade de preservação dos bens que integram o patrimônio cultural; Mostrar as oportunidades decorrentes do turismo a partir do tombamento.	Família, parentes, amigos, colegas em curto prazo. Funcionários, colegas de profissão, associados, dentre outros, em longo prazo.

QUADRO 1: Público alvo de projeto de educação patrimonial em Antonina (PR)
 FONTE: A autora (2013)

Para que os objetivos definidos para cada grupo sejam alcançados com êxito, são exigidos metodologia, tipo de oficina e cronograma conforme o perfil do público/grupo trabalhado. Assim, requer-se atenção e dedicação da equipe que estará à frente do projeto.

É importante mencionar que ao longo das oficinas, por meio das discussões de patrimônio cultural e turismo, podem surgir propostas para melhoria do planejamento municipal. Tais propostas podem ser registradas e encaminhadas para a prefeitura, a qual ficará responsável por implementá-las, sendo esse um dos frutos após o projeto.

5.2 METODOLOGIA DO PROJETO

O parâmetro de metodologia para o projeto é o mesmo apresentado pela autora GRUMBERG (2007) a qual é composta por quatro etapas, a saber:

- 1ª etapa: observação, onde são explorados exercícios de percepção sensorial (tato, visão, olfato, paladar, audição) por meio de perguntas, atividades que instiguem as pessoas a descobrirem mais do objeto observado;
- 2ª etapa: registro, etapa que busca fixar o conhecimento percebido por meio de observação aprofundada, remetendo ao pensamento lógico e intuitivo;
- 3ª etapa: exploração. Análise e compreensão do bem cultural, através de pesquisas em livros, cartórios, jornais, entrevistas.
- 4ª etapa: apropriação. Reprodução do bem cultural por meio de dramatização, interpretação em várias formas de expressão, como pintura, dança, poesia, música, fotografia, vídeos.

Os tipos de oficina variam conforme o público trabalhado. Por exemplo, para os empresários e líderes comunitários é possível realizar uma série de oficinas, as quais ocorrerão a cada quinze dias, nas dependências do Teatro Municipal em Antonina. No primeiro encontro serão apresentados o projeto, os objetivos e os motivos de cada um receber o convite de participação. Em seguida, será exibido um vídeo com imagens de Antonina e com relatos de visitantes, ou turistas, quando da estada destes no município, suas percepções, julgamentos e sugestões, se detendo principalmente no que se refere ao Centro Histórico. Com essa ação, pretende-se

fazer com que os participantes notem que outras pessoas também compartilham do cotidiano, do espaço do município. Posteriormente, poderá ser feita uma caminhada por entre as ruas do município, todos portando máquinas fotográficas, cada um captando imagens locais, tanto do belo quanto do que precisa ser melhorado. Essas imagens serão compartilhadas entre o grupo para que sejam conhecidos os enfoques de cada um dos participantes. Ressalte-se que em todo o ciclo de oficinas, haverá recorrente questionamento das causas e efeitos do tombamento, do planejamento local, instigando o senso crítico e avaliação dos papéis assumidos pelos atores sociais.

Já para as crianças, as oficinas externas, jogos didáticos e apresentação da História por meio de contos e teatros podem ser recursos que despertem e prendam a atenção dos pequenos em assuntos considerados difíceis para esta fase da vida. Os adolescentes precisam de atividades motivadoras como passeios, gincanas, redação de roteiros e encenação teatral.

A duração para as ações propostas é de apenas dez meses contados a partir da primeira reunião da equipe – onde serão definidas as prioridades e as frentes de trabalho a serem desenvolvidas – até a fase de avaliação dos resultados. O projeto proposto pode se repetir, caso haja interesse dos envolvidos.

5.3 CRONOGRAMA DO PROJETO

A primeira etapa do projeto consiste no detalhamento das ações a serem desenvolvidas e também para o autoconhecimento da equipe (compartilhamento de experiências, conhecimento das habilidades, aptidões e expectativas). Assim, afinados, os profissionais terão mais eficiência na implementação do projeto. Para isto, serão necessárias duas semanas.

A segunda etapa, com uma duração mais alongada que a anterior, será dedicada para a elaboração de material necessário e definição das atividades/oficinas. Em um período de dez semanas, os especialistas farão um trabalho de pesquisa para escolher as atividades propostas pelo Ministério da Cultura e IPHAN, além da produção literária na área que seja resultante de aplicação de projetos de educação patrimonial.

Divulgar as intenções, ou seja, convidar os possíveis participantes do projeto consiste na terceira etapa do projeto. Esse convite pode ser feito por meio das mais diferentes mídias das quais se dispõe hoje, mas principalmente através de uma conversa, de uma explanação das intenções pretendidas e dos possíveis benefícios que se terá após as oficinas. É importante ressaltar que com este posicionamento, é mostrada a personalidade, a importância que se dá a cada um dos convidados, coletando, inclusive, as dúvidas existentes entre as pessoas, as dificuldades, levando à sensibilização, por parte da população, quanto ao projeto que se pretende aplicar. Os técnicos poderão utilizar até quatro semanas para o desenvolvimento desta fase, a qual pode ocorrer concomitantemente com a anterior.

A etapa de desenvolvimento das atividades é a mais extensa de todas, pois é nela que serão apresentados os temas, onde será trabalhada a consciência individual e coletiva. Cada um dos públicos que se pretende trabalhar carece de um período de desenvolvimento específico. Cabe salientar que, conforme a receptividade de cada grupo, o período desta fase pode aumentar ou diminuir, mas de uma forma geral, pode-se dizer que serão utilizados seis meses para as reuniões em grupo.

Etapas Duração	Interação/ integração	Pesquisa	Divulgação	Oficinas/ atividades
1º mês				
2º mês				
3º mês				
4º mês				
5º mês				
6º mês				
7º mês				
8º mês				
9º mês				
10º mês				

QUADRO 2: Cronograma de execução do projeto
FONTE: A autora (2013)

5.4 RECURSOS HUMANOS E RESPONSABILIDADES

Para a execução do projeto é prevista a atuação de uma equipe multidisciplinar composta por um turismólogo, um arquiteto, dois assistentes administrativos e pelo menos dois profissionais da educação.

O turismólogo, durante a sua vida acadêmica, é instruído a identificar oportunidades e ameaças, enxergar pontos fortes e pontos fracos, averiguar e sugerir propostas de melhorias de serviços e produtos de ordem de infraestrutura (de modo geral), observando sempre as demandas e características da população e mitigando os impactos decorrentes das atividades turísticas. Ele terá responsabilidade sobre a vinculação de todas as ações existentes no projeto com as atividades turísticas. A atuação deste profissional no projeto apresentado é de extrema importância, pois este será o profissional que conseguirá mostrar aos participantes as vantagens sociocultural (pessoal) e econômica (coletiva) que existe ao se participar dos processos de educação patrimonial. Ademais destas obrigações, o bacharel em turismo, apoiado em sua visão sistêmica, deverá antever as demandas, providenciar correções e ajustes, adequando as oficinas conforme os objetivos traçados para cada um dos públicos previstos.

O arquiteto é o profissional que detém com propriedade os conhecimentos sobre os estilos arquitetônicos das construções. Durante a sua vida acadêmica são apresentados os modelos de edificações do Brasil e do mundo, as características que fazem de uma casa pertencer a um estilo e não a outro. São também apurados os olhares para identificar detalhes que fazem da construção um ícone, um exemplar a ser preservado. O arquiteto terá a função de explicar o que cada uma das construções representa para a história local e quais critérios adotados pelos órgãos municipal, estadual e federal para que o centro histórico fosse inserido nos livros do tombamento.

Quando se fala em profissional da educação, quer-se referir àqueles que possuem formação voltada à educação de crianças e até mesmo de jovens e adultos. Constam desse rol os pedagogos, os licenciados e até mesmo alguns bacharéis que se aperfeiçoaram na prática docente. Devido ao tema, dá-se preferência aos que cursaram Pedagogia ou História. Essas pessoas serão os responsáveis pela condução das oficinas de educação patrimonial.

Os assistentes administrativos servirão de apoio aos demais profissionais, sendo configurado os seus esforços como de fundamental importância para a viabilidade e execução do projeto. Sua atuação pode se dar em qualquer momento: no planejamento, na execução, no monitoramento e na melhoria dos processos. Cabem aos assistentes o registro das atividades, das atas de reuniões, de apontamentos, reuniões, controle de agenda, organização do local em que acontecerão as oficinas, enfim, os assistentes terão o papel de facilitadores do projeto.

Poderão, a qualquer momento, ser solicitados préstimos de consultoria a órgãos como o IPHAN e SEBRAE, quando algum tema for de elevada especificidade técnica.

5.5 DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução do projeto, desde o seu início, implica em custos com a aquisição de material, bem como a contratação de alguns profissionais. Cabe salientar que os valores abaixo descritos são estimados conforme as buscas em documentos, publicações, e até mesmo cotizações em sítios de internet de lojas específicas. Os valores podem variar caso sejam utilizados os profissionais que já pertencem ao quadro de funcionários da prefeitura.

5.5.1 Estimativa de despesa inicial (para equipamentos)

Item	Quantidade	Valor médio
Multifuncional modelo "tanque de tintas"	1	R\$600,00
Notebook	1	R\$1.900,00
Projektor multimídia	1	R\$1.900,00
Quadro Branco 120cmX90cm	1	R\$80,00
TOTAL		R\$4.480,00

QUADRO 3: Gastos estimados para instalação do projeto
 FONTE: A autora (2013)

5.5.2 Estimativas de custos mensais

Item	Quantidade	Valor médio
Aluguel de escritório	1	R\$0,00
Internet móvel (2GB)	1	R\$90,00
Material de Expediente	1	R\$300,00
Pessoal	equipe	R\$11.379,60
TOTAL		R\$11.769,60

QUADRO 4: Gastos mensais para execução do projeto
 FONTE: A autora (2013)

- Detalhamento dos gastos com pessoal

Cargo	Jornada de trabalho	Salário mensal por pessoa contratada	Salário mensal total
Arquiteto	30h semanais	6 salários mínimos ¹⁴	R\$3.732,00
Assistentes em administração	40h semanais	R\$ 811,80 ¹⁵	R\$1.623,60
Educadores	40h semanais	R\$11,95/h	R\$3.824,00
Turismólogo	40h semanais	R\$2.200,00	R\$2.200,00
TOTAL			R\$11.379,60

QUADRO 5: Gastos mensais com salários para execução do projeto
 FONTE: A autora (2013)

¹⁴ Piso salarial estabelecido pela lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966. (DOU 29.04.1966). O valor do salário mínimo nacional em 2012 era de R\$622,00.

¹⁵ Piso salarial estabelecido pela lei estadual nº 17.135 de 01 de maio de 2012 (DOE-PR 02.05.2012).

- Investimento total estimado

Etapas / Duração	Equipamentos	Custo fixo + custo variável	Total
Mês 1	R\$4.480,60	R\$11.769,60	R\$16.250,20
Mês 2		R\$11.769,60	R\$11.769,60
Mês 3		R\$11.769,60	R\$11.769,60
Mês 4		R\$11.769,60	R\$11.769,60
Mês 5		R\$11.769,60	R\$11.769,60
Mês 6		R\$11.769,60	R\$11.769,60
Mês 7		R\$11.769,60	R\$11.769,60
Mês 8		R\$11.769,60	R\$11.769,60
Mês 9		R\$11.769,60	R\$11.769,60
Mês 10		R\$11.769,60	R\$11.769,60
Investimento total para o projeto			R\$122.176,60

QUADRO 6: Custo total do projeto
 FONTE: A autora (2013)

No cálculo dos valores gastos com a remuneração dos profissionais não estão inclusos os percentuais referentes aos encargos trabalhistas. São apenas apontados os valores dos salários-base, vigentes no Estado do Paraná, para cada categoria defendidos pelos respectivos sindicatos.

5.6 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

As ações propostas não pretendem auferir lucro. Portanto, os instrumentos de monitoramento e de avaliação não são objetivos, mas se constituem em análises subjetivas pelas partes integrantes do processo.

Ao longo dos meses de desenvolvimento do projeto a equipe multidisciplinar poderá discutir, em reunião, o andamento dos trabalhos. Cada um poderá expor o que está percebendo, se suas expectativas estão sendo atendidas, ou não. Também será monitorado se não está incorrendo no distanciamento dos objetivos inicialmente propostos.

Os participantes terão plena liberdade de expressar a sua percepção com relação às atividades de uma forma geral. O parecer dos participantes poderá ser feito de forma oral ou registrados em formulário próprio, sendo depositados em uma urna específica para que, semanalmente, a equipe possa obter o *feedback* das ações desenvolvidas.

No último encontro com o grupo trabalhado, a equipe multidisciplinar conduzirá a uma discussão. Ele fará uma abordagem de forma a suscitar a opinião de cada um dos participantes. É com base no comportamento, no conteúdo expresso, nas ideias e sugestões para o município é que a equipe poderá coletar o resultado de trabalho.

Após o encerramento da sequência de oficinas, a equipe se reunirá, fazendo as considerações sobre o projeto, os pontos positivos, os erros cometidos, as alterações que deverão ser feitas para caso haja um novo ciclo de oficinas. Os apontamentos devem ser registrados, servindo como documento constante do projeto e até mesmo como fonte de pesquisa para outros grupos. Desta forma, através da elaboração de relatório, será finalizado o processo de avaliação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população é o fator existencial de todo o governo, pois não há governantes sem pessoas a serem governadas. Aqueles que fazem parte do governo acabam sendo, ou deveriam ser, os representantes da população no que se refere às escolhas das melhores medidas administrativas, ou políticas, para cada demanda apresentada pela coletividade (visando o público).

A complexidade do tema faz com que os governantes estabeleçam divisões e designem integrantes do governo para condução de cada pasta. Nos assuntos aqui tratados, viu-se que a pasta de cultura possui suas próprias diretrizes, e algumas delas afetam segmentos distintos, como, por exemplo, o turismo.

Nem sempre as decisões (diretrizes) estão em consonância com a vontade popular. Para isso, a população emerge, ou deveria surgir, como agente participativo, podendo contribuir com opiniões, críticas ou sugestões. Afinal, as pessoas são afetadas por toda política adotada, indiferentemente da pasta – ministério e/ou secretarias – que exarou a decisão.

Diante da realidade da inserção do Centro Histórico de Antonina nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, procurou-se verificar como se dá a relação do poder público e dos residentes para com o patrimônio tombado e de que maneira a medida administrativa, juntamente com o turismo e a educação patrimonial, pode contribuir para o desenvolvimento local.

Segundo o referencial teórico consultado, não há muito que ser questionado no que tange ao ato de tombamento. A legislação é clara ao apresentar as sanções àqueles que não observam o decreto federal. Sendo assim, é preciso conscientizar para a valorização e para a mitigação de possíveis problemas a serem encontrados entre os municípios. Desta forma, o projeto aqui apresentado também procurou preencher uma lacuna apresentada pela população do município no que se refere ao tombamento. As etapas, os objetivos, a duração, o público, enfim, todas as ações propostas foram definidas com base nas especificidades identificadas em Antonina. Tal qual proposto por Paulo Freire, a educação é facilitada quando são incorporados ao processo elementos do cotidiano. Ressalta-se a viabilidade devido a possíveis parcerias com o poder público, neste caso, com as três instâncias: prefeitura, com a Secretaria Estadual de Cultura e também com o IPHAN.

Dentre os resultados obtidos, foi possível verificar que na maioria das vezes o tombamento ocorre de forma impositiva. De acordo com as pessoas entrevistadas, não há elementos (conhecimento do assunto e conscientização) suficientes para aceitação, por parte da população, da medida administrativa. A maioria deles manifestaram que a medida trará benefícios para o município.

O turismo foi citado como principal segmento a ser impactado positivamente pelo tombamento do centro histórico. É interessante notar que essa resposta foi levantada pela maioria dos entrevistados. Assim sendo, o tombamento e o turismo estabelecem relação entre si.

Percebeu-se, ainda, que os empresários das atividades relacionadas ao turismo exercem influência no município na medida em que procuram melhorar seus serviços, conquistar clientes e contatar a mídia quando o intuito é chamar a atenção para alguma questão que não está de acordo com o que, para eles, seria ideal. São ações independentes, sem a intervenção da prefeitura ou de qualquer órgão público. Ainda não se pode afirmar que há um planejamento participativo, mas gradativamente acredita-se que empreendedores e poder público trabalharão juntos na elaboração e implementação de políticas públicas. Quanto ao tombamento, embora não tenham participado do processo, os empresários se mostraram a favor.

Cabe salientar que em todo o processo de tombamento, notou-se que o órgão responsável pela avaliação e inscrição dos bens no livro é praticamente insensível à manifestação de pensamento da população. Os critérios técnicos, artísticos e históricos se sobrepõem ao social. A crítica não é simplesmente a este órgão, mas ao posicionamento de todas as instâncias públicas por não buscarem formas de compartilhamento de todas as informações à população desde o início do processo. Talvez porque existe o receio da falta de anuência, aceitação das pessoas sobre o tombamento.

Porém, se nunca for iniciado um programa de educação patrimonial, todos os processos de tombamento serão dissociados do cotidiano, às escuras e, obviamente por falta de instrução, rechaçados pela população local, continuando a acontecer de forma impositiva e sem apoio. Assim, faz-se necessário em todos os locais a implementação de políticas mais amplas, mais ousadas, deixando de focar unicamente as políticas relacionadas à saúde e à educação, pois são estas que mais comovem a população. Temas como educação patrimonial, saneamento,

infraestrutura, comércio e serviços precisam ser tratados pelos agentes políticos, para que haja efetivamente o desenvolvimento completo e sustentável.

Outro ponto a ser tocado no que concerne ao poder público é a falta de revisão e atualização do decreto que define o tombamento. O decreto-lei n. 25/1937 foi elaborado há mais de setenta anos, durante o período do Estado Novo que foi uma ditadura maquiada. Passou-se pelos governos militares, pelo período de reformas e garantias da Constituição de 1988 e até os dias de hoje, o citado decreto permanece intacto. A sociedade mudou. Logo, caberia a alteração deste instrumento legal.

Do ponto de vista do turismo, o tombamento poderá trazer recursos que providenciarão melhorias nos atrativos turísticos, nas vias, serviços, na infraestrutura como um todo. Também pode desencadear uma série de projetos que promova a educação e, conseqüentemente, providencie maiores conhecimentos à população. Desta forma, os residentes, com o sentimento de pertencimento à cultura e história local, contribuirão para a experiência turística dos visitantes por meio do fornecimento de informações, dados, curiosidades do município, sendo mais hospitaleiros. Não apenas seres que estão no cenário, mas que o integram.

Apesar do intuito de estudar o tema e situação encontrada atualmente em Antonina, alguns questionamentos não foram esclarecidos com a pesquisa. O fato de ser um centro histórico tombado instiga ao deslocamento até Antonina? A percepção do turista com relação ao local é influenciada ou não com a existência de tombamento? E, até mesmo, seria necessário o tombamento para preservação dos casarios ou somente com a educação patrimonial era possível manter as edificações em perfeito estado de conservação? Tais dúvidas se constituem em problemas a serem elucidados por estudos posteriores a este.

Em linhas gerais, este estudo buscou averiguar como as políticas públicas de cultura (tombamento e propostas de educação patrimonial) alteram, e podem continuar alterando, o cotidiano dos antonineses e como tais políticas podem influenciar no turismo, bem como no desenvolvimento.

Os residentes e o poder público mostraram uma relação de valoração para com o patrimônio cultural. Identificar as interfaces educação patrimonial, desenvolvimento e turismo foi uma tarefa que a autora desta pesquisa encontrou dificuldades para fazê-lo num único momento, razão pela qual optou-se por analisar separadamente cada uma dessas relações.

Também se propôs a identificar, elaborar e apresentar uma metodologia que possa melhorar o nível sociocultural das pessoas e, assim, promover, na medida do possível, maior preparo para aproveitar as oportunidades de emprego e renda por meio do turismo. Entretanto, esse objetivo específico não foi satisfatoriamente alcançado. Ainda sim, tentou-se mostrar algumas propostas, as quais foram definidas conforme as “idiossincrasias capelistas¹⁶”, podendo não ser adequado para outros municípios. Todavia, pode servir como ponto de partida para outros estudos, principalmente para aqueles que visam à melhoria, não apenas da qualidade de vida da população, mas agregando uma nova perspectiva de análise para o planejamento do turismo.

¹⁶ Os antoninenses também são denominados capelistas em referência à Capela de Nossa Senhora do Pilar, autorizada a ser constituída em 1714, elevando o povoado à condição de Vila.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Pesquisa em Turismo**. Lavras (MG): UFLA/FAEPE, 2007.

APPADURAI, A. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, M. (Coord.): **A Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Modernidade**. Tradução de: BRUNETTA, A. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARRETO, M. **Turismo e Legado Cultural: as possibilidades de planejamento**. Campinas (SP): Papyrus, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 22/04/2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Nova Lei da Cultura: Material informativo sobre o Projeto de Lei de fomento e incentivo**. Brasília (DF), 2010. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/01/projeto-15-28jan10-web.pdf>. Acesso em: 10/04/2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **PAC das Cidades Históricas é lançado em Ouro Preto (MG)**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/200910212.html. Acesso em: 22/04/2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf. Acesso em: 25/03/2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Orientações Básicas**. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/dow

nloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 24/03/2012

CASCUDO, L. C. **Civilização e Cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação e Mudança**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GASPARIN, D. **Direito Administrativo**. 16. ed. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29. mai./jun. 1995.

GOMES, B. M. A. **Política de Regionalização do Turismo em Minas Gerais: uma análise sob a ótica dos custos de transação**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Lavras, Lavras - MG, 2006.

GREMAUD, A. P. *et al.* **Manual de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília (DF): IPHAN, 2007.

HAIR Jr, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005. Disponível em: <http://educacaopatrimonial.files.wordpress.com/2010/08/maualatividadespraticas_evelina_03mar08web.pdf>. Acesso em: 27/12/2012.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoaes/patrimonio-historico/pro-memoria/o-que-e-afinal-educacao-patrimonial>>. Acesso em: 07/03/2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=41>. Acesso em: 04/09/2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Sobre o Tombamento**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 22/04/2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico: Município de Antonina**. Junho de 2012. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=83370&btOk=ok>>. Acesso em: 04/09/2012.

IRVING, M. de A. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

LEÃO, E. A. **Antonina: factos e homens: da idade archeolithica a elevação a cidade**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1999.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil - e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Tradução de: LOPES, M.; COSTA, M. L. Petrópolis: Vozes, 1994.

LOPES, E. Centro histórico de Antonina vira patrimônio nacional. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 27 janeiro 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/verao/conteudo.phtml?id=1217148>>. Acesso em: 14/03/2012.

MANZINI-COVRE, M. de L. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARTINS, J. C. de O. Identidade: Percepção e contexto. (p. 39-48). In: MARTINS, J. C. de O (Org). **Turismo, Cultura e Identidade**. São Paulo: Roca, 2003. p. 39-48.

MEDAUAR, O. **Direito Administrativo Moderno**. 15. ed. rev. atual. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MELLO, C. A. B. de. **Grandes Temas de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2009.

MILONE, P. C. Crescimento e Desenvolvimento Econômico: teorias e evidências empíricas. In: GREMAUD, A. P. *et al.* **Manual de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

MOGILKA, M. **O que é educação democrática?**: contribuições para uma questão sempre atual. Curitiba: Ed. UFPR, 2003.

MURTA, S. M.; GOODEY, B. Interpretação do Patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Org.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p.13-46.

NITSCHKE, L. B. Compreendendo a Comunidade do Guajuvira, em Araucária, Paraná (PR), Brasil e sua interação com o turismo, sob uma perspectiva cultural. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 32-50, abr. 2011.

OLIVEIRA, A.P. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PARANÁ. Agência de Notícias do Estado do Paraná. Desenvolvimento Urbano: **Governo do Estado revitaliza prédios e fachadas da área histórica de Antonina** - 29/09/2010 16:40. Disponível em: <http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=59500&tit=Governo-do-Estado-revitaliza-predios-e-fachadas-da-area-historica-de-Antonina>. Acesso em: 31/10/2012.

PAULO, V.; ALEXANDRINO, M. **Direito Administrativo Descomplicado**. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2010a.

PAULO, V.; ALEXANDRINO, M. **Direito Constitucional Descomplicado**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2010b.

PEREZ, X. P. **Turismo Cultural**: uma visão antropológica. El Sauzal (Tenerife, Espanha): ACA y PASOS, RTPC, 2009. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEdita2.pdf>>. Acesso em: 11/09/2012.

PIRES, M. J.; AMORIM, M. M. II Guerra Mundial e o Turismo: A utilização dos remanescentes da II Guerra Mundial para o Desenvolvimento do Turismo Cultural. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**. São Paulo, v. 4, n. 2, 2010-2. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/turismocultural/8.02_Mariana_e_MJPires.pdf>. Acesso em: 12/09/2012.

PORTUGAL. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Última atualização em 2010. Disponível em: <http://antt.dgarq.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/historia/>. Acesso em: 12/05/2012.

PORTUGAL. Diário da República. nº209, de 08 de setembro de 2001. **Lei nº. 107/2001**, de 08 de setembro de 2001: Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>. Acesso em: 12/05/2012.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o património histórico e o turismo. In: FUNARI, P P.; PINSKY, J. (Org.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-24.

RUA, M. G.; Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. In: RUA, M. G.; CARVALHO, M. I. V. (Orgs.). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2004.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de: MOTTA, L. T. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, C. Estudo da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas (p. 65-86). In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Org.) **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

TOMBAR. In: FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Positivo, 2004.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

TRIVIÑOS. A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Mexico City Declaration on Cultural Policies**. Paris: UNESCO, 1982.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Tradução de: MOURA, C. E. M. de. 3. ed. São Paulo: SESC: Studio Nobel, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA: PREFEITURA.....	90
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA: PROPRIETÁRIOS DE EDIFICAÇÕES TOMBADAS	91
APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA: EMPRESÁRIOS	92
APÊNDICE 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA: IPHAN	93

APÊNDICE 1

A. ROTEIRO DE ENTREVISTA: PREFEITURA

Descrição do Entrevistado

Cargo ocupado atualmente: _____

Tempo de exercício na função: _____

Data da Entrevista: _____

1. Quais pessoas e organizações tiveram a iniciativa de solicitar o parecer e atuação do IPHAN para o tombamento do Centro Histórico de Antonina?
2. Qual foi a principal motivação da solicitação?
3. É/foi vislumbrado algum tipo de crédito para o município?
4. Como a prefeitura lida com as opiniões públicas sobre o tombamento?
5. Há alguma medida para incrementar a aceitação (ou mitigar a rejeição) do tombamento? Se sim, quais?
6. Na sua opinião, quais serão os impactos do tombamento na economia?
7. E os impactos socioculturais? Quais seriam eles?
8. Qual sua opinião sobre o entendimento da população sobre o tombamento de edificações?
9. Há, atualmente, algum projeto de educação patrimonial?
10. Sendo a prefeitura proprietária de imóveis tombados, qual o posicionamento da gestão com relação à visitação (abertura ao público) e manutenção?
11. Há algum material informativo sobre as construções tombadas?
12. Qual a participação da população no processo de tombamento?
13. A prefeitura fiscaliza a manutenção dos prédios tombados? Se sim, de que forma?
14. Como o patrimônio cultural é abordado na educação do município?
15. Como os empresários podem contribuir para o turismo no município?
16. Qual a relação entre o tombamento e o desenvolvimento?

APÊNDICE 2

B. ROTEIRO DE ENTREVISTA: PROPRIETÁRIOS DE EDIFICAÇÕES TOMBADAS E PADRE

Descrição do Entrevistado

Cargo ocupado atualmente: _____

Tempo de exercício na função: _____

Data da Entrevista: _____

1. Qual sua opinião sobre o tombamento?
2. Você acredita que seu imóvel possui algum valor histórico?
3. Qual será a maior dificuldade a ser encontrada depois do tombamento?
4. Você saberia dizer o porquê que seu imóvel foi preservado até os dias atuais?
5. Na sua opinião, quais serão os impactos do tombamento na economia de Antonina?
6. E os impactos socioculturais? Quais seriam eles?
7. Como a população percebe o tombamento?
8. Você concordaria em contar a história de sua casa (edificação) para aqueles que demonstrarem interesse?
9. Já ocorreu algum fato especial decorrente de sua casa? Participação em fotos, filmagens, etc.
10. Quais políticas públicas podem contribuir para o turismo no município?
11. Quais políticas públicas podem contribuir para o tombamento no município?

APÊNDICE 3

C. ROTEIRO DE ENTREVISTA: EMPRESÁRIOS

Descrição do Entrevistado

Ramo em que trabalha: _____

Tempo de exercício na função: _____

Data da Entrevista: _____

1. Qual impacto que você espera no seu estabelecimento a partir do tombamento?
2. Na sua opinião, quem será mais beneficiado com o tombamento do Centro Histórico?
3. Qual a relação entre o tombamento e o turismo?
4. Quais as políticas públicas podem contribuir para o turismo no município?
5. No que se refere ao planejamento da atividade no município, quem poderia participar?
6. Você saberia explicar o motivo pelo qual os prédios foram tombados?
7. O que você entende por educação patrimonial?
8. Quais políticas públicas podem contribuir para o tombamento no município?

APÊNDICE 4

D. ROTEIRO DE ENTREVISTA: IPHAN

Descrição do Entrevistado

Cargo ocupado atualmente: _____

Tempo de exercício na função: _____

Data da Entrevista: _____

1. Qual a contribuição do tombamento para o turismo?
2. No caso do tombamento do Centro Histórico de Antonina/PR, de quem partiu a iniciativa de tombamento?
3. Como sucedeu o processo de avaliação do bem a ser tombado?
4. Quanto tempo levou para que o processo fosse finalizado?
5. Quais pessoas e entidades participaram do processo?
6. Houve concordância de todas as partes no tombamento ou foi encontrada resistência?
7. De uma forma geral, a população participou dos processos?
8. Como a educação patrimonial pode contribuir para o tombamento ou para a preservação do patrimônio?
9. Quais políticas públicas podem contribuir para o tombamento no município?
10. Qual a relação entre tombamento e desenvolvimento?

MANUAL DE ATIVIDADES PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

EVELINA GRUNBERG



MANUAL DE ATIVIDADES PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

EVELINA GRUNBERG



Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan

2007

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura
Gilberto Gil

Presidente do Iphan
Luiz Fernando de Almeida

Chefe de Gabinete
Aristides Lima de Oliveira

Procuradora-Chefe
Lúcia Sampaio Alho

Diretora de Patrimônio Imaterial
Marcia Sant'Anna

Diretor de Patrimônio Material e Fiscalização
Dalmo Vieira Filho

Diretor de Museus e Centros Culturais
José do Nascimento Júnior

Diretora de Planejamento e Administração
Maria Emília Nascimento Santos

Coordenador-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural
Luiz Philippe Peres Torelly

Gerente de Educação Patrimonial
João Tadeu Gonçalves

Texto
Evelina Grunberg

Fotos
Acervo Iphan

Foto capa/contracapa
Foto do painel da Gerência de Educação Patrimonial
(criação coletiva da equipe)

Diagramação
Gerência de Editoração: Inara Vieira e Duda Miranda;
estagiários: Daniel Galvão e João Gabriel Câmara

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SBN Quadra 2 Edifício Central Brasília - 6º andar
Cep: 70040-904 Brasília-DF
Telefone: (61) 3414-6176 | Fax: (61) 3414-6198
www.iphan.gov.br | webmaster@iphan.gov.br

Ficha Catalográfica elaborada pela
Biblioteca Aloísio Magalhães

G888m Grunberg, Evelina
Manual de atividades práticas de educação
patrimonial / Evelina Grunberg. — Brasília, DF :
IPHAN, 2007.
24 p. ; 21 cm.

ISBN : 978-85-7334-60-0

1. Educação Patrimonial. I. Instituto do
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. II. Título.

CDD – 370.115

INTRODUÇÃO

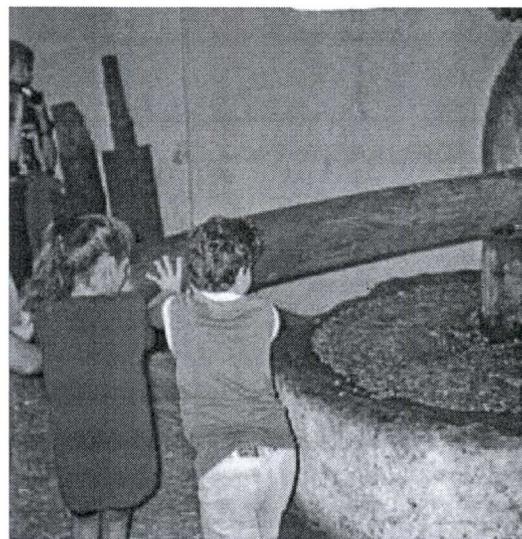
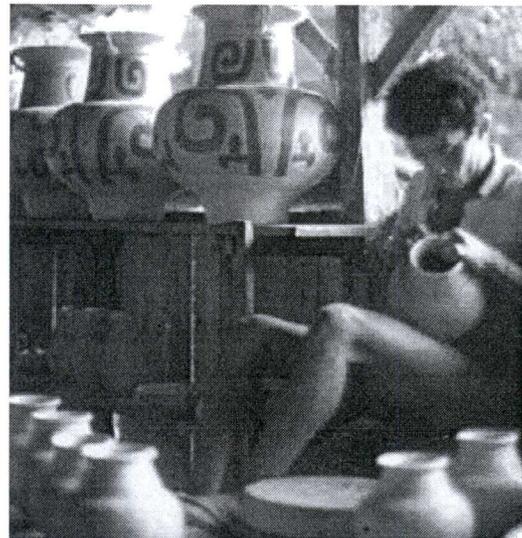
Este Manual tem como objetivo apresentar atividades que possam ser desenvolvidas com crianças, jovens e adultos que freqüentem ou não o ensino formal, para provocar neles uma atitude favorável para com os bens culturais que fazem parte do nosso Patrimônio Cultural Brasileiro.

Busca desenvolver a percepção e o espírito crítico, através de uma metodologia específica de trabalho, propiciando experiências e contato direto com as manifestações culturais, sejam bens materiais como edifícios, praças, mercados, jardins, fotografias, documentos, esculturas, quadros, instrumentos de trabalho, etc. ou bens imateriais como músicas, danças, festas religiosas, ou populares, comidas, rituais, hábitos e costumes, formas de fazer, saberes e dizeres populares etc.

Os bens culturais podem também ser consagrados ou não consagrados, entendendo os primeiros como os reconhecidos pela sociedade e protegidos por legislações (leis e decretos), e os segundos como aqueles que fazem parte de nosso dia a dia, da nossa realidade, revelando os múltiplos aspectos que a cultura viva de uma comunidade pode apresentar.

Lembrar que tudo o que o homem produz e faz é cultura, é um conceito que vai ajudar a compreender o mundo que nos rodeia de uma forma mais ampla e com menos preconceitos.

O Brasil é um país pluricultural, isso significa que existem diversas formas e expressões de interpretar e se relacionar com o mundo. Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural e reconhecer também que não existem culturas superiores a outras. Assim, a diversidade cultural produz características regionais que fazem com que as pessoas tenham histórias, sotaques, costumes, comidas e vestimentas muito diferentes, sendo, ao mesmo tempo, todos brasileiros. Essa característica do nosso povo faz com que a cultura brasileira seja tão rica, variada e possa ser um recurso para seu desenvolvimento.





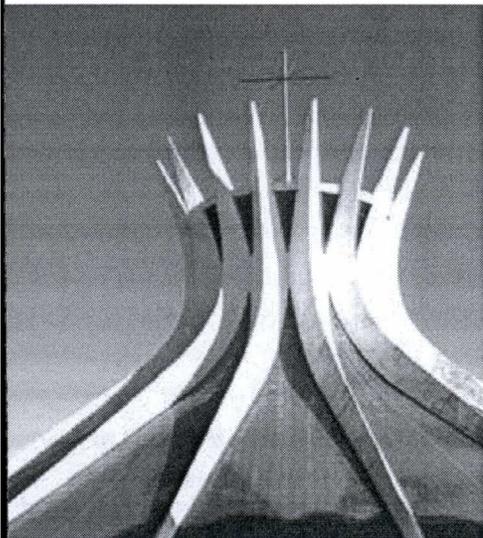
O QUE É EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Chamamos de Educação Patrimonial o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações.

Mas o que é Patrimônio Cultural? São todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança.

Patrimônio Cultural não são somente aqueles bens que se herdam dos nossos antepassados. São também os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso "Patrimônio Vivo": artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos etc.

É com todo esse Patrimônio, material, imaterial, consagrado e não consagrado que podemos trabalhar num processo constante de conhecimento e descoberta.



Existe uma metodologia, Educação Patrimonial, que auxilia no trabalho que pretendemos desenvolver. Esta se apresenta em quatro etapas que são as seguintes:

Observação

Nesta etapa, usamos exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, jogos de adivinhação e descoberta (detetive), etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado

Registro

Com desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, busca-se fixar o conhecimento percebido, aprofundando a observação e o pensamento lógico e intuitivo.

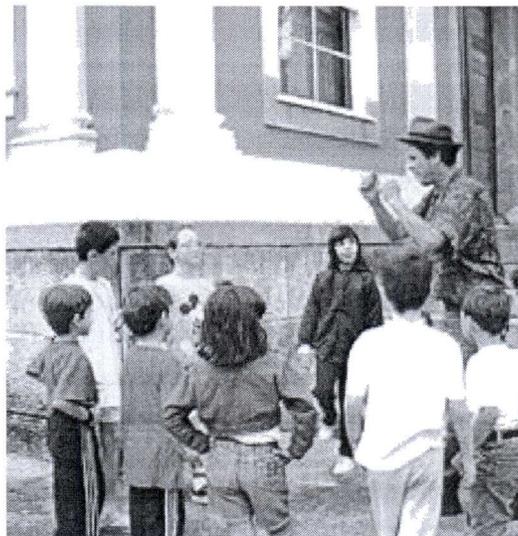
Exploração

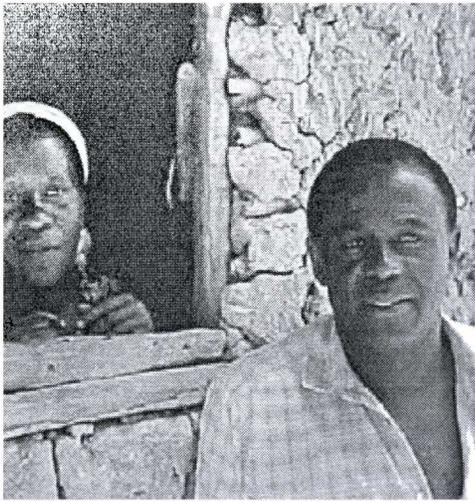
Análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em outros lugares (como bibliotecas, arquivos, cartórios, jornais, revistas, entrevistas com familiares e pessoas da comunidade), desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados.

Apropriação

Recriação do bem cultural, através de releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, escultura, teatro, dança, música, fotografia, poesia, textos, filmes, vídeos, etc), provocando, nos participantes, uma atuação criativa e valorizando assim o bem trabalhado.

Os resultados da aplicação desta metodologia desenvolvem atividades que levam os participantes à reflexão, descoberta e atitude favorável a respeito da importância e valorização do nosso Patrimônio Cultural.





SUGESTÕES DE ATIVIDADES PARA SEREM DESENVOLVIDAS COM OS PARTICIPANTES

O nosso primeiro patrimônio

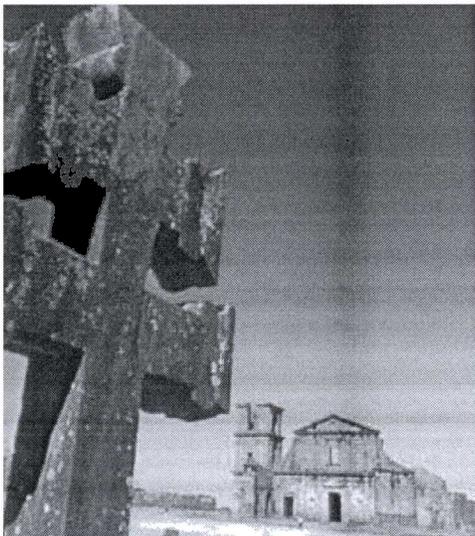
Esta atividade é uma das que podemos desenvolver, inicialmente, a partir do conceito de que a VIDA é nosso primeiro Patrimônio e com ela adquirimos tudo o que somos. Exercícios de descoberta, como por exemplo: o corpo, sua forma, sua cor, cabelos, olhos, proporção (alto/baixo, gordo/magro), timbre de voz e temperamento. Podemos trabalhar, a partir da observação em espelhos e/ou utilizando fotografias de familiares, a semelhança ou diferença com os pais, irmãos, tios, avós etc.



Os conceitos de feiúra/beleza, aceitação/rejeição, gostar/não gostar, podem ser trabalhados, gerando troca de opiniões e idéias conforme as faixas etárias dos participantes, bem como família, grupo de pertencimento etc.

Este exercício trará a compreensão de que o Patrimônio é um conceito que está muito mais perto da gente do que pensamos. Qual é nosso Patrimônio?

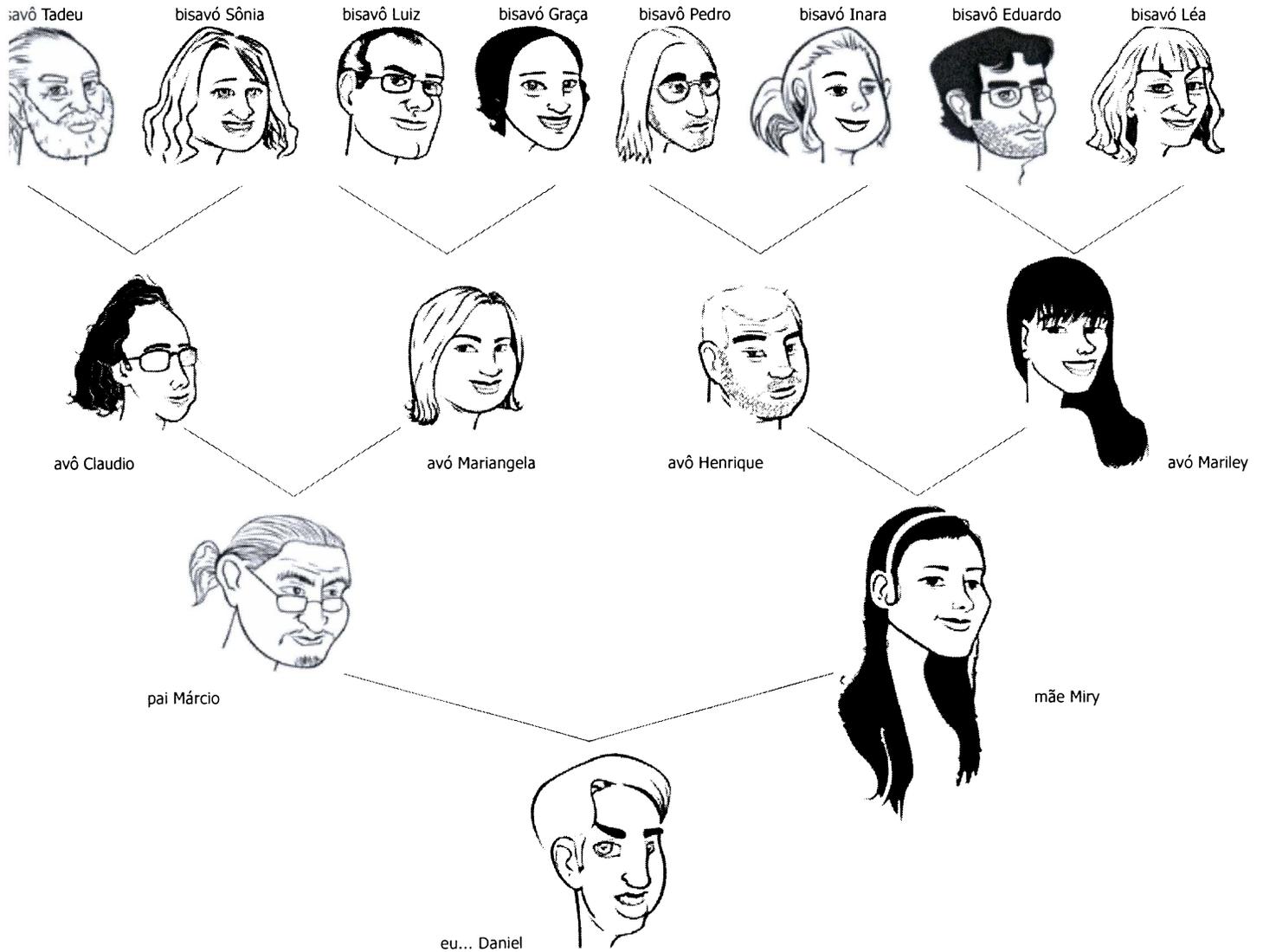
Atividades como desenhos, trabalhos com barro, ou materiais reciclados poderão fixar estes conhecimentos. Desenhar numa folha de papel o nosso corpo, a nossa cara etc, poderá, ao mesmo tempo, se tornar uma atividade lúdica e reflexiva. Como nos vemos? Como nos aceitamos? Como queremos que os outros nos vejam?



A partir destes exercícios podemos desenvolver outras atividades ampliando este conceito para a família, os vizinhos, os amigos, o bairro, a escola, o trabalho, etc.

Coloque o nome de todos os seus parentes, até que consiga construir a sua própria árvore genealógica. Pesquise o que for possível a respeito deles: onde nasceram, em que trabalhavam, como se conheceram, como chegaram a este lugar, onde moraram, etc.

Esta atividade ajuda na compreensão dos conceitos de geração e da continuidade cultural, já que a cultura é dinâmica e se transmite de geração para geração.





Os bens culturais e suas histórias

Podemos pedir, com antecedência, que os participantes tragam algum objeto que tenha um significado importante e uma relação afetiva para cada um. O objeto pode ser de uso pessoal ou pertencente à sua família.

A partir de um trabalho de observação (1ª etapa da metodologia), os participantes registrarão, por escrito (2ª etapa da metodologia), o que podemos perguntar para esse objeto?



- * Qual a cor, a forma e a textura?
- * Tem cheiro, gosto?
- * Faz barulho?
- * Está completo ou falta alguma parte?
- * Já foi consertado ou adaptado?
- * Está usado ou é novo?
- * Foi feito à mão ou à máquina?
- * Numa peça única ou em partes separadas? São montáveis (parafusos, encaixes, cola)?
- * Com molde ou a mão?
- * É decorado ou ornamentado?
- * Quem o fez?
- * Para que fim?
- * Quem o usou?
- * Como foi ou é usado?
- * O uso inicial foi mudado?
- * Gosta da sua aparência?
- * Que valor tem para as pessoas que o usaram ou usam?
- * Para quem o fabricou?
- * Para quem o guardou?
- * Para quem o vendeu?
- * Para você?
- * Para um museu?
- * Para um banco?
- * Se você o encontrasse na rua, o que faria com ele?

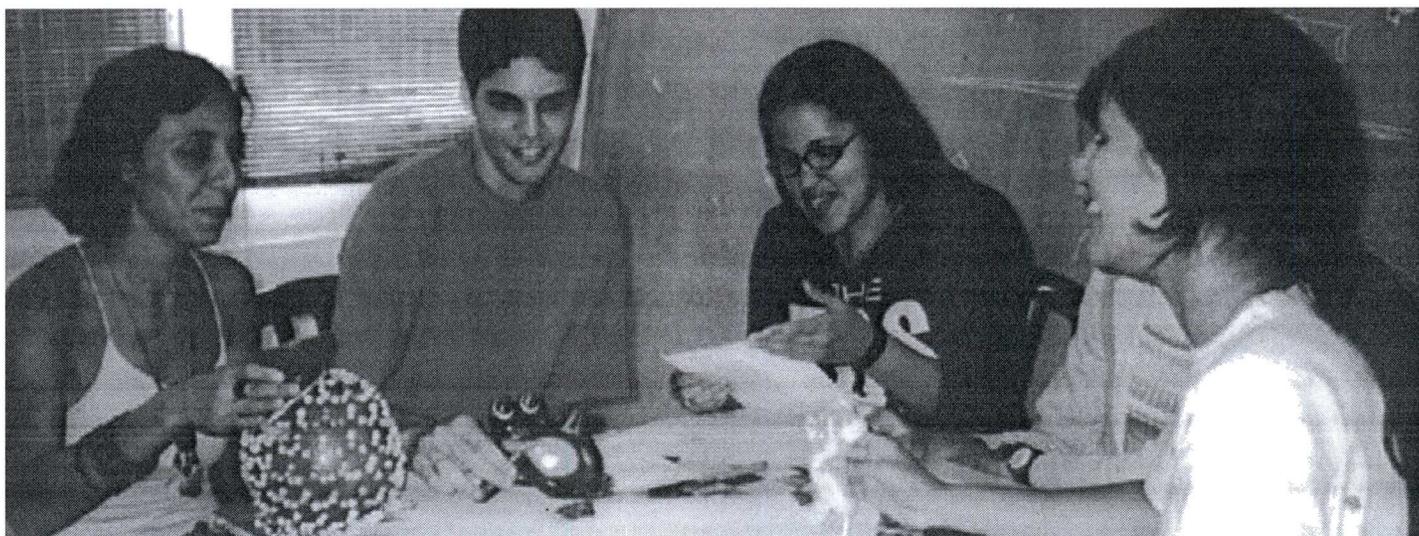
Cada um dos participantes apresentará as suas conclusões para os demais. Dessa forma, todos passarão a conhecer os objetos e os significados que têm para cada um.

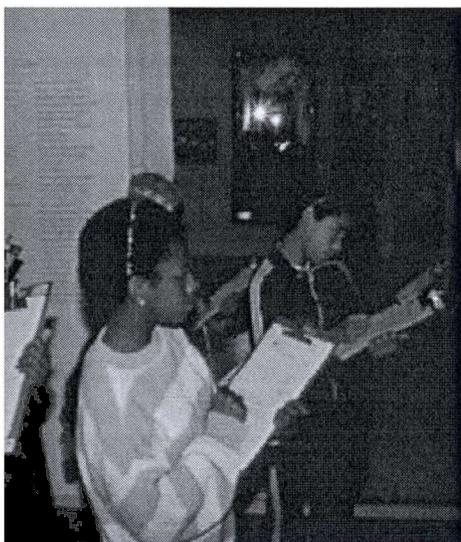
Num segundo momento, poderão se formar grupos de três ou quatro participantes com os mesmos objetos, cada grupo inventará uma história que deverá ser apresentada ao final da atividade. Essa história deverá envolver todos os objetos apresentados e deverá respeitar, tanto o significado deles, quanto a sua trajetória.

Estas atividades darão subsídios para trabalhar noções e conceitos de patrimônio pessoal (sua vida), família (suas origens, seus pais, avós, tios), bairro (vizinhos, lugares), cidade etc.

Poderemos também desenvolver atividades de pesquisa com os familiares, entrevistas com os mais velhos e identificação de objetos, documentos e histórias orais que eles possam contar.

No fim, poderá se organizar uma apresentação/exposição com estes objetos e as histórias para os participantes e convidados da família/bairro/comunidade.

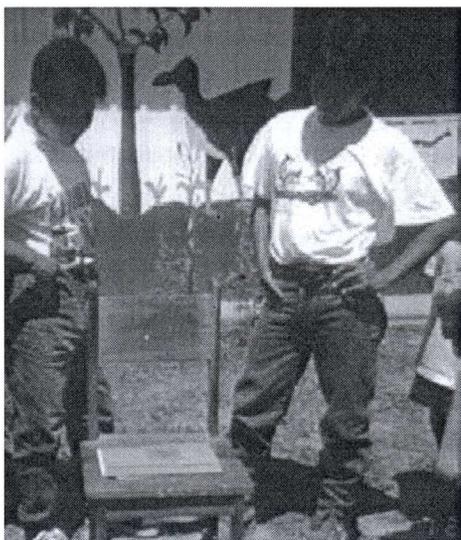




Uma edificação, uma descoberta – Uma observação detalhada

Esta atividade poderá ser desenvolvida a partir de uma edificação (bem material) que poderá ser uma casa, um museu, um edifício público ou privado, um mercado, um cinema, uma escola, um shopping etc.

Convide os participantes para fazer um passeio pelo bem escolhido, observando, atentamente, todos os detalhes, pelo lado de fora, cada um levando prancheta, papel e lápis.



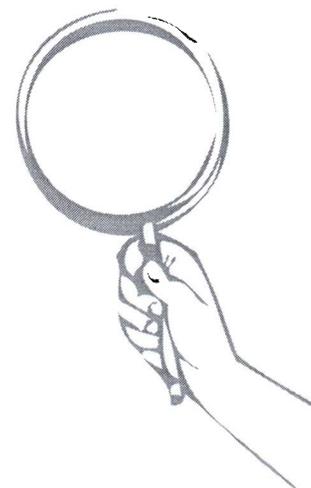
Defronte à fachada principal, peça para observarem todos os detalhes e elementos durante alguns minutos. Passado esse tempo, e virados de costas, solicite que descrevam, através de desenho ou escrita, o que eles se lembram do observado (números de portas, janelas e pavimentos: tipo de material; estado de conservação; cor; decoração; etc). Uma vez terminado esse registro, peça para que voltem a observar e comparar com o que eles descreveram nas suas anotações.

Promova, a partir dessa experiência, uma reflexão sobre a diferença entre **o olhar e o ver** e sobre a importância da observação detalhada para a compreensão e a descoberta de outras informações que o olhar superficial não permite.

Continue com o percurso pela parte interna do bem e repita esse exercício em outros lugares e espaços que você considere interessantes, para fixar esses conceitos permitindo a sua compreensão.



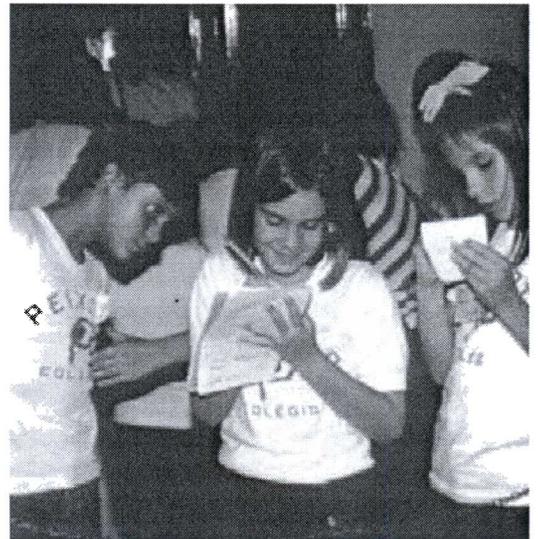
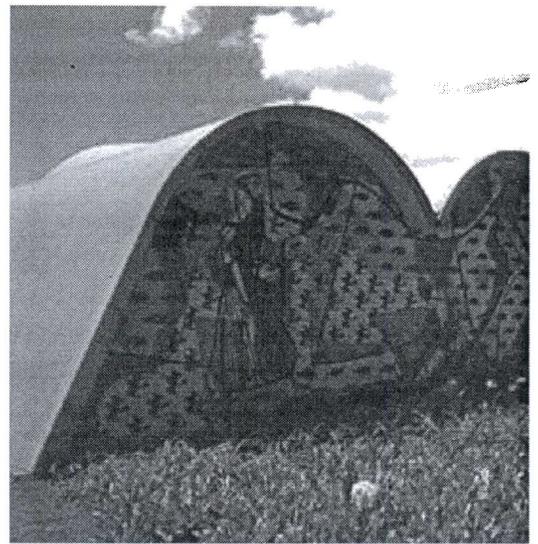
Batize esse olhar de observação com o nome de **olhar de detetive** e repita, tanto quanto for necessária a aplicação dos exercícios, lembrando sempre de colocar um elemento lúdico (de brincadeira) para manter o interesse e a atenção dos participantes.



O bem cultural e sua investigação

Em seqüência à atividade anterior, reúna os participantes e convide-os novamente para fazerem uma outra visita de "descoberta" com olhos de detetive: um percurso por outro bem ou espaço, pela parte interna e pela parte externa. De prancheta, papel e lápis na mão, peça, desta vez, para que escrevam todas as coisas que mais chamaram a atenção, tanto as boas quanto as ruins. Você pode sugerir estas perguntas:

- * *Como se apresenta?*
- * *Como é a sua construção?*
- * *Quantos andares têm?*
- * *Quantas salas ou habitações têm e como são?*
- * *Como os espaços estão distribuídos e organizados?*
- * *Quais as atividades realizadas neles?*
- * *Qual é o estado de conservação e limpeza:*
 - ... *dos móveis das salas, das janelas, das portas e do telhado?*
 - ... *das áreas externas, dos pátios (se tiver)?*
 - ... *das salas de visita, dos quartos?*
 - ... *dos banheiros?*
 - ... *do jardim ou da área externa?*
 - ... *da rua por aonde se chega a ele?*
- * *O que foi que lhe chamou mais a atenção?*





Podem ser acrescentadas várias outras perguntas, de acordo com o bem escolhido. Uma vez completada a observação, reúna novamente os participantes e promova um debate entre eles.

A partir dessa atividade, pode-se propor que efetuem uma pesquisa a respeito da história do bem cultural. Qual a sua função? Quando foi construído? Quando foi inaugurado (se for público)? Durante que governo? Algum fato importante aconteceu nele? Foi construído para a função que tem ou foi posteriormente adaptado? O que funcionava nele antes?



Por que tem esse nome? Caso tenha o nome de alguém, quem foi essa pessoa? Por que foi homenageada? Qual a sua profissão? É viva ainda ou já morreu? Quando nasceu? Qual a sua atuação? Quantas pessoas trabalham ou moram nele? Que fazem? Como elas são? Quantas atividades se desenvolvem?

Cada um dos participantes pode procurar dados diferentes e juntar os resultados para que possam ser partilhados com todos.

Promova também com eles e pessoas que trabalham ou utilizam o bem, entrevistas contando as suas atividades, a história e o funcionamento do mesmo. Essa atividade deverá ser combinada, previamente, com os participantes e os moradores e/ou usuários.



Como resultado dessa pesquisa, proponha que encontrem uma forma de apresentar esses dados à comunidade, aos familiares ou a outras pessoas, através de uma dramatização, um jornal, uma exposição etc. De acordo com a forma escolhida, poderão ser promovidas atividades como fotografias, desenhos, redações, dança, teatro, filmes e outras formas de expressão (4ª etapa da metodologia).

O bem cultural e seus vizinhos

A partir dos conhecimentos adquiridos pelos participantes na atividade anterior, proponha a eles uma nova problemática: a Prefeitura Municipal tem um projeto de melhoria e ampliação para a área onde está localizado o bem cultural. Para isso, será necessária a sua demolição ou remoção.

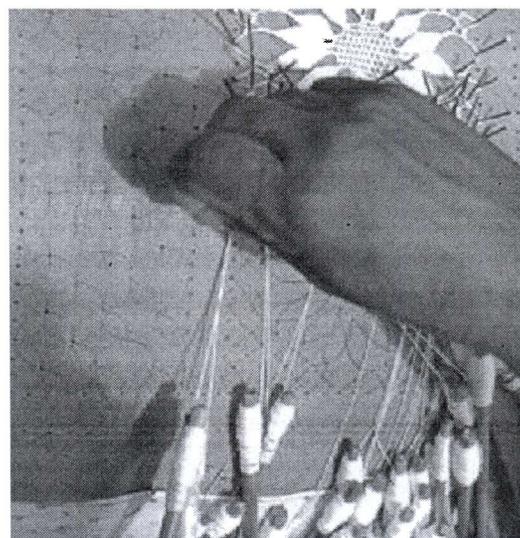
Os participantes serão os inspetores técnicos, enviados pela Prefeitura, que analisarão a importância deste bem para a comunidade e darão um parecer sobre o destino do mesmo.

Para isso, elaborarão um questionário que será aplicado, por eles mesmos, junto a moradores, comerciantes, usuários, taxistas, crianças e adultos da vizinhança e do bairro. De acordo com o número de participantes, poderão ser divididos em grupos.

Cabe a quem esteja aplicando esta atividade estipular um determinado tempo de realização, planejando e distribuindo as tarefas de cada participante ou do grupo, podendo estendê-la de acordo com o interesse e envolvimento dos mesmos.

As respostas dos questionários, dadas pela população, serão analisadas, e promovida uma troca de opiniões entre os próprios participantes que avaliarão a importância do bem e as atividades que nele se efetuam, tanto pela sua função, como pelo seu valor como Patrimônio Cultural e testemunho para a melhoria da cidade. Assim chegarão a uma conclusão final quanto à demolição ou manutenção do mesmo.

Poderá ser escolhido um outro bem cultural, material ou imaterial, por exemplo: a preservação de um clube popular, uma manifestação artística comunitária em risco de desaparecimento, artesanatos, etc. Esta atividade ajudará a olhar para o bem estudado e a descobrir a importância e valorização para a memória e sobrevivência da comunidade.





Uma caminhada diferente

Planeje uma caminhada para ser realizada com os participantes, defina antes o roteiro, quais ruas, casas, lojas, monumentos, praças, pessoas, feiras, mercados, ruínas, parques, sítios e paisagens que poderão ser observados.

Informe aos participantes que a caminhada será realizada com olhos de detetive e que eles deverão observar a fundo tudo o que se apresenta.

Distribua pranchetas, papel e lápis para que registrem todas as impressões, quer sejam boas ou ruins. Alerta para que todos os aspectos sejam observados.

- * *Como é a paisagem? Tem construções?*
- * *As ruas e praças estão bem cuidadas?*
- * *As pessoas que andam na rua são simpáticas, amáveis?*
- * *As casas dão "dicas" sobre os moradores?*
- * *Eles são ricos ou pobres, jovens ou velhos?*
- * *Tem muitas residências, lojas, escritórios, restaurantes, clubes, comércio?*
- * *Quais as atividades que se realizam no local?*
- * *São de um pavimento ou de vários?*
- * *Quantas famílias moram?*
- * *Os materiais de construção das casas são antigos ou novos?*
- * *Quais são os edifícios que mais chamam a atenção e por quê?*
- * *Identifique as casas novas ou as que tiverem modificações.*
- * *Os edifícios estão cuidados ou abandonados?*



Pergunte aos moradores se conhecem histórias sobre esse lugar ou qual o significado do nome da rua.

Tem expressões artísticas populares? Agremiações de canto, dança, bandas? Outras expressões como: pintura, escultura, artesanato, culinária?

Na volta da caminhada, deve-se promover a discussão e a troca de impressões que os participantes tiveram. Provoque para que emitam suas opiniões a respeito de conceitos como antigo/moderno, velho/

novo, o que seria, para eles, Patrimônio Histórico, quais os bens culturais materiais e quais os imateriais detectados no local?

Visitando, caminhando, observando e fotografando

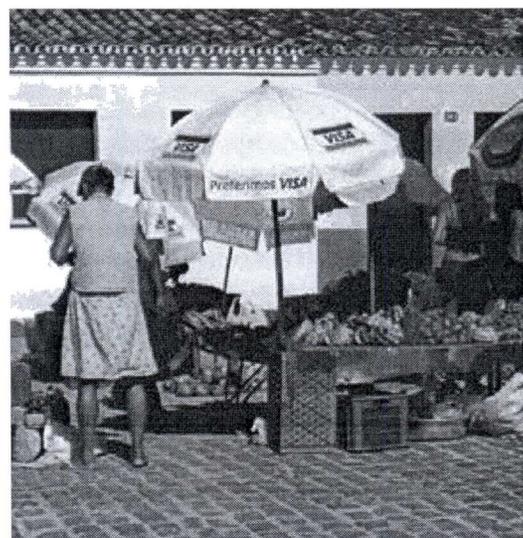
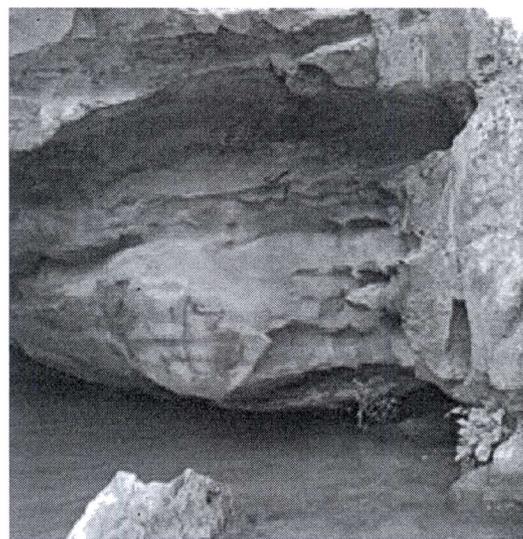
Planeje, da mesma forma, um roteiro a ser percorrido pelos participantes, que poderá ser: uma rua, um espaço ou um evento. Divida em dois ou três grupos e forneça uma máquina fotográfica para cada grupo, que deverá registrar, através das fotos, os melhores e os piores locais, edifícios ou situações observadas. Os participantes poderão definir também temas específicos e atuais que sejam do seu interesse, dentro do roteiro estabelecido para a visita, caminhada ou evento (procissões, manifestações artístico-culturais, rituais, etc). Estas atividades estão em expansão? Que faixa etária participa? Com que periodicidade? Como são as relações com a comunidade? Como é a participação de crianças e idosos? Existe consciência da preservação da memória?

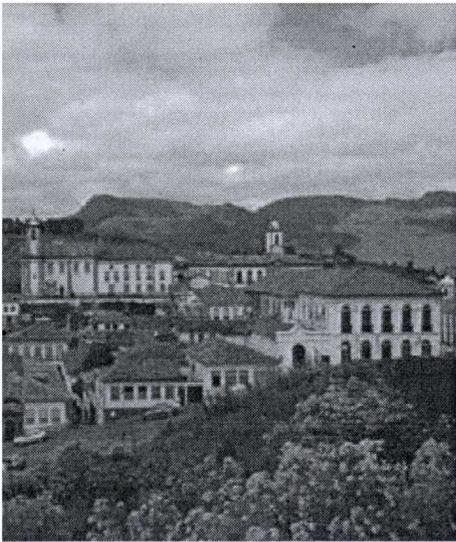
Depois, com as fotografias reveladas, se promoverá um debate com as impressões e opiniões sobre o lugar fotografado. Provoque nos participantes troca de idéias e opiniões a respeito das situações, as pessoas e atividades observadas. Leve-os a refletir que isto também é patrimônio. Patrimônio Vivo e faz parte da vida da comunidade.

Uma situação problemática

Antes de iniciar a visita, proponha aos participantes um problema (situação) e defina personagens que serão representados por cada um deles.

Por exemplo, o problema: a Prefeitura da cidade pretende demolir algumas casas antigas como parte de um projeto de alargamento de várias ruas para melhoria do trânsito, ou remover uma área degradada, para construção de um Shopping Center.





Defina os personagens e papéis que cada participante representará: alguns serão empresários, outros funcionários da Prefeitura que fizeram o projeto, especialistas em planejamento e engenharia de construção e transportes, moradores das casas que serão demolidas, moradores vizinhos, alunos das escolas, comerciantes locais, donas de casa, donos das companhias de ônibus, fiscais, arquitetos do Patrimônio Histórico, moradores jovens e velhos, técnicos de entidades ambientais, bem como jornalistas e repórteres de TV que vão fazer a cobertura do trabalho.

Inicie a caminhada e peça que cada um dos participantes observe e analise o lugar da visita, com os olhos e os interesses de cada um dos personagens que está representando, e registre, em uma folha de papel, os argumentos para defender seus interesses e seus pontos de vista.

Durante a caminhada, os participantes deverão entrevistar moradores, comerciantes, pedestres, guardas, etc, para colher opiniões sobre o problema.

Voltando da caminhada, se organizará uma discussão entre todos os personagens para apresentar seus argumentos, avaliar as conclusões e fazer reflexões sobre a preservação ou não das casas antigas, ou da remoção da área.

Pode-se pensar na continuação desta atividade encenando uma peça de teatro, elaborando um jornal escrito ou televisivo, uma exposição, etc, em função das reflexões feitas sobre o assunto, ou outras atividades que os participantes venham propor.

Outros bens culturais, materiais ou imateriais, poderão ser colocados como centro de uma problemática que abranja diversos segmentos da população e dos poderes públicos, com vistas à sua manutenção/preservação.



Um júri popular

Planeje essa atividade a partir de temas relacionados a situações e/ou problemas que existam no local ou com a comunidade, por exemplo: A Unesco, ou o Governo Federal, fará uma grande doação de recursos para o município, US\$ 1.000.000,00 (um milhão de dólares). O que fazer com eles? Como e em que aplicá-los?

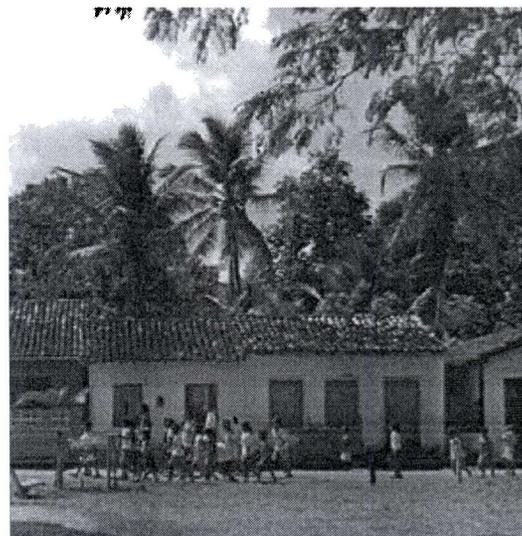
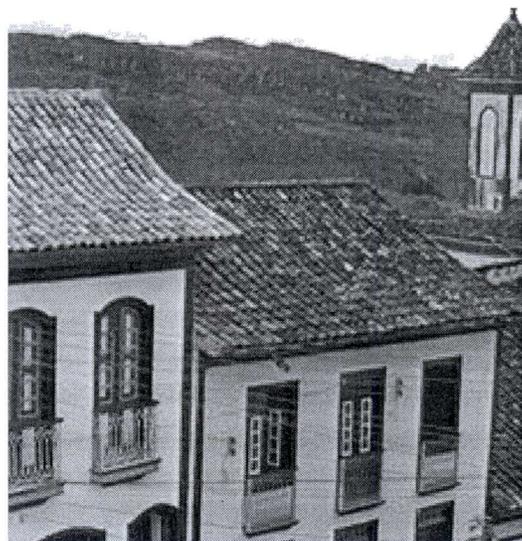
No final, se elaborará uma proposta para a aplicação dos recursos que será do consenso de todos os participantes.

Uma outra caminhada com jogos de memória

Durante a caminhada, se escolherá um bem cultural que será observado demoradamente pelos participantes durante alguns minutos, com "olhar de detetive". Logo depois os jovens ficarão de costas para o bem observado e se farão perguntas sobre as características, dimensões, número de elementos, espaços, etc.

Caso seja um monumento a observação poderá fixar-se nos elementos decorativos, portas, janelas, telhado, cores, proporções, materiais, estado de conservação, pedindo que cada um descreva e detalhe, ao máximo, o que foi observado. Caso seja uma praça, um mercado ou um evento que está se realizando, solicite que a observação registre o maior número de ações e atividades, bem como as características da população que se encontra participando no local.

Essa forma de conhecimento e apropriação dará aos participantes a vivência de aguçar a observação e o descobrimento dos detalhes, refletindo sobre o que olhamos e não vemos e a necessidade do treinamento da percepção.





Uma outra caminhada usando fotos antigas

A partir de cópias de fotografias antigas de um centro histórico ou de qualquer outro lugar escolhido, faça uma caminhada tentando descobrir o mesmo local em que foi tirada a fotografia, ou ponto de vista dela. Limite o local para facilitar a atividade (por exemplo, um trecho de uma rua, uma praça, um largo, uma paisagem, etc).

Peça aos participantes para registrarem as mudanças observadas através das comparações entre o ontem e o hoje e refletir sobre o que essas mudanças significaram para as pessoas que moram atualmente no local.

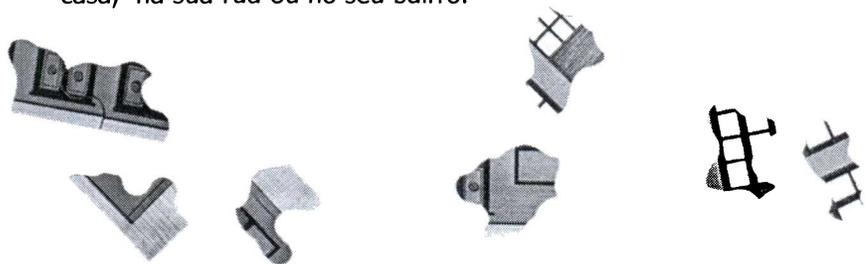
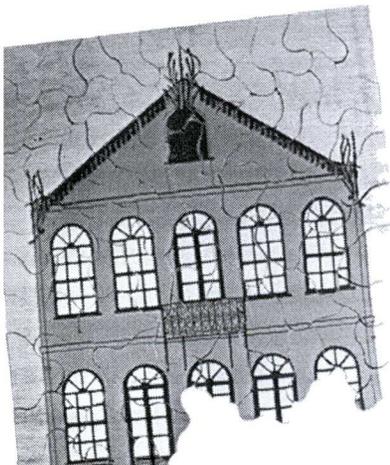
Podem-se fazer entrevistas ou conversas com os moradores e solicitar as suas opiniões sobre as referidas mudanças. Provoque no grupo uma troca de opiniões a respeito.



Um quebra-cabeça

Aproveite algumas fotos ampliadas, tiradas pelos participantes em atividades de caminhadas ou das expressões artísticas que foram estudadas ou de algum outro bem cultural imaterial, cole-as sobre cartolina e, posteriormente, corte-as de forma irregular para fazer um quebra-cabeça. Misture as diversas partes e peça para armá-las.

Também poderão ser utilizadas, cópias de fotografias antigas de monumentos, edifícios ou locais como: praças, mercados, cais, ruas, manifestações religiosas, expressões artísticas, pratos típicos da culinária local, esculturas, artesanato, arte popular, etc., que os participantes conheçam, por estarem em contato no seu cotidiano, na sua casa, na sua rua ou no seu bairro.



Por que conservar?

Solicite, com antecedência, a cada participante que traga um pedaço de algum material, como por exemplo: madeira, tijolo, lata, papel, pano, telha, pedra, borracha, plástico, vidro, palha, cartão, cerâmica, ferro ou qualquer outro que lhe ocorra.

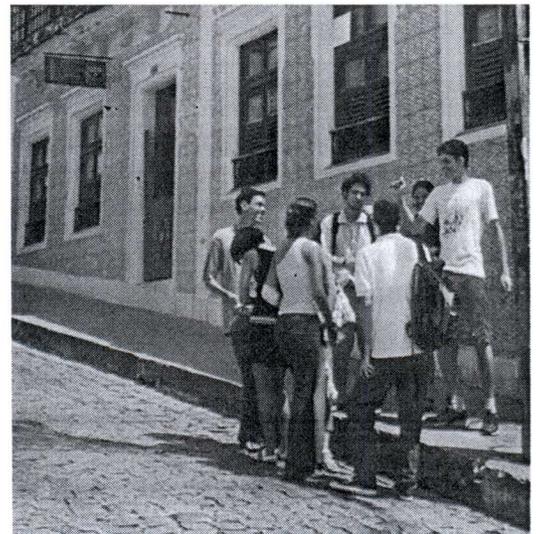
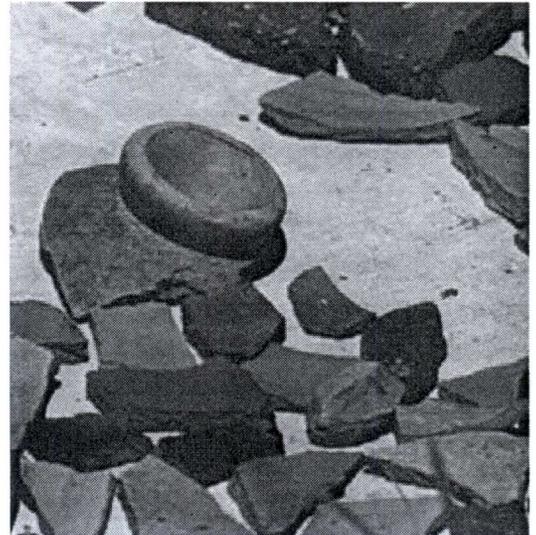
Defina um local, num terreno próximo, e enterre todos os materiais a um palmo de profundidade, cobrindo-os novamente com terra.

Se possível, água diariamente durante o tempo em que os materiais estiverem enterrados, ou peça a alguém do grupo que more perto para fazê-lo.

Defina um tempo (uma ou duas semanas). Logo após, desenterre cuidadosamente e mande os participantes registrarem, numa folha de papel, o estado em que se encontra o material que cada um enterrou. O que aconteceu com ele?

Provoque discussões, troca de idéias e reflexões a respeito dos conceitos de cuidado e conservação, a partir do que aconteceu com os materiais que eles trouxeram. Leve-os a pensar nos bens culturais como contadores de histórias das outras gerações e o papel que desempenham para a memória familiar e/ou coletiva.

- * *Em que estado se encontram?*
- * *O que mudou?*
- * *Que aspecto têm?*
- * *Se tivessem sido guardados ou protegidos da água e da terra, como estariam? Por que guardá-los?*
- * *Qual a importância de se conservar bem?*
- * *O que aconteceria se desaparecessem?*
- * *Imagine se fossem objetos pessoais seus ou de sua família!*



O tesouro – uma experiência de arqueólogo

Selecione três ou quatro objetos de louça ou cerâmica de diferentes texturas e cores, quebre-os em pedaços grandes, misture-os e enterre-os a um palmo de profundidade.

Explique aos participantes que farão uma pesquisa para tentar completar as informações sobre uma determinada situação (historia de mistério, aventura, solução de um caso policial, etc) que você criará e contará a eles antes de iniciar a escavação.

Explique a necessidade de escavar, com muito cuidado para não quebrar, as peças que serão descobertas e que são evidências que ajudarão a elucidar a situação e descobrir a trama.

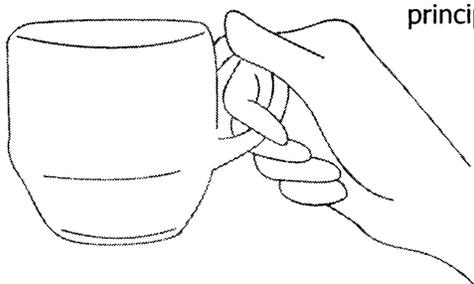
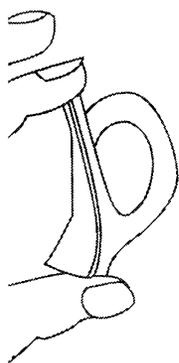
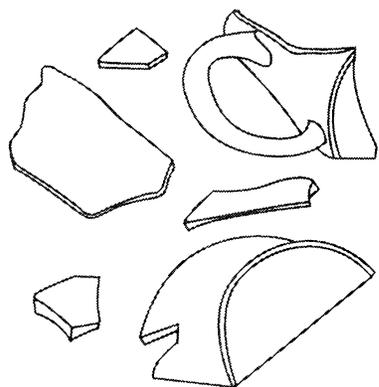
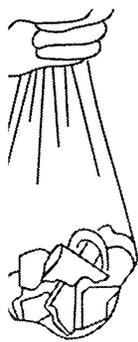
Forneça pás pequenas de mão e pincéis, para a remoção da terra, e sacos plásticos para guardar as descobertas.

Uma vez terminada a escavação, os participantes colocarão o material coletado sobre uma mesa, limpando-os (com panos e pincéis) tentando reconstituir as peças originais, colando-as.

Essa experiência provocará observações e troca de idéias a respeito das evidências do passado, da importância dos vestígios como contadores de historias e do papel dos arqueólogos para o conhecimento de épocas passadas.

Muitas outras atividades poderão ser desenvolvidas, a partir dos próprios interesses despertados pelos temas tratados.

Aproveite as reflexões e comentários originados por eles e coloque a sua imaginação para funcionar, lembrando sempre que a motivação principal deverá ser o Patrimônio Cultural.



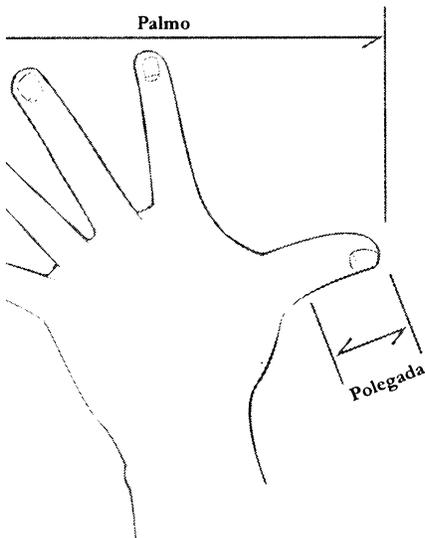
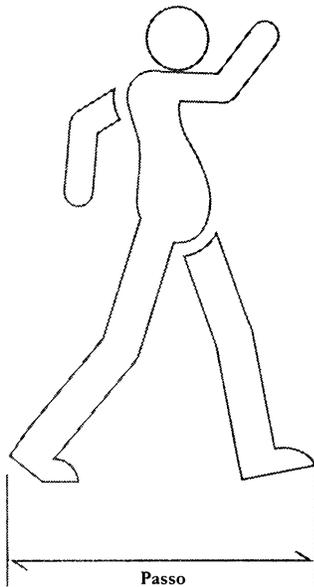
Quanto mede?

Durante uma visita ou caminhada, escolha um monumento, praça, largo, etc. e proponha aos participantes um jogo de adivinhação, por exemplo: quanto mede o Mercado Municipal, a distância da casa da Rua nº... até o Largo da ...?, a lateral do cinema, o comprimento da praça ou a largura do canteiro central?

Anote o nome de cada participante e os metros estimados por ele. Proponha agora, já que não tem fita métrica, que façam a medição com passadas, ou pé ante pé, e anatem a quantidade junto ao número de metros estimado.

Continuando a atividade em um outro momento, meça, com uma fita métrica, a distância da passada ou pé. Fazendo as contas, se chegará a uma dimensão aproximada que poderá ser comparada ao número inicial sugerido, verificando-se, assim, quem ficou mais próximo da realidade.

Apresente aqui os diversos sistemas métricos que, ao longo da história, o homem inventou (polegada, palmo, etc).



Descoberta de um tesouro

Esta atividade poderá se desenvolver individualmente ou em grupo de 2, 3 ou 4 participantes.

Vamos pedir a eles que identifiquem algum patrimônio (bem cultural material ou imaterial) que acredite tenha significado para seu bairro ou comunidade. Peça que cada um faça um registro, o mais completo possível do mesmo, de qualquer forma escolhida por eles, seja escrita, desenhada, fotografada, descrita oralmente (gravada), filmada, etc.

Com o "olhar de detetive" e todas as aptidões desenvolvidas, através das atividades propostas anteriormente, se estipulará um certo tempo que permita desenvolver uma pesquisa a respeito do mesmo, consultando a própria comunidade, entrevista com familiares, pessoas que moram no local ou participantes do tema escolhido, arquivos, biblio-

tecas, revistas e outras fontes de consulta.

Com todos os dados levantados vamos propor que os participantes, ao se apropriarem de todo o conhecimento possível a respeito desse bem cultural, façam uma interpretação do mesmo e devolvam, de forma criativa, a experiência vivida.

Através de uma interpretação/recriação do bem cultural, o que ele é e o seu significado e valorização para a comunidade, utilizando diferentes formas de expressão: pintura, escultura, dança, música, teatro, dramatização, fotografia, poesia, textos, vídeos, jornais, etc., na qual emitirão seu juízo de valor.

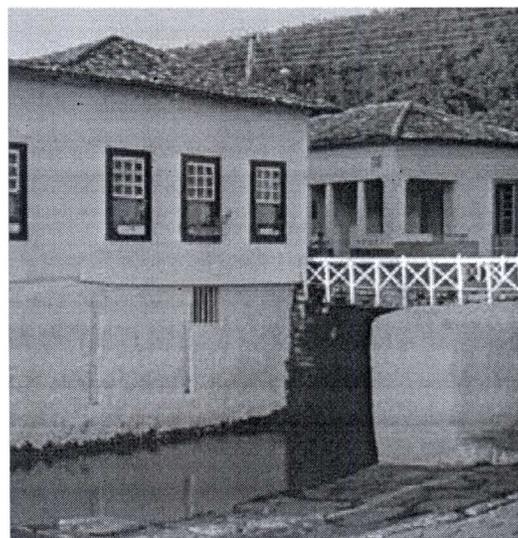
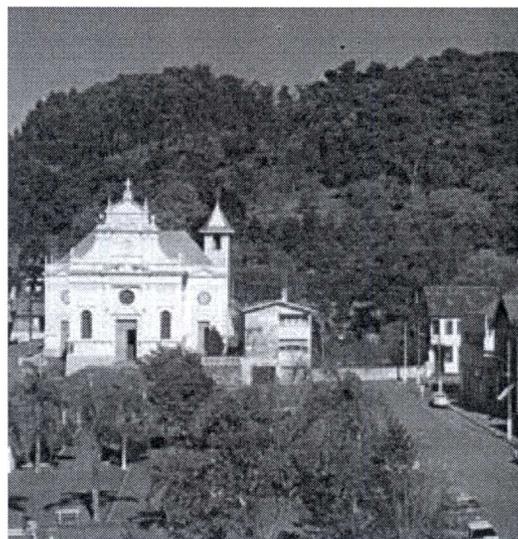
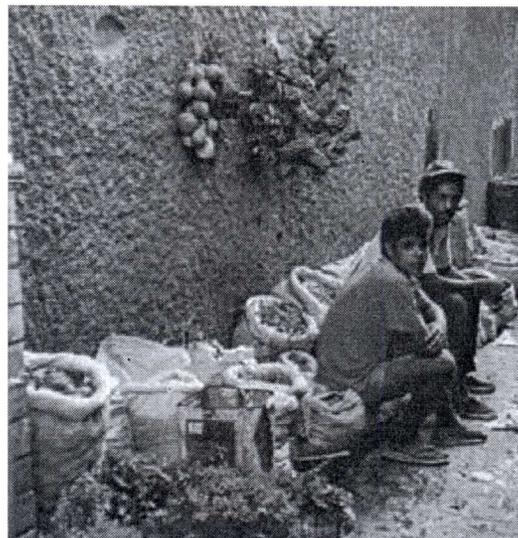
Esta atividade permite vivenciar as quatro etapas da metodologia da Educação Patrimonial, que, necessariamente, não são rígidas na sua aplicação e, na maioria dos casos, elas são desenvolvidas simultaneamente.

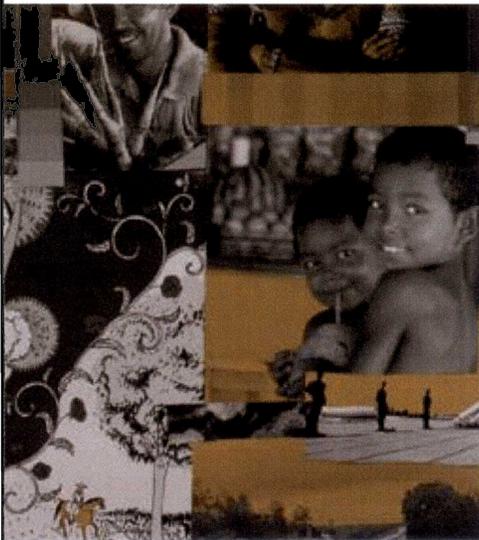
Na apresentação desta última etapa, poderão convidar, não somente seus familiares, bem como a própria comunidade para assistirem, utilizando assim este trabalho como elemento de valorização de determinado bem cultural, que muitas vezes não é reconhecido nem apropriado pelas pessoas que convivem com ele.

Estas sugestões de atividades são apenas algumas indicações de temas que fazem parte do nosso Patrimônio Cultural. A característica de o Brasil ser um país pluricultural, constituído pelas diversidades de suas regiões, faz com que a identidade do seu povo seja PLURAL, MÚLTIPLA E DIVERSA.

Cada região possui bens culturais que se manifestam em diversas expressões. A proposta é utilizá-los, tanto nos processos de ensino para as novas gerações, quanto nas atividades de conscientização e valorização dos mesmos.

Vamos criar muitas outras atividades com estes bens culturais, materiais e imateriais, consagrados ou não consagrados. Vamos cumprir com o nosso papel, contribuindo na criação de um futuro Brasil, com cidadãos plenos, exercendo os seus deveres e direitos.





GRUNBERG, Evelina. Guia de Orientação Metodológica Para Monitores. Oficina Descobrindo Tesouros. Projeto Escola Aberta, UNESCO, Governo do Estado de Pernambuco. Recife – PE. Junho, 2004

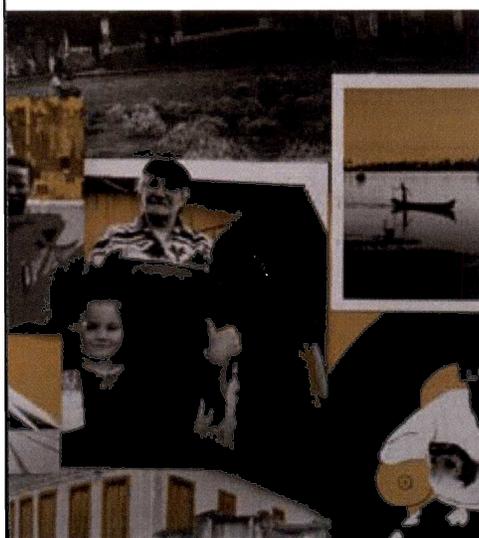
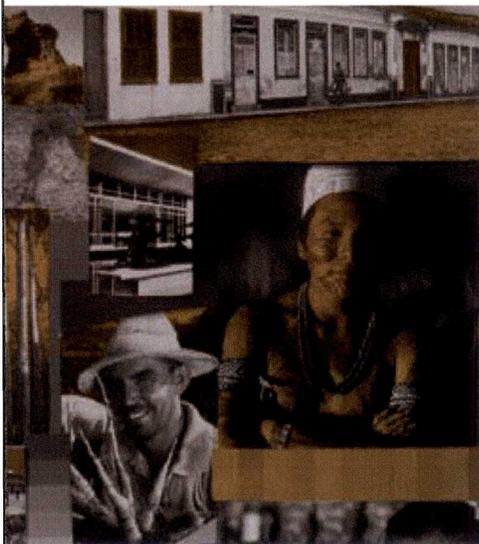
GRUNBERG, Evelina. Texto Impresso, Museu Imperial - Petrópolis. Rio de Janeiro, 1992.

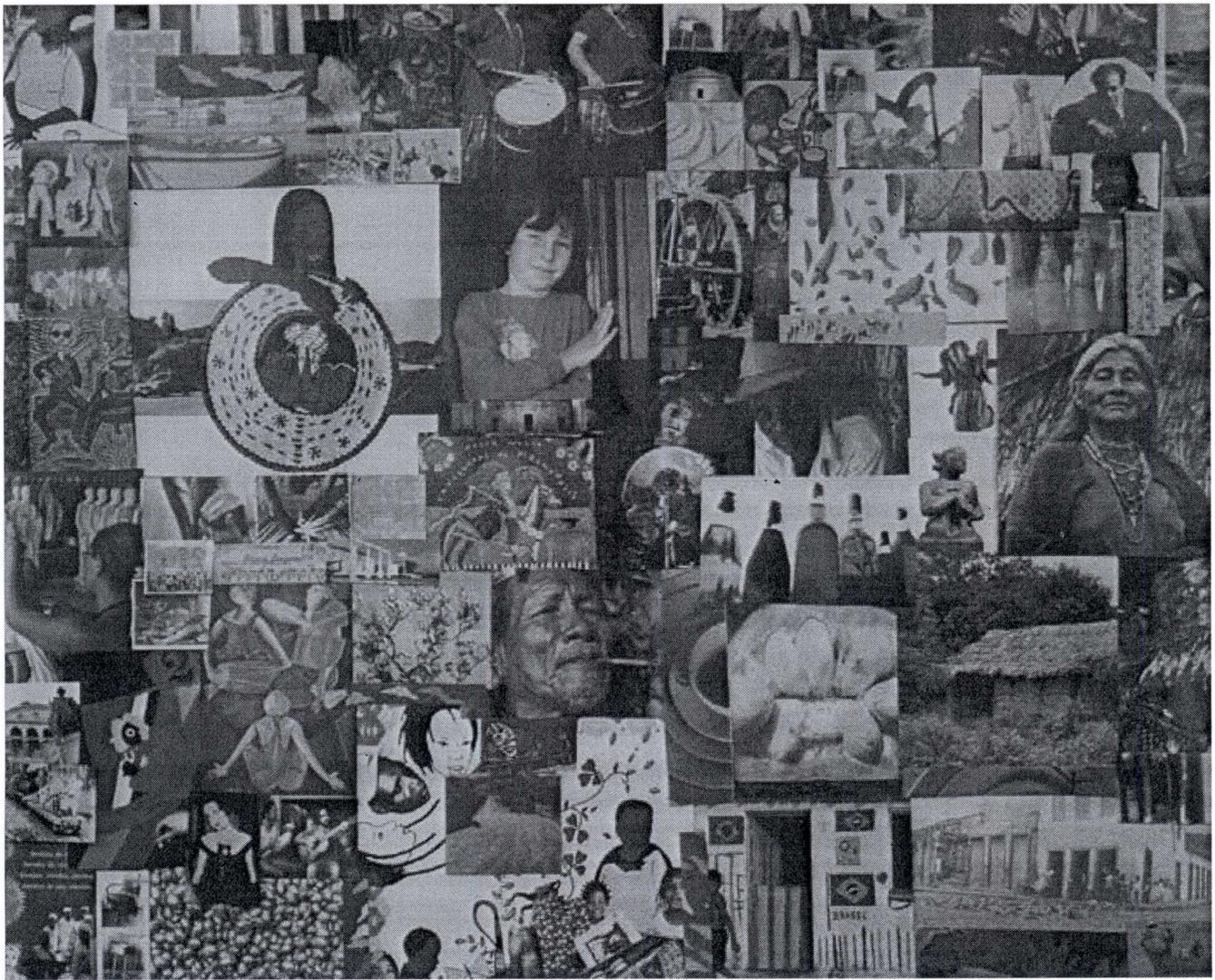
HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Museae Textos, Disquete 1, Rio de Janeiro, 1997.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira e outros. Guia Básico de Educação Patrimonial. Museu Imperial. IPHAN/MinC. Brasília, 1999.

MORLEY, June Edna. O Presente do Passado – O Que é Arqueologia?, Florianópolis-SC, 1992.

Série: Education on site – Ed. Mike Corbishley, English Heritage.





Ministério da Cultura





Espécie: Termo Aditivo n.º 01.06.0060.03; Data de Assinatura: 27/06/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ n.º 33.749.086/0001-09 e Fundação Norte Grandense De Pesquisa E Cultura - FUNPEC; CNPJ n.º 08.469.280/0001-93; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 06/02/2012; Prazo de Prestação de Contas: 06/04/2012.

Espécie: Termo Aditivo n.º 01.08.0270.01; Data de Assinatura: 28/06/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ n.º 33.749.086/0001-09 e Faculdades Católicas - PUC - RIO; CNPJ n.º 33.555.921/0001-70; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 02/07/2012; Prazo de Prestação de Contas: 31/08/2012.

Espécie: Termo Aditivo n.º 01.06.1006.02; Data de Assinatura: 27/06/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ n.º 33.749.086/0001-09 e Fundação De Apoio Ao Desenvolvimento Da Computação Científica - FACC; CNPJ n.º 06.220.430/0001-03; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 19/04/2012; Prazo de Prestação de Contas: 18/06/2012.

Espécie: Termo Aditivo n.º 01.05.0809.06; Data de Assinatura: 27/06/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ n.º 33.749.086/0001-09 e Fundação De Ciência, Aplicações E Tecnologia Espaciais - FUNCATE; CNPJ n.º 51.619.104/0001-10; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 12/06/2012; Prazo de Prestação de Contas: 11/08/2012.

Espécie: Termo Aditivo n.º 01.07.0354.03; Data de Assinatura: 27/06/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ n.º 33.749.086/0001-09 e Universidade Estadual De Maringá - UEM; CNPJ n.º 79.151.312/0001-56; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 14/09/2012; Prazo de Prestação de Contas: 13/11/2012.

Espécie: Termo Aditivo n.º 01.08.0310.01; Data de Assinatura: 27/06/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ n.º 33.749.086/0001-09 e União Brasileira De Educação E Assistência - UBEA; CNPJ n.º 88.630.413/0001-09; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 22/07/2012; Prazo de Prestação de Contas: 20/09/2012.

Espécie: Termo Aditivo n.º 01.09.0365.01; Data de Assinatura: 27/06/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ n.º 33.749.086/0001-09 e Fundação De Apoio Institucional Rio Solimões - UNI-SOL; CNPJ n.º 02.806.229/0001-43; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 25/07/2012; Prazo de Prestação de Contas: 23/09/2012.

Espécie: Termo Aditivo n.º 01.06.0857.05; Data de Assinatura: 27/06/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ n.º 33.749.086/0001-09 e Fundação De Apoio Ao Hemoam - Sangue Nativo - FSN; CNPJ n.º 02.827.461/0001-68; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 06/11/2011; Prazo de Prestação de Contas: 05/01/2012.

Espécie: Termo Aditivo n.º 01.07.0229.03; Data de Assinatura: 27/06/2011; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ n.º 33.749.086/0001-09 e Fundação De Apoio À Universidade De São Paulo - FUSP; CNPJ n.º 68.314.830/0001-27; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 23/03/2012; Prazo de Prestação de Contas: 22/05/2012.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA LEILÃO Nº 27/011

A Leiloeira torna público que, em 28 de junho de 2011, o Diretor de Administração e Finanças da FINEP, homologou os procedimentos e o resultado da licitação referente ao Leilão 02/2011 - Desfazimento de 01 (um) automóvel de propriedade da FINEP, veículo modelo Santana - 2.0 MI 4P - ano 2002/modelo 2003-Completo, cujo certame restou DESERTO.

ROSILENE DE LIMA CARDOSO

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 300/2011

Nº Processo: 01340000379201040. Contratante: MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA/CNPJ Contratado: 43948215000141. Contratado: SPECTRIS DO BRASIL INSTRUMENTOS -ELETRO-NICOS LTDA. Objeto: Fornecimento de sistema de calibração de microfones de alta pressão sonora, conforme especificações técnicas constantes dos Anexos deste Instrumento. (R. D. Nº 01.14.030.02011) Fundamento Legal: Lei Nº 8.666/93 Vigência: 29/06/2011 a 26/11/2011. Valor Total: R\$271.723,06. Fonte: 100000000 - 2011NE800R23. Data de Assinatura: 27/06/2011.

(SICON - 28.06/2011) 240106-00001-2011NE800001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/cidc.html>, pelo código 00032011062900011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 310/2011

Nº Processo: 01340000233201002. Contratante: MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA/CNPJ Contratado: 43948215000141. Contratado: SPECTRIS DO BRASIL INSTRUMENTOS -ELETRO-NICOS LTDA. Objeto: Fornecimento de acelerômetros piezoelétricos tipo IEPE com tecnologia TEDS, conforme especificações técnicas constantes dos Anexos deste Instrumento. (R. D. Nº 01.14.031.02011) Fundamento Legal: Lei Nº 8.666/93 Vigência: 29/06/2011 a 26/12/2011. Valor Total: R\$483.804,00. Fonte: 100000000 - 2011NE800R22. Data de Assinatura: 27/06/2011.

(SICON - 28.06/2011) 240106-00001-2011NE800001

LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

AVISOS DE ALTERAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2011

Comunicamos que o edital da licitação supra citada, publicada no D.O. de 22/06/2011 foi alterado. OBJETO : PREGÃO ELETRÔNICO Aquisição de café torrado em grãos.

Total de Itens Licitados: 00001 Novo Edital: 29/06/2011 das 08h30 às 11h30 e d13h30 às 16h30. Endereço: R. Estados Unidos, 154 das Nações - ITAUBA - MG. Entrega das Propostas: a partir de 29/06/2011 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 12/07/2011, às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

ELIEBER MATEUS DOS SANTOS
Procedido

(SIDE - 28.06/2011) 240128-00001-2011NE800001

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2011

Comunicamos que o edital da licitação supra citada, publicada no D.O. de 28/06/2011 foi alterado. OBJETO : PREGÃO ELETRÔNICO Contratação de serviços terceirizados de motoristas, sem fornecimento de veículos, a serem executados de forma contínua nas instalações do Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA, pelo período de 12 (doze) meses.

Total de Itens Licitados: 00001 Novo Edital: 29/06/2011 das 08h30 às 11h30 e d13h30 às 16h30. Endereço: Rua Estados Unidos, 154 Bairro das Nações - ITAUBA - MG. Entrega das Propostas: a partir de 29/06/2011 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/07/2011, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JOSÉ SEBASTIÃO SOARES
Coordenador de Administração

(SIDE - 28.06/2011) 240128-00001-2011NE800001

LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTIFICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 7/2011

Número do Contrato: 2/2006. Nº Processo: 210/2005. Contratante: LABORATORIO NACIONAL DE COMPUTACAO/CIENTIFICA. CNPJ Contratado: 39545553000165. Contratado : TRIAGEM REFRIGERACAO LTDA. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato ora aditado por um período de 90 (noventa) dias a contar de 07 de maio de 2011 a 06 de agosto de 2011 em caráter excepcional. Fundamento Legal: Pregão 20/2005 Vigência: 07/05/2011 a 06/08/2011. Valor Total: R\$4.924,98. Fonte: 100000000 - 2011NE800044. Data de Assinatura: 05/05/2011.

(SICON - 28.06/2011) 240123-00001-2011NE800001

OBSERVATÓRIO NACIONAL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

Processo nº 01210.000064.2011-69. ESPÉCIE Extrato de Acordo de Cooperação Técnico-Científica entre ON e o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.Br. Órgãos: OBSERVATÓRIO NACIONAL-ON, CNPJ/MF nº 04.053.755/0001-05 e o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.Br. CNPJ: 05.506.560/0001-36. Processo nº 01210.000064.2011-69. O OBJETO: Pelo ON: Disponibilizar, sem qualquer ônus, ao Núcleo de Informação do Ponto BR-NIC.Br. o Sincronismo à hora Legal Brasileira, seguro, confiável, rastreável e auditável, para ser utilizado pelo NIC.Br. Pelo NIC.Br: Disponibilizar, sem qualquer ônus ao ON, os equipamentos discriminados no documento integrante do Acordo, denominado "Anexo I", visando possibilitar a execução do item anterior. Operar e aprimorar o serviço de sincronismo à Hora Legal Brasileira via Internet, denominado NTP.br. e o site Web <http://www.nip.br>. Fundamento Legal: Lei Federal que rege Licitações e Contratos Administrativos (8.666/93 e suas alterações). Vigência: 05 (cinco anos) a contar da data de sua assinatura. Data da assinatura: 16/06/2011.

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

PROCESSO: 01200.000811/2010-05

ESPÉCIE: Aditivo ao Termo de Cooperação nº 032/2010, firmado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

CONCEDENTE: Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT - CNPJ: 03.132.745/0001-00. CONVENIENTE: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - CNPJ: 83.899.526/0001-82. OBJETO: Prorrogar a vigência do Termo de Cooperação até 31 de outubro de 2011.

VIGÊNCIA: até 31 de outubro de 2011.

DATA DA ASSINATURA: 31 de maio de 2011.

ASSINAM: Pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT - MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social - SECIS e pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - ALVARO TOUBES PRATA - Reitor

CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA S/A

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2011

Objeto: Aquisição de bancadas básicas para instalação da área de reparo eletrônico de sala de Manutenção de equipamentos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 29/06/2011 de 09h00 às 11h30 e de 14h às 17h00. ENDEREC: Estrada Joao de Oliveira Remião 777 Lomba do Pinheiro - PORTO ALEGRE - RS. Entrega das Propostas: a partir de 29/06/2011 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 12/07/2011 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br

GLAUCY RENATA PEREIRA
Pregociera

(SIDE - 28.06/2011) 245209-24209-2011NE000046

Ministério da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

EDITAL NOTIFICAÇÃO A RESPEITO DO TOMBAMENTO DO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DO MUNICÍPIO DE ANTONINA, NO ESTADO DO PARANÁ

Na forma e para os fins do disposto nos arts. 5º ao 10 do Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937 c/c o art. 15, parágrafo único, da Portaria n.º 11, de 11 de setembro de 1986, o INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, dirige-se a todos os interessados para lhes NOTIFICAR que está promovendo por meio do Processo n.º 1.609-T-10 (Processo n.º 01508.000492/2010-75), o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico do Município de Antonina, Estado do Paraná, em razão do seu elevado valor histórico e paisagístico, a ser inscrito nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, conforme polígonos de tombamento, a seguir delineadas: A Poligonal de Tombamento A, que engloba a maior parte do Centro Histórico, "tem início no ponto T-01A, situado ponto em que o limite dos fundos do lote n.º 05, implantado no cruzamento da Travessa Idelfonso com a Rua Marquês do Herval, encontra a Baía de Antonina. Deste ponto segue em sentido noroeste pelo limite dos fundos dos lotes voltados para a Travessa Idelfonso e depois para a Rua Conselheiro Alves de Araújo, cruzando as ruas Doutor Justino de Mello, Bento Ceço e Mestre Adriano, até encontrar o limite lateral esquerdo do lote n.º 87 voltado para a Rua Conselheiro Alves de Araújo, incluindo-o, e definindo o ponto T-02A. Deste ponto segue em sentido norte por esse limite lateral e seu prolongamento, até encontrar o eixo da Rua Conselheiro Alves de Araújo, definindo o ponto T-03A. Deste ponto segue em sentido sudeste pelo eixo da Rua Conselheiro Alves de Araújo, até encontrar o prolongamento do limite lateral direito do lote n.º 80 voltado para essa mesma Rua Conselheiro Alves de Araújo, ocupado pela Igreja Presbiteriana, definindo o ponto T-04A. Deste ponto segue pelo limite lateral direito do lote de n.º 80 voltado para a Rua Conselheiro Alves de Araújo, incluindo-o, depois pelo seu prolongamento, até encontrar o eixo da Rua Coronel Libero, definindo o ponto T-05A. Deste ponto segue em sentido sudeste pelo eixo da Rua Coronel Libero e o prolongamento do limite lateral direito do lote n.º 52 voltado para essa, definindo o ponto T-06A. Deste ponto segue em sentido norte pelo prolongamento desse limite lateral, depois por ele, incluindo o referido lote, até encontrar o limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Vicente Machado, definindo o ponto T-07A. Deste ponto segue em sentido oeste pelo limite dos fundos dos lotes ímpares voltados para a Rua Vicente Machado e seu prolongamento, cruzando a Rua Comendador Araújo, até encontrar o eixo da Rua Leovigildo de Freitas, definindo o ponto T-08A. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo eixo dessa rua até encontrar o prolongamento do limite dos fundos dos lotes pares voltados para Rua Vicente Machado, definindo o ponto T-09A. Deste ponto segue em sentido leste pelo limite dos fundos destes lotes, cruzando as Ruas Comendador Araújo e Doutor Bruno, até encontrar o limite dos fundos dos lotes voltados

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



para a Rua Dr. Carlos Gomes da Costa, definindo o ponto T-10A. Deste ponto segue em sentido norte pelo limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Dr. Carlos Gomes da Costa, cruzando as ruas Doutor Rebouças e Coronel Marçal, até encontrar o limite dos fundos dos lotes parciais voltados para a Rua Teófilo Soares Gomes, definindo o ponto T-11A. Deste ponto segue em sentido noroeste pelos limites dos lotes voltados para a Rua Teófilo Soares Gomes e seu prolongamento, até encontrar o eixo da Rua Doutor Bruno, definindo o ponto T-12A. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo eixo da Rua Doutor Bruno até encontrar o prolongamento do limite dos fundos dos lotes parciais voltados para a Rua Teófilo Soares Gomes, definindo o ponto T-13A. Deste ponto segue em sentido leste pelo limite dos fundos dos lotes parciais voltados para a Rua Teófilo Soares Gomes até encontrar o limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Padre Pinto, definindo o ponto T-14A. Deste ponto segue em sentido norte pelo limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Padre Pinto, até encontrar o limite lateral esquerdo do lote n.º 33 voltado para a mesma Rua Padre Pinto, incluindo-o, e definindo o ponto T-15A. Deste ponto segue em sentido leste pelo mesmo limite lateral esquerdo do lote n.º 33 voltado para a mesma Rua Padre Pinto, cruza a mesma rua e continua pelo limite lateral direito do lote em frente, de n.º 50, ainda voltado para a Rua Padre Pinto e ocupado pela Igreja Adventista, até encontrar o limite dos fundos desse lote, definindo o ponto T-16A. Deste ponto segue em sentido sul pelo limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Padre Pinto até encontrar o limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Coronel João Viana, definindo o ponto T-17A. Deste ponto segue em sentido leste pelo limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Coronel João Viana, cruzando a Rua Anhur de Sá, até encontrar as margens da Baía de Antonina, definindo o ponto T-18A. Deste ponto segue em sentido nordeste, adentrando as águas da Baía de Antonina, se prolongando até encontrar perpendicularmente (formando um ângulo de 90º) uma linha imaginária paralela ao eixo do último trecho da Rua Coronel João Viana, a 100 metros de distância, definindo o ponto T-19A. Deste ponto segue em sentido sudeste por essa linha imaginária paralela ao eixo do último trecho da Rua Coronel João Viana, a 100 metros de distância, até encontrar outra linha imaginária, desta vez paralela às Ruas Antônio Prado e Marquês do Herval, na orla marítima, a 200 metros, definindo o ponto T-20A. Deste ponto segue em sentido sul, sempre paralelo às ruas Antônio Prado e Marquês do Herval, a 200 metros destas, até o ponto T-21A, onde encontra perpendicularmente (formado um ângulo de 90º) outra linha imaginária que o liga ao ponto T-01A, fechando assim a poligonal."

A Poligonal de Tombamento B, que engloba outro conjunto também situado no Centro Histórico, "tem início no ponto T-01B, situado no cruzamento dos eixos da Avenida Tiago Peixoto e Rua Isidoro Costa Pinto. Deste ponto segue em sentido sudeste pelo eixo da Rua Isidoro Costa Pinto, depois pelo eixo da Rua Conselheiro Alves de Araújo, até encontrar o prolongamento do limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Antônio Mendes, definindo o ponto T-02B. Deste ponto segue pelo limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Antônio Mendes, cruza a Rua Doutor Justino de Mello, e continua pelo limite lateral direito do lote n.º 131 voltado para a Rua Doutor Justino de Mello, incluindo-o, até encontrar o limite dos fundos desse mesmo lote, definindo o ponto T-03B. Deste ponto segue em sentido noroeste pelo limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Doutor Justino de Mello, cruzando a Rua Antônio Mendes, englobando o critério Bom Jesus, e seu prolongamento, até encontrar o eixo da Rua Bom Jesus, definindo o ponto T-04B. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo eixo da Rua Bom Jesus até encontrar o prolongamento do limite lateral esquerdo do lote da Estação Ferroviária, definindo o ponto T-05B. Deste ponto segue em sentido noroeste pelo limite lateral esquerdo do lote da Estação Ferroviária e seu prolongamento, incluindo-o na poligonal, até encontrar o eixo da Avenida Tiago Peixoto, definindo o ponto T-06B. Deste ponto segue em sentido nordeste pelo eixo da Avenida Tiago Peixoto, até encontrar o eixo da Rua Isidoro Costa Pinto no ponto T-01B, fechando assim a poligonal."

Também compõem o conjunto proposto para tombamento o edifício rural situado na Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 1504, sede do Sítio do Areião, e os seguintes edifícios remanescentes das Indústrias Matarazzo:

- M-01 - Edifício do antigo Armazém de gêneros alimentícios, situado na Avenida Conde Matarazzo, sem número;
- M-02 - 05 (cinco) casas da antiga vila operária, cada uma composta por 02 unidades habitacionais, situadas na Avenida Conde Matarazzo, sem número;
- M-03 - Edifício do antigo escritório, junto à entrada principal do lote, situado na Avenida Conde Matarazzo, sem número;
- M-04 - Edifício do antigo Empório, situado na Avenida Conde Francisco Matarazzo, sem número;
- M-05 - Edifício do antigo Moinho de Trigo, Casa de Máquinas e Caldeiras, situado dentro do terreno das Indústrias Matarazzo, na Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 2489;
- M-06 - Antigo edifício para escanecimento de trigo, situado dentro do terreno das Indústrias Matarazzo, na Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 2489;
- M-07 - Antigo edifício do almoxarifado, situado dentro do terreno das Indústrias Matarazzo, na Avenida Conde Francisco Matarazzo, n.º 2489;
- M-08 - Residência da família Matarazzo, situado no interior de lote com acesso pela Avenida Conde Matarazzo, no lado oposto da via em relação ao complexo das indústrias;
- M-09 - Escola Ermelino Matarazzo situado na Rua Engenheiro Luís Augusto de Leão Fonseca, sem número;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032011062900012

- M-10 - 02 (duas) primeiras edificações da Rua Engenheiro Luís Augusto de Leão Fonseca (unidades habitacionais)."

Cumprido ressaltar que os bens em comento passam a gozar de proteção por meio do IPHAN, para os efeitos previstos notadamente no art. 17 do Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937.

No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta notificação, assiste aos proprietários dos bens abrangidos pela poligonal de tombamento a faculdade de anuir ou impugnar a iniciativa, após o que se prosseguirá na forma do disposto nos arts. 5º ao 10 do Decreto-lei n.º 25/31937, combinado com o art. 1º, da Lei n.º 6.292, de 15 de dezembro de 1975.

Outrossim, esta notificação tem por objetivo dar ciência aos interessados da descrição da Poligonal de Entorno, definida para assegurar a ambiência do Conjunto Histórico e Paisagístico do Município de Antonina, Estado do Paraná, a seguir especificada: A Poligonal de Entorno "tem início no ponto E-01, situado dentro da Baía de Antonina nas coordenadas 7186175 S e 7308120 L. Deste ponto segue em sentido oeste até ponto localizado na cumeeada do Morro do Bom Brinquedo, situado nas coordenadas 7186175 S e 729920 L, definindo o ponto E-02. Deste ponto segue em sentido sudoeste pela cumeeada do mesmo Morro do Bom Brinquedo, até atingir o ponto situado nas coordenadas 7186005 S e 729615 L, definindo o ponto E-03. Deste ponto segue ainda em sentido sudoeste pela cumeeada do Morro do Bom Brinquedo até atingir o ponto situado nas coordenadas 7185875 S e 729300 L, definindo o ponto E-04. Deste ponto segue em sentido sul pela cumeeada do mesmo Morro do Bom Brinquedo até atingir o ponto situado nas coordenadas 7185485 S e 729265 L, definindo o ponto E-05. Deste ponto segue ainda em sentido sul, cruza a Avenida Tiago Peixoto, e continua pela cumeeada do morro situado no lado oposto dessa via até atingir o ponto situado nas coordenadas 7185140 S e 729290 L, definindo o ponto E-06. Deste ponto continua seguindo em sentido sul pela cumeeada do morro que emoldura a paisagem do Centro Histórico, até atingir o ponto situado nas coordenadas 7184835 S e 729305 L, definindo o ponto E-07. Deste ponto segue em sentido sudoeste, sempre pela cumeeada do morro, até atingir o ponto situado nas coordenadas 7184835 S e 729305 L, definindo o ponto E-08. Deste ponto segue em sentido sudeste, também pela cumeeada do morro, até atingir o ponto situado nas coordenadas 7183500 S e 730000 L, definindo o ponto E-09. Deste ponto segue em sentido nordeste, pela cumeeada do morro, até atingir o ponto situado nas coordenadas 7184835 S e 729305 L, definindo o ponto E-10. Deste ponto segue em sentido sudeste, ainda pela cumeeada do morro, até atingir o ponto situado nas coordenadas 7184835 S e 729305 L, definindo o ponto E-11. Deste ponto segue em sentido sudeste até atingir o eixo da Estrada do Gamboa, no cruzamento com o prolongamento do limite dos fundos dos lotes voltados para a Rua Engenheiro Luís Augusto de Leão Fonseca, definindo o ponto E-12. Deste ponto segue pelo limite dos fundos dos dois primeiros lotes voltados para a Rua Engenheiro Luís Augusto de Leão Fonseca, onde se localizam os edifícios da antiga vila das Indústrias Matarazzo propostos para tombamento (M-11), depois pelo limite lateral destes lotes e seu prolongamento, até encontrar o eixo da Rua Engenheiro Luís Augusto de Leão Fonseca, definindo o ponto E-13. Deste ponto segue em sentido norte e nordeste pelo eixo desta via, até encontrar o eixo da Avenida Conde Matarazzo, definindo o ponto E-14. Deste ponto segue em sentido nordeste pela travessa que separa o conjunto dos Matarazzo e o Porto Barão de Tefé, continuando por seu prolongamento pela distância de 200 metros e adentrando as águas da Baía de Antonina, até atingir o ponto situado nas coordenadas 7184000 S e 732315 L, definindo o ponto E-15. Deste ponto segue em sentido noroeste até o ponto E-01, situado nas coordenadas 7186175 S e 7308120 L, fechando assim a poligonal."

Assim, os bens situados na poligonal de entorno dos bens tombados gozam de proteção por meio do IPHAN, para os efeitos previstos notadamente no art. 18 do Decreto-Lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937.

Ressalte-se, a necessidade de manifestação da Superintendência Estadual do IPHAN, situada na Rua José de Alencar, n.º 1808 - Juvevê, Curitiba - PR, CEP: 80.040-070, Telefone: (41) 3264-7971, para os processos de licenciamento envolvendo tanto os bens tombados como aquele(s) situado(s) em sua área de entorno.

AMPARO LEGAL: Art. 216, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988; Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937; Portaria n.º 31, de 11 de setembro de 1986; Lei n.º 6.292, de 15 de dezembro de 1975; Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990; Lei n.º 8.113, de 12 de dezembro de 1990; Decreto n.º 6.844, de 7 de maio de 2009; Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

CORRESPONDÊNCIA PARA: No caso dos proprietários dos bens situados nas poligonais de tombamento em tela almejam impugnar a presente iniciativa, a impugnação deverá ser endereçada ao Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sítio no SEPS, Quadra 713-913, Lote: D, Edifício Lúcio Costa, Brasília, Distrito Federal - CEP: 70.390-135.

MARIA EMÍLIA NASCIMENTO SANTOS
Presidente do Instituto
Substituta

DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO E FOMENTO CENTRO CULTURAL PAÇO IMPERIAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2011

Número do Contrato: 3/2006, Nº Processo: 014600022/2006-19. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-E ARTÍSTICO NACIONAL (CNPJ) Contratado: 29212545000143. Contrato: NOVA RIO SERVICOS GERAIS LTDA - Objeto: Revisão do preço

ajustado para a prestação dos serviços de conservação e limpeza visando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em tela. Fundamento Legal: Lei 8666 e alterações posteriores. Vigência: 01/03/2011 a 31/10/2011. Valor Total: R\$185.328,00. Fonte: 100000000 - 2011NE800022. Data de Assinatura: 01/03/2011.

(SICON - 28/06/2011) 343026-40401-2011NE800102

AVISO DE ANULAÇÃO PREGÃO Nº 1/2011

Fica anulada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 0146025/2011-10. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica visando a manutenção preventiva e corretiva do complexo frigorígeno da Unidade.

ELIEZER G. NASCIMENTO
Ordenador de Despesas
Substituto

Dias: 28/06/2011 e 29/06/2011
(SIDEC - 28/06/2011) 343026-40401-2011NE800102

RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA Nº 1/2011

Foi declarada vencedora a Empresa CALUJ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA com o valor de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais) mensais ref. a loja 02 (Cd's, papeleria e pequeno restaurante).

ELIEZER G. NASCIMENTO
Ordenador de Despesas
Substituto

Dias: 28/06/2011 e 29/06/2011
(SIDEC - 28/06/2011) 343026-40401-2011NE800102

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2011

Processo: nº 01450.003138/2011-96. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, CNPJ Contratado: 41.893.678/0001-28. Contratado: SQUADRA TECNOLOGIA EM SOFTWARE LTDA. OBJETO: Prestação de serviços de desenvolvimento, evolução tecnológica e manutenção de sistemas em Java/JEE. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 Vigência: 08/06/2011 a 07/06/2012. Valor: R\$ 1.319.450,00. Data da Assinatura 08/06/2011.

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº 10/2011

Comunicamos a suspensão da licitação supra citada, publicada no D.O. em 19/05/2011. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, laboratorial, consultas, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, inclusive internações, em âmbito nacional, para os servidores ativos, inativos e pensionistas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e seus respectivos dependentes legais.

RONAN SEVERO DE ARAÚJO
Pregoeiro

(SIDEC - 28/06/2011) 343026-40401-2011NE800102

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2011

Nº Processo: 01506000440201108. Contratante: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-E ARTÍSTICO NACIONAL, CNPJ Contratado: 61457941000143. Contratado: GOMAQUA MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO-LIMITADA. Objeto: LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE REPROGRAFIA PARA A SEDE IPHAN/SP - AV. ANGÉLICA 626-SP Fundamento Legal: ART 24 INCISO II LEI 8666-93 Vigência: 05/04/2011 a 05/04/2012. Valor Total: R\$5.880,00. Fonte: 100000000 - 2011NE800067. Data de Assinatura: 05/04/2011.

(SICON - 28/06/2011) 343026-40401-2011NE800102

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2011

Número do Contrato: 16/2010. Nº Processo: 01506002154201098. Contratante: Instituto do Patrimônio Histórico-e Artístico Nacional, CNPJ Contratado: 55537724000160. Contratado: Escritório Julio Abe Wakahara LTDA Objeto: Primeiro Aditivo Ao Contrato 16/2010 - Prestação de Serviços Técnicos Especializados Aserem Prestados Por Pessoa Jurídica, Visando A Elaboração de Projeto de Muscologia e Museografia-Fia à Casa Oswaldo Cruz Em São Luis do Paraitinga-SP. Fundamento Legal: PARAGRAFO 1º INCISO II DA LEI8666-93 Vigência: 23/07/2011 a 23/10/2011. Data de Assinatura: 28/06/2011.

(SICON - 28/06/2011) 343026-40401-2011NE800102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.